

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



JOÃO RICARDO BATISTA ALVES

**AVANÇOS E LIMITES DO CURRÍCULO
IMPLEMENTADO EM ESCOLA QUILOMBOLA NO
MARAJÓ: RECONHECIMENTO E A AFIRMAÇÃO DE
TERRITÓRIO QUILOMBOLA.**



**Belém - PA
2023**

JOÃO RICARDO BATISTA ALVES

**AVANÇOS E LIMITES DO CURRÍCULO IMPLEMENTADO
EM ESCOLA QUILOMBOLA NO MARAJÓ:
RECONHECIMENTO E A AFIRMAÇÃO DE TERRITÓRIO
QUILOMBOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Saberes culturais e educação na Amazônia.

Orientador: Prof Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa

**BELÉM - PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Alves, João Ricardo Batista

Avanços e limites do currículo implementado em escola quilombola no Marájo: reconhecimento e a afirmação de território quilombola /João Ricardo Batista Alves; orientação de Sérgio Roberto Moraes Corrêa. – Belém, 2023.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-graduação em Educação. Belém, 2023.

1.Quilombolass-Salvaterra-PA.2.Currículos.3. Quilombolas-Educação. I. Corrêa,Sérgio Roberto Moraes (orient.) II. Título.

CDD. 23º ed. 375

Elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

JOÃO RICARDO BATISTA ALVES

**AVANÇOS E LIMITES DO CURRÍCULO IMPLEMENTADO
EM ESCOLA QUILOMBOLA NO MARAJÓ:
RECONHECIMENTO E A AFIRMAÇÃO DE TERRITÓRIO
QUILOMBOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de pesquisa: Saberes culturais e educação na Amazônia.

Data da Defesa: 21/06/2023

Banca Examinadora

_____ - Orientador
Prof^o. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa (PPGED-UEPA)
Dr. em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

_____ - Avaliadora interna
Prof^a. Dr^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira (PPGED-UEPA)
Dr^a. em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

_____ - Avaliador externo
Prof^o. Rodrigo Corrêa D. Peixoto (PPGSA-UFPA)
Dr. em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A **Deus** minha fonte de esperança e luta, e a toda **minha família**, em especial minha **mãe Terezinha** que não se encontra entre nós, mas como sempre foi e será sempre minha luz da vitória. E a comunidade quilombola do Caldeirão onde aquilombar será sempre a luta por sua acenstralidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pois acredito que sem a fé que possuo nele não estaria realizando esse sonho, tão aguardado.

Aos meus pais João Martins Alves e Terezinha de Jesus Batista Alves, pelo incentivo que tive desde de criança aos estudos, em especial à minha mãe que sempre esteve ao meu lado, incentivando-me em todo o momento a nunca desistir e sempre buscar nos estudos a luz da vitória.

Meus agradecimentos a Universidade Estadual do Pará (UEPA), em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), por estar contribuindo com a minha formação como educador e pesquisador, pela oportunidade, como instituição pública, de cursar uma pós-graduação, o agora o tão sonhado mestrado. E a todo seu corpo de funcionários (docentes e técnicos/as) que contribuíram para alcançar esse objetivo e afirmação de que os (as) filhos (as) da classe trabalhadora têm espaço (direitos) e podem sonhar bem mais alto.

Sou grato pela confiança depositada na minha proposta de pesquisa pelo professor Dr^o. Sérgio Corrêa, orientador do meu trabalho. Obrigado pela paciência e com isso me fez entender o processo acadêmico.

Sou grato à professora Ivanilde Apoluceno e ao professor Rodrigo Peixoto pela contribuição desde o processo de qualificação a essa pesquisa.

Agradeço ao nosso Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (GEPPSEMA/UEPA) que proporcionou uma leitura crítica acerca da temática do estudo.

Aos dirigentes da Prefeitura Municipal de Soure e da Secretaria Municipal de Educação de Soure, pela concessão da licença remunerada para estudos e para concluir esta pesquisa, que possa, também, contribuir com a educação pública do município, em particular em território quilombola.

A direção da escola municipal Zacarias Castro de Araújo em Salvaterra, que foi compassiva quando precisei me ausentar para fins acadêmicos do mestrado.

Aos técnicos da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) que se disponibilizaram em contribuir com a pesquisa, por meio da pesquisa de campo.

Aos técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Salvaterra que contribuíram de forma bastante significativa para a pesquisa, por meio da

pesquisa de campo.

À comunidade remanescente de quilombo de Caldeirão pela abertura, apoio e confiança na elaboração da pesquisa. Em especial ao presidente da Associação dos moradores do Caldeirão o Sr.^o Patrique e a vice-presidente a Sr.^a Edilene.

À direção escolar pelo acesso, disposição e apoio na organização deste trabalho. Agradeço a todos (as) os funcionários (as) da escola municipal Sebastião de Assis Gonçalves - *lócus* desta pesquisa (professores/as, alunos/as, pais e mães, coordenadoras pedagógicas, pessoal de apoio) - pelas contribuições diretas e indiretas no desenvolvimento dessa pesquisa. Vocês foram fundamentais para o desenvolvimento e realização dessa pesquisa.

Às grandes amigas e amigos da turma 17 do mestrado: Lucila Leal, Valéria Lopes, Glaise de Nazaré, Rodrigo Cardoso, Larissa Juca, Soraya Cristina, Jéssica Patricia, Joyce Rocha e Karem Gaia. Obrigado por terem me acolhido quando nas minhas angústias precisei de conselho, direção e carinho.

Aos meus amigos professores que me deram incentivo e apoio para a realização deste sonho; Ely Carlos, Mary Jose, Josenilda Maues.

Enfim, reitero a minha gratidão a todos (as) que, direta e indiretamente, contribuíram com essa jornada, agora materializada nesta dissertação de Mestrado. OBRIGADO!

ALVES, João Ricardo Batista. Avanços e limites do currículo implementado em escola quilombola no Marajó: reconhecimento e a afirmação de território quilombola. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

RESUMO

Esta dissertação teve como fenômeno de investigação a política e prática curricular, tomando como recorte a questão étnico-racial e as implicações dessa implementação em escolas, localizadas em comunidades quilombolas da Amazônia Paraense. Para isso, essa pesquisa tomou a seguinte questão-problema: Quais os avanços e os limites do currículo implementado na escola quilombola de Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, tendo em vista o reconhecimento e a afirmação desse território Quilombola? Como objetivo principal, essa investigação busca analisar os avanços e os limites da implementação desse currículo na escola quilombola de Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, tendo em vista o reconhecimento e a afirmação desse território quilombola. Como objetivos específicos, propusemos: analisar a relação que a referida escola quilombola estabelece com os saberes e experiências da comunidade do caldeirão; identificar e analisar se vem sendo implementada nessa escola a lei 10639/2003 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nas escolas; identificar a contribuição dos saberes da comunidade quilombola do caldeirão para a reinvenção curricular numa perspectiva de afirmação e reconhecimento desse território quilombola. Sobre o percurso teórico-metodológico, essa pesquisa se assentou no método dialético materialista sob um enfoque decolonial. Ela apresenta uma abordagem qualitativa, centrando-se na pesquisa documental e de campo. As técnicas utilizadas foram: análise de conteúdo, entrevista semiestruturada e observação participante. Alguns dos resultados encontrados: o município de Salvaterra não tem um currículo municipal direcionado às escolas quilombolas por ainda está aguardando a finalização das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola que ainda se encontra em construção e análise juntamente com as comunidades quilombolas, lideranças quilombolas, representantes de movimentos sociais e professores de escolas quilombolas; os alunos se reconhecem como remanescente de quilombolas, mas precisa fortalecer essa identidade para a manutenção das raízes ancestrais negada pelo Estado e por parte da sociedade e para que todos conheçam a cultura quilombola e com isso promovendo autoestima de jovens e adolescentes, que desde cedo são vítimas de preconceitos raciais; a lei 10639/03 não é conhecida pelos alunos do 6º, 7º, 8º e 9º ano da escola; a comunidade afirma que a lei é trabalhada esporadicamente; os professores não trabalham a lei integralmente e não são todos que têm o conhecimento desse território; a gestora da escola afirma que só os professores da disciplina Educação Quilombola e de História trabalham a Lei 10.639/03 que é obrigatória de forma interdisciplinar em escolas quilombolas; a relação da escola com a comunidade no entendimento dos saberes e experiências tem que ser revista, para a contribuição da construção da reinvenção curricular; a estrutura da escola é precária devido à falta de interesse do poder público e com isso comprometendo essa troca de experiência e saberes entre comunidade e escola; como avanço temos a implementação da disciplina educação escolar quilombola na escola, conforme a lei 10639/03 que contempla o conteúdo de História da Cultura Afro-brasileira e Africana como um tema interdisciplinar trabalhado na Base Nacional

Comum e Parte Diversificada.

Palavras-chave: Currículo Escolar; Escola e Comunidade Quilombola; Amazônia.

ALVES, João Ricardo Batista. Advances and Limits of the Curriculum Implemented in Quilombola School in Marajó: Acknowledgement and Affirmation of the Quilombola Territory. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2023.

ABSTRACT

This dissertation had as its investigative phenomenon the policy and curricular practice, with a focus on the ethnic-racial issue and the implications of its implementation in schools located in quilombola communities of the Paraense Amazon. For this purpose, this research addressed the following problem question: What are the advancements and limitations of the curriculum implemented in the quilombola school of Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, considering the recognition and affirmation of this Quilombola territory? As a main objective, this investigation seeks to analyze the advances and limits of the implementation of this curriculum in the quilombola school of Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, in view of the recognition and affirmation of this quilombola territory. As specific objectives, we proposed: to analyze the relationship that the referred quilombola school establishes with the knowledge and experiences of the caldeirão community; identify and analyze whether Law 10.639/2003 has been implemented in this school, which guarantees the obligatory study of Afro-Brazilian history and culture in schools; identify the contribution of knowledge from the quilombola community of caldeirão to curriculum reinvention in a perspective of affirmation and recognition of this quilombola territory. In terms of theoretical-methodological approach, this research is based on the dialectical materialist method with a decolonial approach. It takes a qualitative approach, focusing on documentary and field research. The techniques used were: content analysis, semi-structured interviews and participant observation. Some of the results found: The Municipality of Salvaterra does not have a municipal curriculum for quilombola schools because it is still waiting for the completion of the State Curriculum Guidelines for Quilombola School Education, are still under being constructed and analyzed together with the quilombola communities, quilombola leaders, representatives of social movements and quilombola school teachers, The students recognize themselves as descendants of the quilombolas, but they need to strengthen this identity in order to The students recognize themselves as descendants of the quilombolas, but they need to strengthen this identity in order to preserve their ancestral roots which are denied by the state and by society, and to make everyone aware of the quilombola culture, thus promoting the self-esteem of young people and teenager, who are victims of racial prejudice from an early age; the Lack of affirmative action policies in the first and last years of primary education at the Caldeirão Quilombola School; The school is very involved in the events of the quilombola movement in the community; Law 10.639/03 is not known by the 6th, 7th, 8th and 9th grade students of the school; the community says that the law is studied sporadically; the teachers don't study the law in its entirety and not everyone is knowledgeable in this area; The director of the school says that only the teachers of

quilombola education and history work on Law 10.639/03, which is obligatory in quilombola schools in an interdisciplinary way; The relationship between the school and the community in terms of understanding, knowledge and experience must be reviewed in order to contribute to the construction of a reinvented curriculum; the structure of the school is precarious due to the lack of interest on the part of the public authorities, thus compromising this exchange of experience and knowledge between the community and the school; according to law 10639/03, which contemplates the content of the History of Afro-Brazilian and African Culture as an interdisciplinary theme worked in the National Common Base and Diversified Part.

Keywords: School curriculum; Quilombola school and community; Amazon.

LISTA DE SIGLAS

ADCT: Ato das Disposições Transitórias.

ARQUIC: Associação Remanescente de Quilombo do Caldeirão.

BNCC: Base Nacional Comum Curricular.

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior.

COPIR: Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial.

CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

CF: Constituição Federal.

CNE: Conselho Nacional de Educação.

DCNEEQ: Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola.

EEQ: Educação Escolar Quilombola.

GEPPSEMA: Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e educacional das Margens Amazônicas.

INCRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária.

MALUNGU: Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará.

OIT: Organização Internacional do Trabalho.

PARFOR: Plano de formação para professores da educação básica.

PPGED: Programa de Pós-Graduação em Educação.

PBQ: Programa Brasil Quilombola.

PPP: Projeto Político Pedagógico.

SEDUC: Secretaria Estadual de Educação.

SEMED: Secretaria Municipal de Educação.

SOME: Sistema de Organização Modular de Ensino.

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 01 – Sujeitos participantes da pesquisa..... | 30 |
| QUADRO 02 – Comunidades Remanescentes de Salvaterra..... | 58 |
| QUADRO 03 – Educação Escolar Quilombola e Currículo (Capes 2020-2021)..... | 66 |
| QUADRO 04 – Dissertações PPGED/UEPA (2007-2020)..... | 69 |
| QUADRO 05 – Dissertações PPGED/ UFPA (2005-2019)..... | 72 |
| QUADRO 06 – Números de Comunidades Quilombolas reconhecidas e certificadas por estado..... | 89 |
| QUADRO 07 - Sujeitos entrevistados e assuntos discutidos..... | 92 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|---|----|
| Foto 01 Técnica da SEMED..... | 34 |
| Foto 02 Técnico da SEMED..... | 35 |
| Foto 03 Pesquisador e o Presidente da comunidade do Caldeirão..... | 36 |
| Foto 04 Pesquisador e a Vice-presidenta da comunidade..... | 37 |
| Foto 05 Bandeira da comunidade e a bandeira da Malungu..... | 37 |
| Foto 06 Mesa organizada para receber lideranças..... | 37 |
| Foto 07 Advogada da Malungu..... | 38 |
| Foto 08 Diretoria empossada..... | 38 |
| Foto 09 Registro feito na SEDUC | 40 |
| Foto 10 Moradora antiga..... | 41 |
| Foto 11 Secretaria Municipal de Educação..... | 43 |
| Foto 12 Frente da escola Sebastião de Assis Gonçalves..... | 49 |
| Foto 13 Fachada lateral da escola..... | 50 |
| Foto 14 Placa de inauguração..... | 50 |
| Foto 15 Sala da direção da escola..... | 51 |
| Foto 16 Diretoria por dentro..... | 51 |
| Foto 17 Secretaria da escola..... | 52 |
| Foto 18 Secretaria e sala Multifuncional..... | 52 |
| Foto 19 Salas de aula..... | 53 |
| Foto 20 Cozinha da escola..... | 53 |
| Foto 21 Poço utilizado pelos escravos em Joanes..... | 56 |
| Foto 22 Poço utilizado pelos escravos em Monsarás..... | 57 |
| Foto 23 Comunidade do Caldeirão por dentro..... | 62 |
| Foto 24 Igreja Nossa Senhora do Carmo..... | 63 |
| Foto 25 Certidão de Auto definição..... | 79 |
| Foto 26 Estrada de acesso á comuidade..... | 80 |
| Foto 27 Estrada de acesso atual..... | 81 |
| Foto 28 Mapa do território do Caldeirão..... | 82 |

Foto 29 Slogan da comunidade.....83

Foto 30 ARQUIC.....156

LISTA DE MAPA

| | |
|---|----|
| Mapa 01 Mesorregião do Marajó..... | 44 |
| Mapa 02 Localização do Município de Salvaterra..... | 45 |
| Mapa 03 Localização de Joanes e Monsarás; Imagens das Ruínas. Mapa confeccionado pelo programa QGIS (QGIS Development Team, 2012)..... | 55 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 ANDARILHAGEM DA PESQUISA..... | 16 |
| 1.1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ENCONTRO COM A TEMÁTICA DA PESQUISA..... | 16 |
| 1.2 QUESTÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA..... | 21 |
| 1.3 O TRAÇADO TEÓRICO - METODOLÓGICO DA PESQUISA..... | 22 |
| 1.4 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA..... | 27 |
| 1.5 SUJEITOS DA PESQUISA..... | 29 |
| 1.6 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS EM CAMPO..... | 41 |
| 1.7 LÓCUS DA PESQUISA..... | 43 |
| 1.8 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..... | 59 |
| | |
| 2 PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: UM OLHAR A PARTIR DO ESTADO DO CONHECIMENTO..... | 66 |
| | |
| 3 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA..... | 74 |
| 3.1 QUILOMBOS: CONCEITUAÇÃO..... | 74 |
| 3.2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA EM TERRAS BRASILEIRAS..... | 78 |
| 3.3 PALAVRAS EM MOVIMENTOS QUE MARCAM A (RE)EXISTÊNCIA..... | 84 |
| | |
| 4 AVANÇOS E LÍMITES DA POLÍTICA CURRÍCULAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA PARAENSE..... | 91 |
| 4.1 A IDENTIDADE QUILOMBOLA COMO MOVIMENTO DE (RE)EXISTÊNCIA..... | 93 |
| 4.1.1 Entrevista com Técnicos da SEDUC / SEMED..... | 95 |
| 4.1.2 Entrevista com Professores/as: Direção e coordenação da escola..... | 115 |
| 4.1.3 Entrevista com a Comunidade quilombola..... | 150 |
| 4.1.4 Entrevista com os Líderes da comunidade..... | 152 |
| 4.1.5 Entrevista com os Pais de alunos (as) da escola..... | 156 |
| 4.1.6 Entrevista com os Alunos e alunas da escola..... | 161 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DESAFIOS DE UMA POLÍTICA CURRÍCULAR E PRÁTICA EDUCATIVA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA/ BRASIL..... | 171 |
| REFERÊNCIAS | 179 |
| APÊNDICES | 187 |
| APÊNDICE A INSTRUMENTO DE PESQUISA | 188 |
| APÊNDICE B | 189 |
| APÊNDICE C | 190 |
| APÊNDICE D | 191 |
| ANEXO | 192 |
| ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 193 |

1 ANDARILHAGEM DA PESQUISA

Esta seção adentra os meus caminhos percorridos pelo interesse a temática de estudo, onde me possibilitou a reflexão de se juntar aos territórios quilombolas e especificamente as escolas situadas nesses territórios. Contudo visando a análise dos avanços e limites do currículo da escola Quilombola Sebastião de Assis Gonçalves adentrado no Quilombo do Caldeirão em Salvaterra – Pará. A andarilhagem da pesquisa de campo teve um período¹ curto de coleta de dados, observações, troca de experiência e convivência com os colaboradores da pesquisa.

Mais os momentos entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa, foram riquíssimos em informações, e essas informações que trazem as inquietudes, suas lutas, e as vozes pedindo mais atenção e reparo por parte do poder público, e além do mais à luz das problemáticas apresentada na pesquisa. Os colaboradores² entrevistados desse estudo estão na faixa etária entre 26 a 60 anos pertencentes às secretarias municipais e estaduais, moradores da comunidade e não moradores, sendo que foram entrevistados alunos na faixa etária de 12 a 14 anos. Optou-se por estes sujeitos devidos estarem diretamente ligados as políticas pública estadual e municipal e tendo participação na construção e implementação dos currículos nas escolas quilombolas. Tivemos também a participação dos colaboradores sendo eles professores, direção e coordenação pedagógica, alunos, moradores da comunidade e pais e mães de alunos.

1.1 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E ENCONTRO COM A TEMÁTICA DA PESQUISA

O presente estudo tem como foco de análise o currículo implementado em escolas de comunidade quilombola na realidade amazônica, focando a dimensão étnico-racial e seu papel político-educativo no tocante à contribuição à afirmação e reconhecimento do território dessa comunidade.

Para chegar, ou melhor, encontrar com essa temática e problemática, é

¹ Esta pesquisa foi realizada no período de janeiro de 2022 (no recesso das aulas) até dia 28 de março de 2023 (entrando no segundo bimestre)

² Todas as entrevistas expressam os próprios nomes dos sujeitos, conforme o Termo Livre de Consentimento assinado, e as identificações serão expostos de acordo com o grupo em que estão inseridos: Técnicos das Semed/Seduc, Lideranças da comunidade, Gestão escolar, Aluno, Professores, alunos, Pais dos alunos e Coordenação pedagógica.

preciso considerar um pouco de minha trajetória pessoal, em particular profissional como professor da rede pública de educação básica na região do Marajó, no estado Pará. Moro em Soure, cidade vizinha de Salvaterra (ambos os municípios fazem parte da região marajoara da Amazônia paraense), desde 2001 quando passei no concurso público para supervisor escolar, atuando como coordenador pedagógico em escola pública desse município. Graduei-me em Pedagogia pela Universidade da Amazônia no mês de janeiro de 1998 e especializei-me em gerência escolar pela Universidade Estadual do Pará no mês de julho de 2000.

Outros ofícios da minha carreira, com o licenciado pleno em Pedagogia, estiveram diretamente ligados à coordenação pedagógica, à coordenação local em cursos superiores, ao assessoramento pedagógico, à docência no ensino fundamental menor, maior e ensino médio, o que me possibilitou o contato com a realidade rural amazônica paraense, em especial com professores/as, com a escola e com a comunidade, em particular do município de Salvaterra.

E essa escola pública, Escola Municipal de Ensino Fundamental Instituto Stella Maris, que recebe os moradores da região amazônica marajoara, no caso na cidade de Soure, onde iniciei minhas atividades de coordenação pedagógica, recebíamos também alunos/as de Salvaterra, que, na maioria, eram negros/as e oriundos/as da comunidade quilombola do Caldeirão, essa descoberta se deu nas reuniões com os pais destes alunos/as.

Quando me refiro à coordenação pedagógica, um trabalho relevante, que tem como uma de suas funções o acompanhamento pedagógico, mais com didáticas ineficazes para acolher saberes, valores, culturas, modos de pensar dos povos colonizados. Observei nesses alunos/as oriundos/as de quilombos a dificuldade nesse processo de ensino aprendizagem, no que tange à escrita, à leitura, à falta de interpretação de texto, por até mesmo pelas suas singularidades próprias marcadas pelas suas histórias. Segundo Arroyo (2012), surgem tantas didáticas de aprendizagem que não levam em conta os brutais processos de subalternização que os educandos carregam.

Outro fator preponderante que me levou a escolher Salvaterra como território da pesquisa é a existência de um grande número de comunidades quilombolas nesse município, dentre elas a comunidade do Caldeirão, que se constituiu como *locus* dessa investigação. O número de comunidades existente no município pode chegar a 18, e a comunidade do Caldeirão sendo a mais populosa da região.

Conforme os estudos da Nova Cartografia Social da Amazônia (2006, p. 04)³, as “pesquisas dizem a importância dos povoados negros neste município”. Nesse sentido, conforme esse projeto é possível identificar o papel importante que os povoados negros têm para essa região do Marajó/Amazônia, tanto que existe um número expressivo de comunidades na região.

A aproximação com a referida temática aumentou posteriormente quando fui coordenador local do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) da Universidade Federal do Pará (UFPA) no campus em Soure, no período de 2012 a 2020. Tive uma aproximação muito grande com professores/as de várias localidades do Marajó⁴, haja vista que me chamou muito atenção o trabalho de professores/as nas comunidades quilombolas de Salvaterra.

Outro fator foi à experiência do curso de Etnodesenvolvimento do Campus Universitário da UFPA Marajó-Soure, onde identifiquei uma diversidade sociocultural bem representativa de povos e comunidades: quilombolas, extrativista, pescadores/as e ribeirinhas da ilha do Marajó. Aí, tive uma pequena aproximação com essas comunidades e professores/as, e fiquei fascinado pelo espírito de luta em melhorar sua comunidade através dos estudos do aprofundamento de conhecimento e formação acadêmica, bem como a contribuição para reinventar a universidade, esse diálogo de saberes apartir desses povos e comunidades tradicionais.

Devido a essa trajetória acadêmica, decidi no mestrado pesquisar sobre as comunidades quilombolas Marajoaras, especificamente a Comunidade Remanescente Quilombolas do Caldeirão em Salvaterra-Pa. Por conseguinte com meu ingresso no Mestrado, fui desconstruindo e reconstruindo o projeto e esses espaços do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (GEPPSEMA) foram importantes para essa trajetória.

Destaco as formações, seminários, debates, estudos e discussões do GEPPSEMA⁵ que me oportunizaram tanto uma aproximação com o campo teórico,

³ Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidades coletivas e conflitos. Fascículo 7. Quilombolas da Ilha do Marajó. Belém, janeiro de 2006.

⁴ As localidades de onde vieram os professores/as são de: Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Soure.

⁵ Esse grupo de pesquisa é cadastrado no CNPq, cujo coordenador é o professor Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa. Esse grupo é constituído por discentes da graduação e pós-graduação e tem como foco pesquisar a realidade social e educacional amazônica, tomando como ênfase as experiências e saberes de povos e comunidades tradicionais e camponesas e a luta de seus movimentos sociais sob o ângulo e a perspectiva crítica do pensamento social, em particular latino americano. Eu integro

epistemológico, metodológicos no horizonte dos estudos dialéticos e pós (de)-coloniais, quanto o diálogo com as representações de movimentos sociais, para que eu pudesse reestruturar o projeto dessa pesquisa com ênfase na realidade das comunidades tradicionais amazônicas, em particular das comunidades quilombolas. E através do nosso grupo de pesquisa cursei a disciplina pensamento social e educacional ministrada pelo meu orientador onde me proporcionou resgatar os saberes suprimidos, silenciados e marginalizados e com isso me indicaram obras para dar luz à pesquisa olhando a partir dessa *margem* tão singular da Amazônia com várias Amazônias (PORTO-GONÇALVES, 2005; CORRÊA; HAGE, 2011).

E essa reconstrução são boas novas para ideias lançadas em respeito aos saberes e experiências dos povos indígenas, dos povos quilombolas que estão invisíveis do outro lado da linha abissal, essa linha imaginária que divide o Norte Global do Sul Global, mas não na visão geográfica em si, e sim na visão epistêmica (SANTOS, 2010, 2019). Para Santos (2018), a descolonização significa a luta por um mundo pós-abissal, um mundo que elimine as exclusões abissais, aquelas que implicam a degradação ontológica e epistêmica dos grupos excluídos.

Podemos considerar também que “A identificação da existência da linha abissal é o primeiro passo no sentido de ultrapassá-la, quer ao nível epistemológico, quer ao nível político. Identificar e denunciar a linha abissal permite abrir horizontes relativamente à diversidade epistemológica do mundo” (SANTOS, 2021, p. 28). Conforme o autor, denunciar a linha abissal é respeitar as diferenças, é tentar enxergar a copresença de diferentes saberes, ou seja, o reconhecimento da necessidade de versar as divergências, as reciprocidades e os contrastes que existem nos dois lados, e com isso fortalecer a eficácia das lutas de resistência contra a opressão.

Assim, essas experiências acadêmicas, advindas com a minha entrada no PPGED/UEPA, propiciaram uma convergência e tensão entre os meus saberes locais e a academia, fazendo-me perceber criticamente o território quilombola como um relevante espaço educativo, permeado de ancestralidade, de cosmogonia ainda muito invisível, que se opõe às formas hegemônicas do sistema-mundo capitalista moderno-colonial (QUIJANO, 2005).

Assim, por meio dessas experiências, pude perceber a comunidade ou o

território quilombola como um espaço educativo, que transgride a lógica de escolarização dentro de um espaço formal, hegemonicamente marcado por uma racionalidade eurocêntrica. Com isso, também passei a descobrir e ler autores/as que tratam de temáticas étnico-raciais voltadas à educação/escola, ao currículo, à modernidade-colonialidade-decolonialidade, à modernidade, aos saberes culturais, identidades, etc.

Nesses termos, meu olhar como educador foi interpelado e provocado à sensibilidade de adentrar nos aspectos das questões da diversidade étnico-racial com foco na relação entre escola e comunidade, tomando como base dessa intermediação o papel político e pedagógico do currículo, como terreno de relações de poder. Esse caráter conflitual do currículo dentro da escola é motivador no sentido de analisar de fato como vem sendo abordada a política e prática curricular em escolas situadas em comunidades quilombolas.

Nesse contexto, destaco a importância da pesquisa do currículo escolar, como campo de relações de poder no processo de transmissão ou/e socialização de conhecimentos, posto que ele não é desinteressado, descontextualizado e natural, mas, sim, construído socialmente e marcado, historicamente, por contradições e conflitos de interesse de classe, de raça, de gênero e de território (GOMES, 2005, 2011).

Outra indagação é a diversidade no currículo escolar, e com isso levantar questionamentos sobre a nossa prática docente, nos projetos pedagógicos e nas propostas educacionais. Segundo Gomes (2007, p. 17) como a questão tem sido pensada nos diferentes espaços sociais, principalmente, nos movimentos sociais? Como podemos lidar pedagogicamente com a diversidade? A diversidade tem quer ser analisada no currículo da escola pública de forma crítica, considerando os processos de colonização e dominação. Gomes (2007, p. 17) ao analisar o cotidiano escolar, questiona: qual é o lugar ocupado pela diversidade? Ela figura como tema que transversaliza o currículo? Faz parte do núcleo comum? Ou encontra no espaço somente na parte diversificada? De acordo com Gomes (2007, p. 25):

Por isso, a inserção da diversidade nos currículos implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos como etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia. Falar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação.

A compreensão da diversidade é de suma importância, devido ao diálogo e à

relação com várias dimensões de cunho político, social, cultural e econômico dando ênfase para lutar contra todo e qualquer processo de colonização e dominação.

1.2 QUESTÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

O espaço educativo do território quilombola é centrado em saberes, conhecimentos, experiências não relevantes para uma sociedade capitalista euronortecêntrica, onde a epistemologia dominante traz para esse campo uma tensão que é a ideia do epistemicídio com o objetivo de exterminar esses conhecimentos locais (SANTOS, 2009). Tendo como referência Santos e Menezes, (2009), a “ecologia de saberes” não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimentos que possibilitam uma pluralidade de saberes complexa no mundo real, que a suposta defesa da verdade (absoluta) e da universalidade da racionalidade eurocêntrica hegemônica não dá conta.

O objetivo desse espaço educativo é garantir a representação e reconhecimento do território quilombola para as diversas experiências e saberes que possibilitem a inserção e a maior participação dessas comunidades no mundo atual. Desta forma, mediante a temática da educação escolar quilombola e currículo, e as políticas afirmativas, entre outros elementos, como instrumentos de (re) afirmação e (re) valorização de identidade(s) – ser negro, ser quilombola, entre outros – e que na educação escolar o currículo é uma das possibilidades de constituir-se como um instrumento dessas políticas.

Em face dessas marcações feitas até aqui, parto da seguinte questão-problema: *quais os avanços e os limites do currículo implantado na escola quilombola Sebastião de Assis Gonçalves de Salvaterra, com vistas ao reconhecimento e à afirmação dos saberes e território quilombola?*

Apartir dessa questão central, apresento como objetivo geral:

- Analisar os avanços e os limites do currículo implantado na escola quilombola Sebastião de Assis Gonçalves de Salvaterra, com vistas ao reconhecimento e à afirmação dos saberes e território quilombola.

Além desse objetivo geral, fazem parte do trabalho os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a relação que a escola quilombola Sebastião de Assis Gonçalves estabelece com os saberes e experiências da comunidade do

caldeirão.

- Identificar e analisar se e como vem sendo implementada na escola Sebastião de Assis Gonçalves a lei 10639/2003 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.
- Identificar a contribuição dos saberes da comunidade quilombola do caldeirão para a reinvenção curricular numa perspectiva de afirmação e reconhecimento intercultural desse território quilombola.

1.3. O TRAÇADO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Todo indivíduo ativo tem uma prática, mas não tem uma clara consciência teórica desta prática que, no entanto, é um conhecimento do mundo, na medida em que transforma o mundo.
(GRAMSCI, 2010, p. 34).

Esta pesquisa se assenta no método dialético materialista, com enfoque decolonial. Ela, também, toma a abordagem qualitativa, com ênfase no tipo de pesquisa de campo e documental.

É uma pesquisa de base dialética materialista. O materialismo dialético é uma filosofia que teve origem na Europa com base nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Um dos fundamentos dessa dialética materialista é o de que nada pode ser considerado perpétuo, pois tudo está em constante movimento e transformação, um devir histórico, que tem como base a contradição da realidade concreta (CORRÊA, 2010, FRIGOTTO, 2000, LEFEBVRE, 1983).

Conforme Frigotto (2000), a dialética materialista é concebida, ao mesmo tempo, como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação, que articula dialética e inseparavelmente teoria e prática, reflexão e ação. Há, pois, um tríptico movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo”, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação.

Sobre esse método, Lefebvre (1983) destaca a categoria de totalidade, como expressão da realidade concreta a ser investigada, interpretada e transformada.

O método dialético é uma ferramenta importante para o trabalho investigativo interdisciplinar. A realidade pensada dialeticamente privilegia a concepção do todo. A noção de totalidade vem, então, contribuir para que os diferentes saberes possam dirigir seu olhar para o objeto de estudo, que é a realidade concreta, resultado de múltiplas determinações e

historicamente construída (LEFEBVRE, 1983, s/p).

A dialética materialista exige uma reflexão crítica e sistemática e sólida para se aproximar daquilo que deseja entender ou compreender a realidade na qual procura intervir. A visão da totalidade se dá através de um debate interdisciplinar em torno do objeto estudado, para que os diferentes saberes possam contribuir para a luz do conhecimento, resultando assim a exatidão do objeto problema.

A dialética, conforme Frigotto (2000, p. 71), é entendida como “arte do diálogo”, ou a “arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão”, a dialética cuja acepção incorpora o seu sentido moderno, ou seja, “o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.

A dialética como método de pesquisa, visa o debate em abundância entre o pesquisador e o objeto de estudo. Essa discussão mostra o contraditório da realidade e a transformação em infinito. No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

“A teoria é capaz de penetrar nas massas desde que faça demonstrações ad hominem e faz demonstrações ad hominem quando se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz e a raiz para o homem é o próprio homem” (MARX; ENGELS, 1974, p. 16). Quando mediamos um debate dentro dos territórios quilombolas temos que ser bastante radical, ser verdadeiro, refutar o que defendemos que é o respeito à ancestralidade dos povos indígenas, quilombolas, realizarem das formas inferiores para superiores, e se for necessário para o bem, intervir nessa realidade através das contradições de idéias para avançar positivamente no aspecto dialético.

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e dinâmica do objeto de pesquisa (PAULO NETTO, 2011, p.21).

O pesquisador se depara com esse objeto para ter seu olhar da realidade desse movimento, para montar a estrutura e os moldes desse objeto de estudo.

Para Marx o pesquisador deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimento, criticá-los, revisá-los, e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do pesquisador é fundamental no processo de pesquisa (PAULO NETTO, 2011, p. 25). O pesquisador, para Marx, tem papel essencialmente ativo e essa relação entre pesquisador e objeto tem que ser de envolvimento, isto é, a subjetividade está ligada à objetividade, e não uma relação de externalidade.

Para Marx o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto (PAULO NETTO, 2011, p. 22). Marx destaca a importância da observação sobre a pesquisa a ser estudada, para poder chegar ao íntimo do objeto.

Ainda com Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se aplicam a um objeto que for recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade, para enquadrar o seu objeto de investigação (PAULO NETTO, 2011, p. 52). O Pesquisador tem que ser fiel ao seu objeto de estudo, ele tem que conhecer a essência dele, e retirar do objeto suas múltiplas determinações, pois quando mais se avança na pesquisa mais conhecemos esse objeto.

Ao fazer alusão ao método de Marx, Corrêa (2010) diz que a sociedade é dinâmica e contraditória, marcada pela correlação de poder entre as classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado). A concepção de Marx, assim, está centrada na história feita por homens e mulheres e nos sistemas de mediações desse objeto, ela é a própria essência. O centro desse dinamismo é o seu caráter contraditório, antagônico, que se expressa, sobretudo nas lutas de classe, que fazem a história se mover, se transformar. O dinamismo da sociedade exige essa intimidade com o objeto através da negação, e negação da negação, para que sempre surjam fatos novos, para uma transformação melhor para as classes e grupos sociais subalternos (CORRÊA, 2010).

Conforme Frigotto (2000, pag. 77), romper com o modo de pensar dominante ou com a ideologia dominante é, pois, condição necessária para instaurar-se um método dialético de investigação. A dialética como a arte de dialogar, vem reconstruir o pensamento, que estava emperrado por muito tempo e com isso fazer uma abordagem mais minuciosa do objeto de estudo.

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento,

mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social (FRIGOTTO, 2000).

O Método dialético materialista vem com o intuito de entender a realidade movida pelo movimento histórico da luta de classes. O método dialético materialista vem da corrente do proletariado, que também é conhecido marxismo (THALHEIMER, 2014).

Como já foi feita uma abordagem do método a ser utilizado nessa pesquisa, vou me referir agora para o enfoque decolonial que vai enfatizar o debate epistemológico e político-social, chamando atenção para a especificidade de cada realidade social marcada pela história de modernidade-colonial (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005).

O conhecimento que seria o valor importante para a sociedade atual, como forma de respeito à ancestralidade, aos povos indígenas, quilombolas e outros povos que amargam o esquecimento dos saberes e experiência, sem levar em conta esse mundo que é variado e diversificado, para tomo a contribuição do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos para clarear esse enfoque decolonial.

Quando levamos o método dialético materialista ao enfoque decolonial, é para ir de encontro com a predominância de um saber único e universal, a predominância de um pensamento exclusivamente masculino, branco europeu, racista para pautar a verdade, pois ela implica profundamente num pensamento parcial, e a realidade não tem como ser compreendida de um ângulo só, como uma monocultura do conhecimento dominante (SANTOS, 2005).

Com isso, acaba-se dando predominância há uma perspectiva, excluindo saberes e soluções, experiências de vivências de outros povos, principalmente dos povos indígenas, quilombolas e outros. Como já foi citada acima, a pesquisa está pautada nas diretrizes da dialética materialista com o enfoque decolonial, que tem como premissa o pensamento pós-abissal a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico eurocentrado (SANTOS, 2009).

Conforme Santos (2021, p. 192), no seu livro *O fim do império cognitivo*, devemos descolonizar as metodologias, levantando diferentes problemas no caso de conhecimentos nascido nas lutas e no caso de conhecimentos usados nas lutas, mesmo se delas não nascidos. Os conhecimentos nascido na luta é uma reflexão da

ação, que constituem a reflexão da própria ação e é uma avaliação geral da própria luta, através de seus processos, métodos e resultados. Sendo que esses conhecimentos nascido de uma luta específica, pode ser utilizadas em outras lutas por vim, na medida em que para tal elas podem ser consideradas úteis.

Podemos considerar também que como descolonizar o conhecimento e as metodologias através das quais ele é produzido. Uma vez que o colonialismo é uma cocriação, ainda que assimétrica, descolonizar implica descolonizar tanto o conhecimento do colonizado como o conhecimento do colonizador (SANTOS, 2021, p. 161).

É um problema complexo mais que podemos começar pelo pesquisador, o mesmo tem que passar por um processo de autodesaprendizagem para ficar apta a participar eficazmente na luta em que se encontra envolvido, pois esse pesquisador vem de instituições científicas dominadas pelas epistemologias do Norte. Pois há uma precariedade de pluralismo interno da ciência, e com isso há uma maior hostilidade e marginalização.

Ainda Santos (2021, p. 211) defende que a credibilidade e a utilidade das epistemologias do Sul dependem menos de sofisticadas elaborações teóricas do que das práticas dos grupos e movimentos sociais que vão dando testemunho delas nas suas lutas contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal. Esses testemunhos no qual chamamos de conhecimento artesanal próprio nascido através de mobilizações em lutas concretas, pois esse conhecimento de suma importância para uma metodologia decolonial.

Quando se referirmos ao método com enfoque decolonial, estamos se referindo diretamente as lutas empreendidas dos povos indígenas, ou melhor, formas de lutas decolonial, e fazemos a inclusão das comunidades quilombolas. Segundo Mota Neto (2015, p. 51) o conceito decolonial seja entendido, como um questionamento radical e uma busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas pela modernidade/colonialidade contra as classes e os grupos sociais subalternos.

O conceito decolonial vem das feridas deixadas das lutas inacabadas pelo sistema colonial, e essa resistência contra o eurocentrismo, o patriarcado, da negação de direitos, da limitação das formas de pensamento e da vedação de uma educação autônoma (MOTA NETO, 2015).

A concepção decolonial é constituída pela negação a negação, ela é, assim, anticolonial, não eurocêntrica, antirracista, antipatriarcal, anticapitalista, em seus

devidos desdobramentos, e assume um enfrentamento crítico contra toda e qualquer forma de exclusão que tenha origem na situação colonial (MOTA NETO, 2015).

Só deixando claro que nossa pesquisa é pautada no pensamento decolonial que desata de um único mundo possível (nexo da contemporaneidade capitalista), e com isso abre portas e janelas para a pluralidade de vozes, ideias, lutas diárias, esperanças e caminhos.

Cabe ressaltar que não é objetivo nosso de aprofundarmos no resplendor de decolonialidade, sendo que somos sabedores do total compromisso com as lutas das comunidades quilombolas, mas sim esclarecer o seu significado, e dar ênfase no método da pesquisa, para termos uma clareza melhor no entendimento da coleta de dados.

1.4. ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

É uma pesquisa qualitativa, que segundo Santos (2019), apresenta características específicas:

A metodologia qualitativa tem que ser descolonizada, devendo produzir conceitos e teorias híbridos pós-abissais, na linha de uma mestiçagem descolonizada cuja mistura de conhecimento, culturas, subjetividades e práticas subverta a linha abissal em que se baseiam as epistemologias do Norte (SANTOS, 2019, p.161).

Segundo Minayo (2002, p. 79), a análise da pesquisa qualitativa, por mais brilhante que seja, deve ser sempre encarada de forma provisória e aproximativa. Pois se baseia no fato de que, em se tratando de ciência, as afirmações podem superar conclusões prévias a elas e podem ser superadas por outras afirmações futuras.

A pesquisa é de campo por meio do qual se realiza um levantamento bibliográfico e levantamento documental que se caracterizam como estratégias metodológicas. Quanto aos documentos, utilizaremos o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo e o Termo de Retificação do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo da Associação dos Remanescentes de Quilombos e povos tradicionais do município marajoara; o Plano de Utilização das Comunidades Remanescentes de Quilombo e povos tradicionais do município marajoara; a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; as Diretrizes Curriculares Nacionais

para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira; os Planos Curriculares Nacionais de 1ª a 5ª ano; Eixos Curriculares entre Saberes Pedagógicos Tradicionais na Rede Municipal de Salvaterra. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que altera a 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências; Lei Nº 11.645, de março de 2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas.

O trabalho de campo é uma estratégia de pesquisa fundamental para que o pesquisador/a adentre numa realidade social a ser investigada, para tentar compreender seu fenômeno social de estudo. Há durante o trabalho em campo uma diversidade de situações que carecem de uma postura bastante atenta do pesquisador/a, a fim de não passar por elas de forma despercebida, visto serem indispensáveis à compreensão do fenômeno de estudo. O pesquisador em campo precisa ser um curioso, um indagador.

Marconi e Lakatos (2003), ao falar da pesquisa de campo, destacam alguns objetivos a se considerar:

É aquela utilizada como objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisálos. "A pesquisa de campo propriamente dita" não deve ser confundida com a simples coleta de dados (este último corresponde à segunda fase de qualquer pesquisa); é algo mais que isso, pois exige contar com controles adequados e com objetivos preestabelecidos que discriminam suficientemente o que deve ser coletado" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.186).

No trabalho de campo, o pesquisador vai ao encontro de compreender seu objeto de estudo, ou problema de pesquisa. Vão à busca de informações, evidências, para obter uma possível compreensão e explicação dos fatos, ou de uma hipótese, que se queira evidenciar, ou até mesmo fatos novos.

Os dados coletados no trabalho de campo "são predominantemente qualitativos – descritivos, exploratórios e experimentais" (MARCONI & LAKATOS, 2003). Descrever ambientes, pessoas, situações e acontecimentos são o que faz o

pesquisador nesse tipo de estudo, contudo ressalta-se que seu trabalho vai além da pura e simples descrição, fazendo-se indispensável sua análise crítica.

A preocupação maior não é a quantificação de dados, mas a compreensão dos significados mais profundos dos aspectos observados. Lüdke e André (2014) chamam atenção para o “significado” que os sujeitos dão às “coisas e à sua vida”, e para isso, o pesquisador/a deve estar atento para analisar, levando em consideração a lógica dos sujeitos pesquisados e sua visão de mundo.

O trabalho de campo, no fazer do método dialético, requer do pesquisador ouvir e observar as pessoas que possuem diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo, mas que pretende estabelecer a verdade através de argumentos fundamentados e não simplesmente sobrepor o outro. Possibilita a compreensão e explicação dos problemas e das contradições que envolvem a produção de explicações sobre os fenômenos sociais. A dialética torna-se uma possibilidade à reflexão da prática educativa e requer a intervenção na realidade para transformar.

1.5. SUJEITOS DA PESQUISA

Em relação aos procedimentos para o levantamento dos documentos e informações produção de dados da pesquisa, irei descrever esse processo a partir de alguns passos que foram acontecendo no decorrer da pesquisa. Utilizo a expressão passos, pois faço menção à ação de ir/estar na Semed e na Comunidade do Caldeirão, e na Escola Sebastião de Assis Gonçalves.

Passo I: Inicialmente, comecei esses passos a partir da Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra (SEMED), para fins de produção e coleta de dados, com 02(dois) sujeitos sociais, sendo eles responsáveis tecnicamente, pelo setor de educação escolar quilombola no município. Com isso, busquei articular a relação sujeito-objeto, rompendo a dicotomia presente na ciência moderna positivista e a posição de neutralidade. Nesse sentido, minha expectativa vem sendo de poder escutar essa equipe técnica da SEMED e, também, de poder acessar à documentação, a fim de ajudar na análise detalhada da política curricular de ensino quilombola no município, assim como as ações que dizem respeito à educação nos territórios quilombolas.

Isso, também, tem possibilitado, inicialmente, a construção de laços com esses agentes técnicos e comunitários numa perspectiva colaborativa e participativa

da pesquisa, pois a equipe da SEMED viu com bons olhos a proposta da pesquisa e vem contribuindo com a ela, propiciando e facilitando meu acesso à SEMED e à escola da comunidade. Ou seja, a confiança que eles depositaram em mim, pelo próprio fato de não ser um “estranho”, ou de longe, mais sim por ser morador do município vizinho (Soure) e ser professor do município de Salvaterra.

Abaixo, destaco um relato meu sobre esse início da andarilhagem da pesquisa⁶:

Neste dia, pela manhã, tinha ido trabalhar na escola municipal de ensino infantil e fundamental Zacarias Castro de Araújo. Tinha chegado à escola às 07 da manhã para cumprir horário, como a escola está sendo reformada, e fui recém-aprovado no concurso do magistério para Salvaterra, ainda não tinha sido lotado em nenhuma turma. Por isso, o cumprimento apenas do horário. Neste dia, estava um pouco nervoso e ansioso para fazer a minha primeira entrevista. Saí da escola às 10h da manhã rumo à secretaria municipal de educação de Salvaterra, onde combinei às 10h e 30 minutos, com a coordenadora de educação escolar quilombola para a entrevista. Chegando à secretaria me deparei com a primeira surpresa, onde a coordenadora estava em reunião para tratar assuntos sobre a conferência municipal de educação, por isso houve um atraso, me deixando mais ansioso. Nesse intervalo de tempo, tinha ido almoçar e quando me dirigir novamente à secretaria, a coordenadora já estava me aguardando para realizarmos a tão esperada entrevista. Juntamente com a coordenadora veio também o responsável pelos programas especiais voltados para educação escolar quilombola, sendo tanto a coordenadora como o responsável pelos programas, eles dois são quilombolas, e com isso fiz 03 (três) perguntas, e com temas soltos (entrevista semiestruturada), para que dessem um aspecto geral da educação escolar quilombola no município. As entrevistas foram gravadas através do meu celular e eu sei meu diário de campo para fazer as anotações devidas e necessárias, como, sendo tudo devidamente seguido em conformidade com o termo de consentimento, que foi aceito.

A seguir, no quadro 01, apresento os sujeitos da pesquisa.

Quadro 01: Sujeitos participantes da pesquisa

| Nº | NOME | IDADE | PAPEL SOCIAL NA SEDUC/SEMED/ | ESCOLARIDADE DE | LOCALIDADE / |
|----|------|-------|------------------------------|-----------------|--------------|
|----|------|-------|------------------------------|-----------------|--------------|

⁶ Esse relato se deu no dia 10/01/2022 e as entrevistas foram realizadas na Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra.

| | | | COMUNIDADE/ESCOLA | | COMUNIDADE |
|----|--------------------------------------|----|--|-------------------------|--|
| 01 | Alaise Cristina Gonçalves dos Santos | 33 | Coordenadora da Educação Escolar Quilombola | Graduada | Comunidade quilombola do Bairro alto/ Salvaterra |
| 02 | José Luiz Souza de Souza | 29 | Coordenador de Projetos Especiais | Graduado e Especialista | Comunidade quilombola do Deus ajude/ Salvaterra |
| 03 | Klebson Salgado Glória | 35 | Secretário de Educação | Graduado | Comunidade quilombola do Caldeirão/ Salvaterra |
| 04 | Amilton Gonçalves Sá Barreto | 61 | Coordenador da COPIR/SEDUC | Graduado e Especialista | Belém |
| 05 | Simone Araújo | 54 | Especialista em Educação COPIR/SEDUC | Graduada e Especialista | Belém |
| 06 | Maria Deuzilene Lisboa Melo | 45 | Especialista em Educação COPIR/SEDUC | Graduada e Especialista | Belém |
| 07 | Dhefson Soares Paiva | 39 | Professor/ Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Graduado | Comunidade quilombola do Caldeirão/ Salvaterra |
| 08 | Raimundo Patrique Gonçalves Novaes | 26 | Presidente da associação remanescente de quilombo de Caldeirão | Ensino médio técnico | Comunidade quilombola do Caldeirão/ Salvaterra |
| 09 | Leodina Salvador Pereira | 60 | Diretora / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Graduada e Especialista | Salvaterra |
| 10 | Victória Santos de Abreu | 27 | Coordenadora Pedagógica e Professora / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Graduada e Mestra | Salvaterra |
| 11 | Solange de Deus da Luz Fagundes | 33 | Coordenadora Pedagógica / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Graduada | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 12 | Maria Auxiliadora Maciel dos Santos | 64 | Moradora da comunidade | Ensino médio | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |

| | | | | | |
|----|-------------------------------|----|---|-------------------------------|---|
| 13 | Woshington Aranha | 37 | Professor/Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Graduado e Especialista | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 14 | João Pedro Salgado Cordovil | 13 | Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão/ Salvaterra |
| 15 | Maria Clara Novaes da Silva | 14 | Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 16 | Rian Marlon Glória dos Santos | 12 | Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 17 | Emerson Ramos Santos | 12 | Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 18 | Thyanne Salgado de Moares | 28 | Mãe de Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Superior Completo | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 19 | Edilene Souza Cantão | 41 | Vice - Presidente da associação remanescente de quilombo de Caldeirão | Ensino Médio Completo | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 20 | Marilene Garcia da Silva | 28 | Moradora da comunidade do Caldeirão | Ensino Médio Completo | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 21 | Adrielle Castro da Luz | 30 | Professora e Mãe de aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Superior Completo | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 22 | Hilário Maciel de Moraes Neto | 14 | Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |
| 23 | Maria Eduarda Ferreira Novaes | 14 | Aluna / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Fundamental Incompleto | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |

| | | | | | |
|----|------------------------|----|--|-----------------------|---|
| | | | | | |
| 24 | Moisés Pinheiro Soares | 46 | Pai de Aluno / Escola Sebastião de Assis Gonçalves | Ensino Médio Completo | Comunidade quilombola do Caldeirão / Salvaterra |

Fonte: Pesquisa de Campo (Alves, 2022).

Logo em baixo, temos fotos autorizadas pelos sujeitos sociais onde os mesmos contribuíram para a relevância dessa pesquisa de campo, e suas falas nas entrevistas foram fundamentais para um breve resultado.

Foto 01: Técnica da SEMED



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Acima se encontra a senhora Alaise Cristina, que é quilombola da comunidade do bairro alto. Ela se disponibilizou a dar entrevista no seu local de trabalho, a SEMED de Salvaterra.

Foto 02: Técnico da SEMED



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Acima se encontra o senhor José Luiz que é quilombola da comunidade Deus ajude e fundador da Juventude Quilombola *Abayomi*⁷. Ele se disponibilizou, também, a dar entrevista no seu local de trabalho, a SEMED de Salvaterra.

O nome e identificação dos colaboradores e sujeitos da pesquisa constam não apenas nesse quadro inicial da pesquisa, mas ao longo do trabalho. Optamos pela utilização dos nomes verdadeiros dos envolvidos na pesquisa, como consentimento deles através do termo de consentimento livre e esclarecido, uma vez ser em esses os sujeitos que tecem cotidianamente as tramas sociais, educacionais e culturais do espaço onde trabalham e vivem. Nominando com seus próprios nomes os homens e mulheres que ajudaram a construir esse trabalho que Arroyo (2014) chama de “Outros sujeitos”, vemos ser uma forma de tais sujeitos se verem enquanto agentes sociais e construtores de sua própria história.

Assim não vemos necessidade em usar nomes fictícios para as “Marias” e “Josés” deste trabalho, mesmos que corramos riscos em citá-los diretamente. Acreditamos que é na reação ou na acomodação desses sujeitos que a história de sua comunidade e da comunidade escolar é construída. Assim, não há como não mencioná-los diretamente, afinal a história vem nos mostrando que ela não é feita apenas pelos “grandes homens” como conhecemos pelos livros oficiais, mas

⁷ Informação da juventude Quilombola Abayomi se encontra no artigo Pandemia e Território. E está citado na referência da pesquisa.

também pelo trabalhador/a rural, professor/a, aposentado/a, coordenador/a, quilombola e outros/as que vivem nas margens da Amazônia, especialmente os comunidade do Caldeirão.

Passo II: Nesse segundo passo, fui até a comunidade quilombola do caldeirão registrar algumas imagens sobre a comunidade e a escola. Na comunidade, tive o primeiro contato com a liderança quilombola, Raimundo Patrique Novaes⁸, presidente da comunidade. Eu o conheci, através do senhor Hilário Moraes⁹. E nesse passo também fui apresentado à comunidade, onde fiz uma breve apresentação do projeto aos moradores, sendo que nesse dia foi empossado o novo presidente da comunidade assim como a diretoria, da qual fazem parte lideranças locais e regionais compondo a mesa de posse.

Foto 03: Pesquisador e o Presidente da comunidade do Caldeirão



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

A pessoa do Presidente da Associação em breve contato comigo se mostrou bastante motivado em assumir o desafio, pude comprovar sua autoestima em alta na entrevista que fiz com ele. Desde sua posse até os dias atuais o presidente se encontra com o mesmo entusiasmo.

⁸ Presidente da Comunidade do Caldeirão, eleito e empossado pela comissão eleitoral no dia 02 de abril de 2022.

⁹ Coordenador das Associações das comunidades remanescente de quilombos do Pará (MALUNGU).

Foto 04: Pesquisador e a vice-presidenta da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

Na imagem 04, apresento a vice-presidente eleita da comunidade, Edilene Souza Cantão. Nesse dia da posse, tivemos outras lideranças quilombolas prestigiando o evento e compondo a mesa¹⁰.

A próxima imagem é a mesa organizada, onde as lideranças compuseram, sendo que tem duas bandeiras, a bandeira em baixo representa a comunidade quilombola do Caldeirão, onde simboliza as cores do movimento, sendo elas o amarelo: riqueza, verde: florestas, vermelho: amor, preto: a cor negra a luta resistência, e a bandeira em cima representam a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescente de Quilombos do Pará – Malungu.

¹⁰ Mesa da posse do Presidente do Caldeirão juntamente com adiretoria e aprovação do regimento interno da comunidade, onde não ouve coro para a aprovação do regimento.

Foto 05: Bandeira da Comunidade e a Bandeira da Malungu



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022

A mesa das autoridades que deram posse ao Presidente e sua equipe, sempre marcado pelas cores do movimento quilombola.

Foto 06: Mesa organizada para receber as lideranças



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

Temos a imagem da mesa sendo observado por uma liderança, o senhor José Carlos Nascimento Galiza, coordenador executivo da Coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas CONAQ. Logo embaixo nós temos a mesa já composta pelas lideranças, na qual a advogada da Coordenação das associações das comunidades remanescente de quilombos do Pará (MALUNGU), a senhora Keila Castro, está orientando juridicamente sobre a aprovação do regimento da comunidade.

Foto 07: Advogada da MALUNGU.



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

Além da advogada da organização Malungu, a mesa foi composta pela senhora Marta Salgado¹¹, senhor José Carlos da CONAQ, Valéria Carneiro da MALUNGU, o senhor Clebson Glória,¹² representando a Prefeitura Municipal de Salvaterra PMS, a senhora Noemi Barbosa¹³, a senhora Noélia Gonçalves¹⁴ e o senhor Raimundo Patrique, presidente empossado da comunidade do Caldeirão.

Logo embaixo, temos toda a diretoria vencedora da chapa para presidir a comunidade remanescente de quilombos do Caldeirão.

Foto 08: Diretoria empossada.



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

A diretoria empossada pela comunidade com a bandeira da MALUNGU, onde

¹¹ Advogada e quilombola moradora da comunidade do Caldeirão.

¹² Clebson Glória é quilombo do caldeirão e Secretário de Educação e na mesa estava representando o Prefeito Municipal de Salvaterra.

¹³ Quilombola da comunidade da mangueira coordenadora da MALUNGU.

¹⁴ Vereadora do município de Salvaterra.

o evento foi bastante lindo e comemorado por todos. Só não foi lido o regimento interno por motivo de quórum.

Passo III: Nesse momento fui até a escola Sebatião de Assis Gonçalves para pesquisar informações detalhada sobre a característica da escola. Fui recebido pela diretora atual da escola a senhora Leodina Salvador e pela coordenadora da escola a senhora Solange, onde as mesmas foram bastante receptivas e prontas para atender no que for necessário. Só lembrando que a diretora da escola não é quilombola e nem moradora do quilombo do Caldeirão, já a coordenadora pedagógica Solange já é quilombola e moradora do Caldeirão. Nessa recepção pelas profissionais as mesmas me entregaram documentos contendo informações importantes sobre o funcionamento da escola assim como a quantidades de funcionários e quem são esses profissionais que compõem a escola.

Nesses documentos elas me entregaram até o mapa da comunidade bem desenhado, tendo informações detalhado do território. As informações e fotos da escola estão registradas na subseção lócus da pesquisa.

Na continuidade da construção da dissertação e em busca das inquietações do objetivo geral do problema, obtive informações importantes do senhor Klebson Salgado Glória que é Secretário Municipal de Educação do município de Salvaterra onde o mesmo respondeu 03 (três) perguntas via whatsapp e com isso atendendo o esperado, sendo que todas as entrevistas estão numa seção específica mais adiante.

Logo em seguida, seguir rumo à pesquisa de campo na SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) em Belém do Pará onde entrevistei o senhor Amilton Gonçalves Sá Barreto que é coordenador da COPIR (Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial), a senhora Simone Araújo que é especialista em educação da SAEN (Secretaria Adjunta de Ensino) e da (Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial) e a senhora Deuzilene Melo que é especialista em educação da SAEN (Secretaria Adjunta de Ensino) e da COPIR (Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial), as entrevistas se deram através do celular juntamente com meu diário de campo, onde anotava todas as observações não notadas pelas entrevistas, os mesmos foram muito atenciosos comigo, e pude perceber nas falas deles a militância pelo movimento negro, territórios quilombolas assim como pelos povos indígenas.

Logo embaixo temos o registro feito com o coordenador da COPIR, assim

como com as especialistas em educação da COPIR.

Foto 09: Registro feito na SEDUC



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

Acima na imagem a primeira da esquerda é a senhora Simone, depois vem o pesquisador no caso eu, a senhora Deusilene e o senhor Amilton Barreto.

Passo IV: Depois de meses retornei a secretaria de estado de educação no departamento da COPIR com meu diário de campo para entrevistar novamente os técnicos, onde foi feita o diálogo com a técnica Maria Deusilene para filtrar as informações, nesse dia à mesma se encontrava sozinha, pois os demais estavam em serviço. Depois da Seduc retornei a Semed para entrevistar a técnica Alaise que é coordenadora da educação quilombola, já nesse momento a mesma se encontra sozinha na coordenação, devido o técnico José Luiz ter assumido a direção da escola municipal de ensino infantil e fundamental Quilombola de Deus Ajude, atendendo a portaria feita pelo prefeito de Salvaterra Sr. Carlos Gomes onde os gestores de escolas situadas em comunidades de quilombos devem ser preferencialmente quilombolas gerenciando a escola.

Retornei para a comunidade de quilombo de Caldeirão, especificamente a escola Sebastião de Assis Gonçalves onde é meu locus da pesquisa e entrevistei a diretora da escola a senhora Leodina Salvador, um ser humano incrível, muito simpática e me deu toda abertura dentro da escola, apresentando assim todos os espaços e suas histórias, logo em seguida entrevistei uma das coordenadoras pedagógicas da escola a senhora Victória Santos que também é professora da escola, mas em outro turno, uma pessoa jovem e bem capacitada para a responsabilidade que lhe assume, na sua entrevista mostrou se bem segura e otimista, e com finalizei o rol de entrevista para esse dia.

E retornei no dia seguinte para entrevistar a senhora Solange de Deus que é

Coordenadora pedagógica da escola do ensino fundamental menor, pois na escola existe duas Coordenadoras pedagógicas uma do ensino fundamental menor e outra do ensino fundamental maior, Solange já é quilombola de Caldeirão e na sua fala durante a entrevista percebi como ela é uma autêntica quilombola de identidade, por isso abraça a luta de sua comunidade.

Voltei no dia seguinte e entrevistei uma moradora antiga da comunidade a senhora Maria Auxiliadora que é quilombola, onde a mesma participou da criação da Associação Remanescente do Quilombo de Caldeirão. Por sinal uma mulher de muito conhecimento sobre seu território e ficou bem à vontade para falar sobre sua experiência. Em baixo temos o registro da quilombola Maria Auxiliadora.

Foto 10: Moradora antiga



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2023.

Dando continuidade as minhas andarilhagens entrevistei o professor Woshington Aranha, recém-chegado na escola, o professor que é quilombola da comunidade de Caldeirão, trabalha nas séries iniciais do ensino fundamental. No outro dia entrevistei os alunos do 7º e 8º anos do ensino fundamental maior, assim como mãe de aluno da escola. Por fim encerro os relatos das andarilhagens.

1.6 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA PESQUISA CAMPO

Durante essa permanência no campo pesquisado, passei a estabelecer

estreitas relações com os sujeitos, dialogando, interagindo e participando da vida cotidiana da comunidade. O pesquisador torna-se assim um observador participante. Como técnica de pesquisa, a observação participante tem sido uma das formas mais usuais utilizada nas abordagens qualitativas e nos estudos educacionais crítico-dialéticos. A técnica da observação participante abrange algumas dimensões e classificações que, neste estudo, apresenta as seguintes especificidades: é uma observação pública, uma vez que é revelado aos sujeitos que estão sendo observados; é participante por haver determinadas situações uma interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa; é uma observação não sistemática vista não seguir um esquema fechado e padronizado; ocorre em uma situação processual, no contexto da comunidade e da escola e institucional, no qual o foco da observação é a sala de aula e o território quilombola do Caldeirão.

Durante essa permanência no ambiente pesquisado ele passa a estabelecer estreitas relações com os sujeitos, dialogando, interagindo e participando do dia a dia da comunidade. O pesquisador torna-se assim um observador participante. A pesquisa participante tem seu contexto de utilização relacionado às necessidades de populações, comunidades que compreendem operários, camponeses, agricultores, quilombolas e índios, ou seja, as classes mais carentes e subalternas nas estruturas sociais contemporâneas levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir, ela dever ser pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária (BRANDÃO, 1998).

Atuando como observador participante, me inseri no campo e a cada estada na Secretaria, onde foi as minhas primeiras relações entre pesquisador e pesquisados tornaram-se cada vez mais próximas, sendo que a minha ansiedade em chegar ao território quilombola, e depois na escola foram grande, porque lá era o meu *lôcus* da pesquisa. A passagem pela secretaria de educação ocorreu no ano de 2022, onde faço a descrição no passo I dessa pesquisa.

Foto 11: Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

Nessa imagem mostra a frente da SEMED, onde entrevistei os técnicos da secretaria sobre a política curricular do município de Salvaterra e dei início a minha pesquisa de campo. Foi utilizado o diário de campo, ferramenta de grande importância para as anotações durante a pesquisa de campo, principalmente nas entrevistas onde é feito as observações necessárias, assim como o registro áudio visual, como aparelho celular, utilizado nas entrevistas, vídeos e imagens.

1.7 LOCUS DA PESQUISA

O lócus da pesquisa é a Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão com ênfase na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Sebastião de Assis Gonçalves, localizada na zona rural do município de Salvaterra com extensão territorial de 918,563 km², um município do estado do Pará localizado na ilha do Marajó que junto a outras dezesseis cidades formam a Mesorregião do Marajó: Soure, Cachoeira do Arari, Afuá, Santa Cruz do Arari, Breves, Salvaterra, Melgaço, Muaná, Bagre, Currálinho, Portel, Gurupá, Anajás, Ponta de pedras, Chaves e São Sebastião da Boa Vista.

Mapa 01 Mesorregião do Marajó.



Fonte: NAPT– Marajó –Embrapa

Conforme o mapa, Salvaterra faz parte da microrregião do arari, dentro da mesorregião do Marajó, onde é uma extensão territorial com características próprias, mas em nível não tão avantajado quanto às macrorregiões.

Salvaterra, localiza-se na ilha do Marajó pertencente à Microrregião do Arari, tendo como apelido “Princesa do Marajó” e Gentílico “Salvaterrense”, no estado do Pará, que compõe a região Norte ou amazônica do Brasil. Salvaterra tem como municípios limítrofes a cidade de Soure e a cidade de Cachoeira do Arari. Salvaterra foi fundada em 10 de março de 1962. Através do porto de Camará, é uma das principais entradas para a Marajó, localizado no extremo sul do município, na foz do Rio Camará.

O município de Salvaterra é constituído pelo rio Paracauari, o qual serve de limite, em grande parte, ao norte, com o município de Soure, e corre no sentido oeste leste. Segue seu curso apresentando meandros, principalmente, a alguns quilômetros da foz. Seu maior afluente é o rio São Macário, além do rio Nazaré e o rio Mangueira. O rio recebe uma série de afluentes, mas apenas os da margem esquerda pertencem ao município de Salvaterra, entre eles, o rio Miguel, o rio Vale do Rosário e outros. Seguindo para a baía do Marajó, aparecem os rios Condeixas e Jubim e os Igarapés das Cobras, Água Boa e Caraúna (INVENTÁRIO..., 2012).

O rio paracauari com suas águas profundas e histórias escondidas nelas, trazem a beleza da natureza amazônica marajoara separando duas cidades Soure e Salvaterra, onde o tráfego é feito de balsa ou rabetas para o deslocamento dos turistas e moradores locais.

De acordo com o último censo realizado em 2021 a cidade possui uma população de 24 392 habitantes, sendo que a maioria vive na zona rural (62,79%) e zona urbana (37,21%). A base econômica é a pesca, o gado e o coco-da-baía. Atualmente, o principal produto produzido é o abacaxi, a mandioca também possui boa participação na economia (IBGE, 2021).

Mapa 02 Localização do Município de Salvaterra



Fonte: Extraído de Campos (2019).

O arquipélago de Marajó foi, em boa parte, ocupado por “fazendas” no fim do século XVIII e início do XIX, o que significou que indígenas e ex-escravos, homens livres, ficariam “sem terra” e essa restrição seria o mecanismo que, em alguns casos, os tornaria dependentes e submissos dos fazendeiros. Esses trabalhadores dispersaram-se nos sítios que se formaram às margens das fazendas ou em terras mais longínquas, com grau de dependência variável do fazendeiro, do patrão (MARIN, 2009, p.213).

As terras amazônicas Marajoaras como foi citado por Marin (2009), não tinha espaços para os ex-escravos, indígenas, quilombolas e devido a essa situação ficaram a mercê da fome, pois as fazendas ocupavam a maior parte do território, e acabavam voltando a ser dependentes dos fazendeiros locais, e outros adentravam na mata, locais longes do centro para ter uma vida independente mais assim mesmo uma dependência efêmera dos fazendeiros.

O Patriarcado já era predominante em Salvaterra desde o fim do século XVIII e início do século XIX, com o território amazônico marajoara tomado por fazendeiros

onde tinham o privilégio social e controle das propriedades, expulsando e escravizando os verdadeiros donos da terra. Os que conseguiram fugir adentraram no meio do mato criando quilombos, moradias de resistência.

Essas fugas como forma de resistir ao patriarcado daquela época, foram marcadas por alianças, mais também desavenças entre grupos indígenas e escravos, com o único objetivo que era a aliança do ideal de liberdade (MACHADO, 2018, p. 23).

Essas interações entre os grupos subalternos, são destacadas a incorporação de elementos culturais dos grupos indígenas, negros e quilombolas, bem como, o “mito da cobra grande”¹⁵ introduzido no imaginário e narrativas das comunidades negras. E com isso, o contato com os nativos proporcionou aos quilombos conhecimentos sobre os segredos das matas, caminhos, por terra e água (FUNES, 2012).

Esse contato é rico em narrativas onde os quilombolas expressam em saberes e experiências, decodificando o segredo das matas e com isso tendo sua ancestralidade que fica no inconsciente, no imaginário, nas lembranças, nos fazer em rituais e cotidianos, nas relações com o tempo e ficam preciosamente preservadas.

Os navios negreiros transportavam a bordo não somente homens, mulheres e crianças, mais ainda seus deuses, suas crenças e seu folclore. Eu diria que muito mais: valores civilizatórios, visões de mundo, memórias, ritmos, cantos, danças, dúvidas existenciais, alteridades linguísticas, enfim, suas histórias e culturas (DEUS, 2019, p. 123). Essa cultura negra que atravessaram continentes e influenciaram os territórios marajoaras amazônicos, necessitam de resistência para diluir como saber obrigatório em espaços escolares.

A cultura e o corpo devem ser instrumentos de resistência e discutido em salas de aulas, essa resistência negra que devem compor obrigatoriamente currículos de escolas para negros e branca. A cultura e o corpo exercerão papel importante no processo de construção da identidade dos africanos em condição de subalternidade. Esse corpo que é estigmatizado pelo racismo, será a marca da discriminação, exposto aos castigos e aos trabalhos forçados e a toda forma de

¹⁵ A lenda da cobra grande é uma das mais conhecidas do folclore amazônico, que fala de uma imensa cobra, também chamada Boiúna, que cresce de forma gigantesca e ameaçadora, abandonando a floresta e passando a habitar a parte profunda dos rios (lendas e mitos, 2009– 2022).

exploração. Por outro lado esse mesmo corpo virá a ser instrumento de afirmação de identidades, no embate com os opressores num processo de tomada de consciência; também é esse mesmo corpo que poderá ser objeto de repulsa, num processo de autonegação (DEUS, 2019, p. 123-124).

Pesquisei a Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão e participei e talvez contribuir para os trabalhos voltados para um território singular que é a Amazônia, especialmente a ilha do Marajó, dado sua diversidade étnico/racial, cultural, animal, florestal, turística entre outros.

Da mesma forma esperamos que nosso estudo possa ter ajudado a pensar sobre uma realidade amazônica em particular, assim como propiciar um retorno à Comunidade e ao município de Salvaterra para que a educação escolar quilombola de fato aconteça. Pontuo também que esse estudo procura colaborar para a construção de outra perspectiva de entendimento da educação, a qual busca recontar a história a partir dos povos subalternizados, mais especificamente a partir do povo negro que aportou na Amazônia Marajoara e que também constituía sociedade latina, brasileira e amazônica.

Com isso, busco trazer à tona saberes, experiências, pedagogias decoloniais, discussão do currículo quilombola e processos educativos que ficaram à margem, ou seja, a partir dos povos silenciados, e evidenciar o que ainda “não foi dito”, na tentativa de superar a dominação, a colonialidade do poder/ser/saber.

Dando continuidade a minha ida como pesquisador a comunidade do Caldeirão especificamente a escola municipal Sebastião de Assis Gonçalves fui recebido pela diretora da escola a senhora Leodina Salvador e a coordenadora pedagógica a senhora Solange, onde me deu todas as informações solicitadas, sendo que a diretora da escola a senhora Leodina Salvador não é quilombola e não mora na comunidade a mesma mora em Salvaterra, seu cargo é meramente indicação política, já a coordenadora Solange é quilombola do Caldeirão e moradora da comunidade do Caldeirão e seu cargo foi conseguido através do último concurso público que houve na cidade. É importante resaltar esses pontos, pois sobre relatos da comunidade, eles têm preferência para quem são quilombola e morador da comunidade, e com isso ser conhecedor melhor da causa quilombola dentro escola.

E logo embaixo temos uma foto da escola municipal de ensino infantil e fundamental Sebastião de Assis Gonçalves, a escola foi fundada em 1975, onde

funciona em dois turnos (manhã e tarde) e atende do 01 ano até o 09 ano, tem como anexo uma escola em educação infantil, a infraestrutura da escola Sebastião de Assis Gonçalves é; 04 (quatro) salas de aulas, 04 (quatro) banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) secretaria. Pois na sala da secretaria funciona a sala da direção da escola e a sala multifuncional. Sendo que analisei o currículo desta escola, no que tange as experiências e saberes da comunidade, e a própria relação entre escola e comunidade, e como vem sendo trabalhada a lei 10.639/03, sendo que a mesma está localizada dentro da comunidade do Caldeirão.

Conforme o relato da coordenadora pedagógica Solange, a escola atende a grade curricular comum do 1º ao 5º ano com as disciplinas (português, matemática, história, geografia e ciências), já do 6º ao 9º é atendido às disciplinas (português, matemática, estudos amazônicos, estudos religiosos e educação escolar quilombola).

Já sobre o projeto político pedagógico da escola está em fase de construção, este ano que eles estão iniciando a construção do PPP, porque foi iniciado e outros coordenadores que passaram pela escola levaram e não deixaram os rascunhos na escola.

A escola está rodeada por aspectos da natureza: mangues, rio, árvores e ventos fortes. O nome da escola “Sebastião de Assis Gonçalves” simbolizam as lutas para a formação da comunidade, pois o próprio nome da escola é em homenagem a um dos primeiros professores negros da comunidade, que foi chamado e conhecido como “Professor Sabá”, e que exerceu atividades como professor e diretor da instituição, contribuindo para educação escolar quilombola de sua comunidade, afirma a diretora atual da escola a senhora Leodina Salvador.

Ainda com a diretora da escola, ela nos mostrou documentos onde traz às características da escola, as pessoas que trabalham nela, como; há 23 professores e 19 demais funcionários, sendo que há funcionários e professores que não são da comunidade, pois a maioria são de fora da comunidade. A escola agrupa 197 alunos e a escola anexo 66 alunos.

Sobre a escola anexo conforme o relato do presidente da comunidade é uma escola de educação infantil dentro da comunidade quilombola de Caldeirão, onde atende uma demanda de crianças, pelos turnos manhã e tarde, a infraestrutura do anexo é; 2 (duas) salas, 2 (dois) banheiros, e uma sala para a direção da escola. No dia 24 (vinte e quatro) de maio a comunidade foi convocada para uma assembléia

geral para escolher o nome da escola. E conforme a votação dos moradores o nome escolhido para o anexo foi professora Maria Marleni. Ainda conforme o presidente da comunidade a escola precisa de uma pequena ampliação de novas salas, por conta da demanda que aumentou consideravelmente.

Logo embaixo temos fotos da parte externa da escola.

Foto 12: Frente da Escola Sebastião de Assis Gonçalves



Fonte: Registro feito pelo pesquisador (2022)

A escola está descaracterizada devido à mesma ter passado por uma pintura recente, onde os próprios moradores fizeram a arte de pintura na escola, relato de um morador da comunidade no momento quando registrei a foto.

Os documentos cedidos pela diretora da escola vieram algumas informações importantes que vão contribuir para a nossa pesquisa, que é o fato da interação entre comunidade e escola. E essas informações vieram em forma de perguntas; como a comunidade observa (ver) a escola? O que a comunidade espera da escola? O que a escola espera da comunidade? A que a escola tem pensado em relação às necessidades da comunidade? A escola supri as necessidades da comunidade? como? Como os pais/mães e os membros da comunidade participam das atividades da escola.

Agora as respostas respectivamente: como um espaço de formação social e valorização cultural; aprendizado; mais parceria; projetos voltados para questão social (drogas, educação social, projetos e laboratórios de aprendizado), primeiro com formação e educação para crianças, jovens e adultos, reunião do conselho,

cuminância dos projetos e eventos.

Na minha visita a escola tanto como a diretora, a coordenadora pedagógica e demais funcionários foram bastante solícitos em me receber e atenderem minha ânsia, para me darem informações sobre o meu lócus da pesquisa.

Mais foto da escola Sebastião de Assis Gonçalves.

Foto13: Fachada lateral da escola

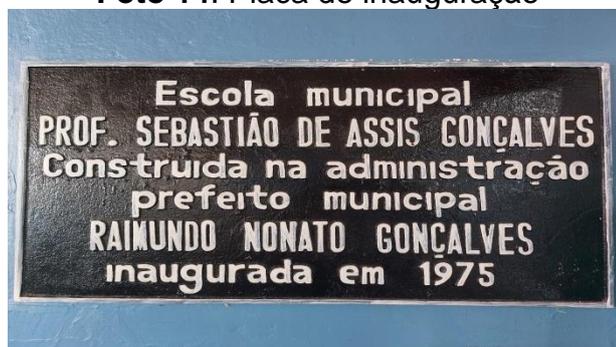


Fonte: Registro feito pesquisador (2022)

A fachada lateral da escola fica algumas salas de aulas, percebemos que a pintura está nova, devido ter passado recentemente por uma revitalização, conforme o relato de um morador da comunidade.

Em baixo temos a placa de inauguração da escola bem conservada.

Foto 14: Placa de inauguração



Fonte: Registro feito pelo pesquisador (2022)

A placa mostra dados importantes sobre a escola, no que se refere; nome de fundação da escola, quem a construiu, o ano de inauguração. A placa se encontra

na parte interna da escola, dentro de uma sala de aula.

Agora vamos ver imagens da infraestrutura da escola por dentro.

Essa é à entrada da sala da diretoria da escola, sendo que nesse espaço funciona a secretaria e sala multifuncional. Observei que a sala está toda caracterizada com as lutas do movimento quilombola negro.

Foto 15: Sala da direção da escola



Fonte: Pesquisa de Campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Logo em baixo temos o registro feito por dentro da sala da diretoria, onde tem uma imagem de uma mulher negra de saia com as cores do movimento quilombola, carregando uma criança negra. A característica da sala mantendo sempre viva a resistência negra.

Foto 16: Diretoria por dentro.



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Logo em baixo temos a secretaria da escola e a sala muntifuncional que funciona dentro da diretoria, é como se fosse duas salas juntas.

Foto 17: Secretaria da escola



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/ 2022.

Na minha observação enquanto pesquisador, os espaços são inadequados, pois são salas pequenas e cabendo várias funções como; diretoria, secretaria e sala multifuncional. E com isso prejudicando o atendimento ao público, os responsáveis dos alunos e outros que queiram um atendimento mais particular para resolver pendências escolares.

Logo em baixo temos mais imagens da secretaria da escola onde funciona a sala multifuncional.

Foto 18: Secretaria e sala multifuncional.



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

A sala com produções de imagens do movimento quilombola negro e

pedagogias antirracistas e emancipatória através de experiências sociais, de suas trajetórias, estratégias e produção teórica.

Em baixo temos as salas de aula, onde se mantem as cores do movimento quilombola.

Foto 19: Salas de aula.



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Em baixo temos a cozinha da escola, tendo um espaço razoável para a preparação da merenda dos alunos.

Foto 20: Cozinha da escola.



Fonte: Pesquisa de campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Acredito que este trabalho é também importante para o Brasil e para a Amazônia, em específico, para o Estado do Pará, pois, considerando o mapeamento feito por Gomes (2015), há 523 comunidades quilombolas no estado do Pará, localizadas em 45 municípios. De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares¹⁶, o Pará é o segundo Estado com o maior número de comunidades remanescentes de Quilombos em todo o Brasil, ficando apenas atrás do Estado da

¹⁶Órgão federal que emite as certificações para as comunidades quilombolas no Brasil.

Bahia.

De acordo com os dados da MALUNGU¹⁷, o Estado do Pará concentra o maior número de comunidades quilombolas já tituladas. Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, só na cidade de Salvaterra existem pelo menos 18 comunidades (MALUNGU, 2006). Cabe ainda ressaltar que o Pará é um dos Estados pioneiros a reconhecer essas populações tradicionais as quais constituem a diversidade étnica cultural amazônica.

Destaco, ainda, que esse trabalho está em consonância com a lei 10.639/2003, a qual torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, já que busca valorizar a história do povo negro na Amazônia, dando visibilidade aos seus saberes e também aos processos educativos construídos por diversos coletivos populares, como as populações quilombolas.

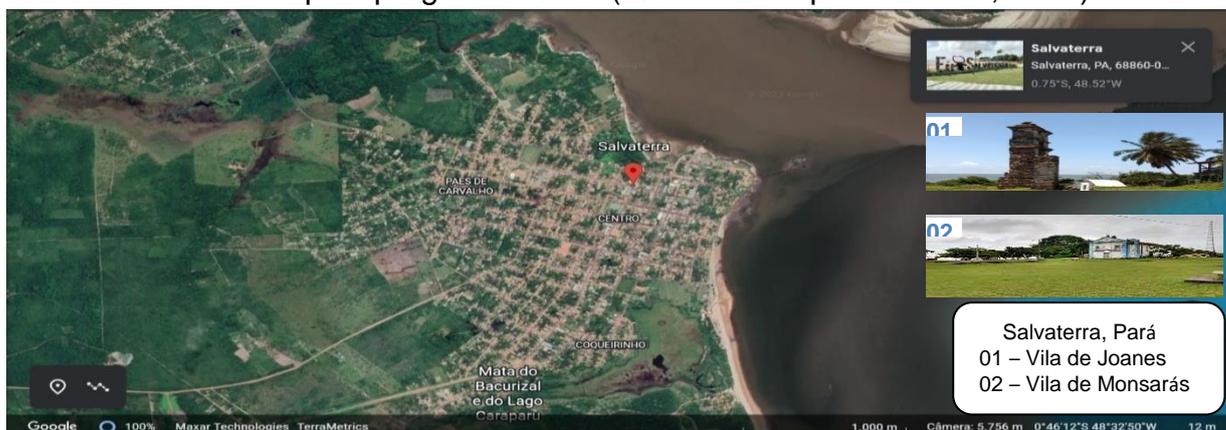
Essa pesquisa favoreceu o que foi proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Resolução nº 08 de 2012, uma vez que procura valorizar o currículo como prática educativa, pois ela promove a transmissão dos saberes ancestrais de matriz africana de uma geração para outra, fazendo com que haja a continuidade da cultura e da memória coletiva que compõem as identidades brasileira e amazônica, sempre em processo de ressignificação e recriação.

O processo de colonização em Salvaterra aconteceu por volta do século XVII em Monsárás, considerada primeira sede da vila de índios. A exploração dos grupos indígenas de Monsarás e Joanes, atual distrito de Salvaterra, foram importantes para a apropriação das terras aos colonizadores (MACHADO,2018). Os povos indígenas que habitavam a região eram predominantemente os Sacacas, grupo esse, que compõe um acervo grandioso na história da linguística indígena e um legado na herança das cerâmicas marajoaras (INVENTÁRIO..., 2012).

A seguir, um mapa com as localizações dos distritos de Joanes e Monsarás no Município de Salvaterra (Mapa 03).

¹⁷Organizaçãodas comunidades quilombolas do estado do Pará.

Mapa 03 Localização de Joanes e Monsarás; Imagens das Ruínas. Mapa confeccionado pelo programa QGIS (QGIS Development Team, 2012).



Fonte: Google Earth (2022).

As imagens inseridas no mapa acima são registros, a primeira é a ruína que existe atualmente da igreja de Joanes e a segunda é a igreja São Francisco de Assis que é centenária e padroeira da comunidade de Monsarás que foram construídas no período colonial. Destacamos essas imagens compreendendo os sítios arqueológicos de Joanes e Monsarás como uma riqueza histórica a respeito da colonização na Ilha de Marajó. Observam-se no Mapa as localizações propícias dos distritos para a colonização, tendo uma vista panorâmica de ameaças e/ou ataques que poderiam chegar pelo mar (MACHADO, 2018).

Se tratando da mão de obra indígena neste período, ela se constituía principalmente com atividades na pecuária, criações de fazendas e currais parados e búfalos, porém, a utilização dessa mão de obra não produzia os resultados esperados pelo regime colonial. Os índios traziam marcas de resistência com influências do passado sem exploração e submissão, além do mais, eram dotados de traços culturais peculiares, que acabava por travar desarmoniosas relações entre os colonizadores e nativos (LISBOA, 2012).

Durante as dificuldades de produção das atividades escravistas, surge a necessidade de introduzir os escravos no Marajó, estes em sua maioria, oriundos principalmente da Angola, cujos descendentes povoam diversos espaços marajoaras atualmente. Os escravos africanos exerceram várias atividades, “como a de vaqueiro, carpinteiro, calafate, ferreiro, alfaiate e curtidores” (Lisboa, 2012, p. 58). Em troca dessas atividades, recebiam farinha, podia cultivar milho, tabaco e hortaliças para comercialização, além disso, recebiam munição para caça (LISBOA, 2012).

Em contrapartida, as escravas realizam trabalhos domésticos e eram sujeitadas a manter relações de prazer com seus senhores, estes além de aproveitar o prazer das relações com as negras, objetivavam também a possibilidade de aumentar o contingente de escravos a partir dessas relações fora dos conjugues. Até mesmo com a Lei 2040 (Lei do Ventre Livre) esta prática continuava, pois, os efeitos desta lei eram tímidos e tendenciosos frente às necessidades de liberdade dos escravos (LISBOA, 2012).

Os escravos deixaram marcas da escravidão e opressão submetida a eles, exemplo disso, são os poços que compõem o sítio arqueológico de Joanes e Monsarás, tais poços são heranças da colonização no Marajó, que remontam lembranças fortes da segregação racial, um poço servia aos escravos e índios, o outro aos portugueses. As formas de subordinação e exploração que os escravos eram submetidos, os impulsionava a fugir, a partir disso, “pequenos núcleos foram formados em locais isolados, os quais hoje formam a base étnica de várias comunidades de Salvaterra” (LISBOA, 2012, p. 311).

As imagens a seguir são dos poços em Joanes e Monsarás utilizado pelos escravos durante a escravidão, sendo um dos fortes símbolos arqueológicos da segregação nesse dado momento histórico.

Foto 21 Poço utilizado pelos escravos em Joanes.



Fonte: Pesquisa de Campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Durante a pesquisa de campo na visita aos poços, cheguei também a encontrar mais um poço, mais este tomado pelo mato e bem próximo à praia, no relato de alguns moradores seria o poço dos colonizadores.

Foto 22: Poço utilizado pelos escravos em Monsarás



Fonte: Pesquisa de Campo, registro feito pelo pesquisador/2022.

Percebemos que conforme as imagens os poços se encontram um pouco abandonados, e matos tomando conta da visibilidade do mesmo.

Até os dias atuais, são contadas pelos mais antigos, histórias sobre esses poços que foram construídos pelos jesuítas, e representavam uma divisão social, pois um era utilizado pelos portugueses e o outro pelos escravos. Localizam-se nas vilas de Joanes e Monsarás (INVENTÁRIO..., 2012).

As relações com grupos indígenas e senhores de engenhos e fazendas, influenciaram a adaptação dos escravos no Marajó, sendo obrigados a participar dos cultos da religião dos senhores e ainda conviver com influências mais fortes de rituais indígenas. Porém, seus elos com a África permaneciam intensos e assim resistiam criando formas de imprimir suas raízes culturais e amenizara vida subalterna, através da religiosidade, música e dança. Atualmente, dentre outras religiões, as comunidades remanescentes de Salvaterra também possuem rituais de candomblé, e festejam ao som do carimbó e lundum¹⁸, dança esta que ganhou marcas próprias e hoje é conhecido na região como lundu marajoara (LISBOA, 2012).

As comunidades remanescentes quilombolas de Salvaterra tem como principal meio de subsistência a pesca e a agricultura, com comercialização do açaí,

¹⁸Candomblé é uma religião de matriz africana, sendo recriada no Brasil, originando neste país uma religião afro-brasileira. “O carimbó tem sua origem na África, mas alguns a atribuem aos índios tupinambás”. A origem do Lundu Marajoara se deu a partir de escravos da Angola e Congo. Estes ritmos e danças são marcas da cultura desses povos tradicionais (LISBOA, 2012, 73).

cultivo do abacaxi e mandioca, além de suas obras artes anais que expressam elementos culturais marcantes (INVENTÁRIO..., 2012). O documentário “Salvaterra, Terra de Negro” realizado em 2007 com o apoio do Instituto de Artes do Pará (IAP) demonstra os conflitos e ameaças que as comunidades enfrentam em seus territórios, devido as estreitas relações com fazendeiros pela posse de terras, que acaba por aumentar a luta das associações pela regularização dos territórios (BRASIL, 2007).

Salvaterra é o “município que concentra o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do Arquipélago do Marajó” (PLANO..., 2007, p. 25). No município, existem 15 comunidades que se declaram remanescentes de quilombo e buscam a legalidade de seus territórios, são elas: Deus Ajude, Bacabal, Bairro Alto, Boa Vista, Mangueiras, Caldeirão, Paixão, Pau Furado, Providência, Santa Luzia, Rosário, Salvá, São Benedito da Ponta, Sericarí e Vila União (CARDOSO, 2013).

Logo embaixo temos um quadro onde demonstra as comunidades quilombolas de Salvaterra, sendo que a comunidade Boca da mata ainda não está reconhecida como comunidade quilombola, esses dados foram fornecidos por um funcionário da Secretaria Municipal de Assistência Social através de documento oficial. A tabela a seguir demonstra 16 comunidades e o número de famílias que cada uma apresenta.

Quadro 02 Comunidades Remanescentes de Salvaterra

| COMUNIDADES | FAMILÍAS |
|-----------------------|-----------------|
| Mangueiras | 471 |
| Bacabal | 276 |
| Bairro Alto | 501 |
| Boa Vista | 312 |
| Pau Furado | 120 |
| Salvá | 21 |
| Deus Ajude | 147 |
| Providencia | 39 |
| Santa Luzia | 45 |
| São Benedito da Ponta | 75 |
| Paixão | 135 |

| | |
|----------------------|------|
| Rosário | 231 |
| Vila União /Campinas | 240 |
| Caldeirão | 2610 |
| Sericari | 135 |
| Boca da Mata | 16 |
| Total de Famílias | 5638 |

Fonte: SEMAS (2022)

O quadro apresenta o nome de cada comunidade com os respectivos números de família por comunidade. Como podemos observar existe um numero considerado de famílias quilombolas em Salvaterra, principalmente na comunidade de quilombo de Caldeirão, o presidente desse território, ressalta que existem 300 famílias que são originários quilombos do caldeirão, no caso a muitas famílias que moram no quilombo e são de outras localidades urbanas como Soure, Belém e Salvaterra, ainda conforme relato de moradores existem mais comunidades, mais ainda não estão reconhecidas como comunidades quilombolas, pois tem todo um processo de reconhecimento pelos órgãos responsáveis.

1.8 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Parte dos elementos deste trabalho esteve pautada em entrevistas. A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos – objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva (MINAYO, 2002, p.28).

Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com propósitos bem definidos. Lüdke e André (2014) ressaltam que devemos ter cuidado com esse tipo de técnica. Não se deve aceitar tudo o que é dito pelos entrevistados como “a verdade”, e sim entender as falas como um discurso e uma representação da verdade e que, portanto, devem ser analisadas, interpretadas e confrontadas com outras informações.

Privilegiamos a entrevista semi - estruturada por se constituir numa técnica

que valoriza a presença dos investigados, além de possibilitar ao informante uma maior liberdade e espontaneidade. Nesse tipo de entrevista o informante aborda livremente o tema proposto, bem como pressupõem perguntas previamente formuladas (MINAYO, 2002). Assim, fizemos para cada grupo de entrevistados um roteiro, previamente estruturado, com perguntas abertas que podem ser consultados no apêndice.

Continuando o processo de produção de dados no dia 14 e 15 de janeiro de 2022, participei da III Conferência Municipal de Educação em Salvaterra, na condição de delegado (sujeito apto para votar), que teve como tema “Educação básica, um direito de todos: (re) planejamento das estratégias do Plano Municipal de Educação (PME) para a promoção de uma educação pública inclusiva de qualidade”. E no dia 15 de janeiro participei do Eixo IV (como eles designam para dividir os grupos com suas respectivas metas) para o debate e construção da meta 07 que é Educação Quilombola, com a seguinte meta; elevar a escolaridade média da população de 18 anos a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. E com isso fomos debatendo vários pontos no que tange a educação quilombola e educação do campo, sendo que nessa construção tive contatos com várias lideranças e representantes das comunidades remanescentes de quilombos em especial a representante da comunidade remanescente de quilombos de caldeirão naquele período, que na época do encontro ainda estava como representante, onde foi meu lócus da pesquisa.

As entrevistas foram coletadas através de gravações diretas e anotações. As gravações ocorrem por meio do celular e faço a alternância em filmar também o entrevistado (a) com o mesmo celular, dessa forma temos entrevistas no qual captou-se apenas a voz, ou seja, a fala do entrevistado (a), já outras, além do discurso oral, têm as expressões corporais que também ajudam na interpretação dos dados.

Sobre esse método de coleta de dados Lüdkee André (2014) avaliam:

Agravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a atenção a entrevistado. Por outro lado, ela só registra as expressões orais, deixando de lado às expressões faciais, os gestos, as mudanças de postura e pode representar para alguns entrevistados um fator constrangedor. Nem todos se mantêm inteiramente à vontade e naturais ao ter sua fala gravada. Outra

dificuldade grande em relação à entrevista gravada é a sua transcrição para o papel. Essa operação é bem mais trabalhosa do que geralmente se imagina, consumindo muitas horas e produzindo um resultado ainda bastante cru, isto é, onde as informações aparecem num todo mais ou menos indiferenciado, sendo difícil distinguir as menos importantes daquelas realmente centrais (LÜDKE; ANDRÉ, 2014, p. 43).

Mesmo que o gravador seja útil nas entrevistas ao registrar na íntegra a fala do entrevistado permitindo apreender as entonações de voz e os significados dos silêncios, o que não seria possível através das anotações, ela possui a desvantagem de não conseguir captar a linguagem não verbal (facial/corporal) do entrevistado, além de se constituir numa técnica bastante trabalhosa ao demandar um tempo maior para serem transcritas e, posteriormente, analisadas. Apesar de apresentar essas desvantagens, este recurso é bastante utilizado nas pesquisas qualitativas e em nosso estudo está junto com o vídeo gravação (filmagem) e a observação, presente de forma significativa no trabalho.

A fotografia e a filmagem como métodos visuais utilizados à serviço da pesquisa social constituíram também parte dos dados dessa pesquisa.

Quanto à fotografia, esta tem sido usada em longa data nos estudos antropológicos e dialético (FLICK, 2009, p. 219). Mead (1963) sintetizou o uso das câmeras como instrumento de coleta de dados na pesquisa social:

Elas permitem gravações detalhadas de fatos, além de proporcionar uma apresentação mais abrangente e holística de estilos e de condições de vida. Permitem o transporte de artefatos e apresentação destes como retratos, e também a transgressão dos limites de tempo e espaço. Podem captar fatos e processos que estejam muito rápidos ou muito complexos ao olho humano. As câmeras também permitem gravações não reativas das observações e, por último, são menos seletivas do que as observações. As fotografias permanecem disponíveis a outras pessoas, podendo ser reanalisadas (FLICK, 2009, p. 219-220).

A partir dessa análise podemos perceber as inúmeras vantagens que o uso das câmeras proporciona ao pesquisador social. Possuem a vantagem de retratar artefatos e posterior apresentação destes; podem captar situações que a olho nu seria impossível; são menos seletivas que a observação além de poderem ser usadas e reanalisadas por outros.

Para Flick (2009, p. 266), houve nos últimos vinte anos um aumento considerável de equipamentos de gravação na pesquisa qualitativa, assim como na vida cotidiana. Ressalta-se que como qualquer outra técnica de coleta de dados esta também possui suas limitações e problemas, sendo que uma delas é influenciar em

algum sentido a situação observada fazendo, por exemplo, com que a conversa/entrevista não ocorra com naturalidade.

Segundo Ludke e André (2014, p. 42-43), nas entrevistas gravadas e filmadas “há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, hesitações, alteração de ritmo” que podem ser apreendidos e serem tão útil ao trabalho quanto o que foi falado.

Em nosso estudo a técnica de fotografia faz com que as imagens possam ser bem analisadas, e pegando o brilho das imagens, pois a filmagem às vezes interfere no comportamento dos moradores da comunidade, não deixando os moradores muitos à vontade, o que pode ser perceptível na inquietação do mesmo.

A seguir constam duas imagens/fotografias registradas dentro da comunidade onde se deu a pesquisa de campo.

Foto 23: Comunidade do Caldeirão por dentro



Fonte: Pesquisa de campo, registro do pesquisador/2022.

A imagem mostra a comunidade remanescente de quilombos do Caldeirão urbanizado, com casas de estrutura física de alvenaria e coberto com telhas de barro, por isso me chamou atenção pelo bom desenvolvimento do território.

Foto 24: Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Pesquisa de Campo, registro do pesquisador/2022.

Nessa imagem vemos a igreja Nossa Senhora do Carmo que é a padroeira da comunidade do Caldeirão, sendo que a festividade começa dia 06 de julho e vai até o dia 16 que é o dia dela e quando se encerra os festejos, conforme o relato de um morador via Whatsapp que se chama Patrique, e hoje o presidente da comunidade, que foi empossado dia 02 de abril do ano de 2022.

Sendo a última fase do processo de investigação, podemos pensar que estamos no final da pesquisa. No entanto, podemos estar enganados porque essa fase depende de outras que procedem. Às vezes, nossos dados não são suficientes para estabelecermos conclusões e, em decorrência disso, devemos retornar à fase de coleta de dados para suplementarmos as informações que nos faltam. Outras vezes, podemos dispor dos dados, mas o problema da pesquisa, os objetivos e as hipóteses e/ou questões não estão claramente definidas. Nesse caso devemos redefinir esses aspectos da fase exploratória da pesquisa.

Porém devemos sempre ter as análises e interpretações geradas através dos dados coletados na pesquisa de campo em articulação com a base teórica serão trabalhados a partir da Análise de Conteúdo proposta Bardin. Contudo cabe destacar a diferença que Minayo (2007) estabelece entre análise e interpretação.

Outra observação importante é acerca das diferenças conceituais entre análise e interpretação. Wolcott (1994) não só diferencia essas duas expressões como distingue do termo descrição. Segundo esse autor, na descrição as opiniões dos informantes são apresentadas de maneira mais fiel possível, como se os dados falassem por si próprios; na análise o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição- que pode ser feita após a análise ou após a descrição- buscam-se sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado (MINAYO, 2007, p.80).

Minayo (2007) tomando emprestadas as formulações de Wolcott (1994) sobre as expressões análise e interpretação destaca que durante a análise o pesquisador vai além da descrição de dados, ele o decompõe e relaciona-os de acordo com as questões de sua pesquisa. Contudo, ela ressalta que esse trato com os dados gerados na pesquisa nem sempre segue o esquema rígido de descrição-análise- interpretação.

Isso significa, por exemplo, que, quando descrevemos dados de uma pesquisa, podemos fazê-lo a partir de um esquema de análise, que por sua vez já reflete certa interpretação. Apesar de, em nossa experiência de pesquisa, em determinados momentos, interpretamos os dados sem passarmos pela descrição e análise, considerando que a descrição e análise podem ser caminhos úteis para uma interpretação (MINAYO, 2007, p.80).

Segundo Minayo (2007), ao descrevermos determinada informação observada em campo a fazemos apartir de uma análise que já reflete uma interpretação, assim como por vezes ocorre a interpretações em passar pela descrição e análise. Na pesquisa qualitativa em educação esse método inicia-se desde a elaboração do projeto e se estende de forma contínua ao longo do trabalho (MARCONDES; OLIVEIRA, 2011, p. 162).

Como foi já dito anteriormente, utilizamos a análise de conteúdo surgida no início do século XX e sistematizada por Bardin (1979) que a formulou como:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979; MINAYO, 2007, p. 83).

Esta técnica consiste numa interpretação profunda e detalhada de todo o material coletado ao longo da pesquisa visando descobrir o que “está por traz dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (MINAYO, 2007, p. 84). Assim, realizada a análise dos conteúdos, e com base nos estudos de Marcondes e Oliveira classificamos em duas categorias:

- Categorias analíticas: “são conceitos retirados dos referenciais teóricos utilizados na pesquisa, que possibilitam a análise e interpretação dos dados”.
- Categorias temáticas: “são fatores, aspectos, elementos do fato ou situação em estudo são classificados e reunidos em eixos ou unidades temáticas a partir e com os dados coletados” (MARCONDES; OLIVEIRA, 2011, p. 164).

Nesse sentido a análise do material através de categorias objetiva:

Uma ação de organização lógica dos dados coletados, viabilizando uma estrutura organicamente integrada. As partidas categorias de análise construídas são possíveis ao pesquisador refletir criticamente sobre a análise das informações obtidas na investigação (MARCONDES; OLIVEIRA, 2011, p.163).

Este texto está estruturado em três seções incluindo as considerações finais. Na primeira seção, apresento minhas motivações pessoais, acadêmicas e sociais que estão no caminho trilhado até a arguição e problemáticas e objetivos da pesquisa, bem como no referencial teórico, metodológico da análise, caminho teórico – metodológico da pesquisa. Na segunda seção, foi apresentado um levantamento inicial do estado do conhecimento sobre o tema em estudo, o traçado metodológico, abordagem teórica da pesquisa, sujeitos da pesquisa, estratégias utilizadas em campo, *locus* da pesquisa, sistematização e análise de dados. Na terceira seção, apresento territórios quilombolas e educação na Amazônia, a conceituação de quilombos. Na quarta seção o currículo escolar fortalecendo a ancestralidade da comunidade remanescente de quilombo, a identidade quilombola como movimento de resistência e fechamos com as entrevistas na íntegra e algumas análises, assim como os resultados finais da pesquisa.

2 PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: Um olhar a partir do estado do conhecimento.

Fogo!...Queimaram Palmares, Nasceu Canudos. Fogo!...Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões. Fogo!...Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher. Fogo!...Queimaram Pau de Colher... E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando. Porque mesmo que queimem a escrita, Não queimarão a oralidade. Mesmo que queimem os símbolos, Não queimarão os significados. Mesmo queimando o nosso povo, Não queimarão a ancestralidade (SANTOS, 2015, pag.45).

Nessa seção veremos a planificação voltada para a arguição da literatura estudada, que contribuiu a delimitar o objeto problema, em adição à subjetividade e experiência de vida acima composta, que através das reflexões teóricas e epistemológicas está concentrado nesse estudo. Contudo, foram consultadas produções acadêmicas, com intuito de analisar como está posto o debate do currículo escolar dentro das escolas quilombolas, e quais os caminhos teóricos e temáticos que vem sendo trabalhado esta temática no contexto nacional e quais os avanços e limites do currículo nesse campo de estudo.

No que diz respeito à trabalhos sobre a temática educação quilombola, Currículo e comunidades quilombolas, nos bancos de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), UEPA e UFPA observei que são significativos o número de trabalhos e versam sobre os mais variados assuntos: questão fundiária e territorial, saúde, religiosidade, alimentação, mulher, educação ambiental, educação especial, diversidade e memória. Contudo, são mais raros aqueles voltados para a Amazônia, local de onde falo nesta pesquisa. Na CAPES, ao trabalharmos como descritor “ educação escolar quilombola e Currículo” foram encontrados apenas 6 trabalhos acadêmicos. Abaixo seguem as produções acadêmicas realizadas a partir de um levantamento nesse banco de dados os quais são listadas pesquisas realizadas entre os anos de 2020 a 2021, ou seja, nos dois últimos anos.

Quadro 03: Educação escolar quilombola e Currículo (CAPES 2020-2021).

| Titulo | Ano | Instituição |
|--------|-----|-------------|
|--------|-----|-------------|

| | | |
|--|------|--------|
| Os sentidos produzidos e disputados em torno do lugar dos gêneros na política curricular da Educação escolar quilombola | 2020 | UESB |
| A Educação Escolar Quilombola na mesorregião do litoral sul do estado da Paraíba: Um estudo da sua trajetória a partir do ciclo de políticas (CP) | 2020 | UFPB |
| A Constituição da docência para a Educação Escolar Quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na Comunidade de João SURÁ-PR' | 2020 | UFPR |
| O fortalecimento da identidade Quilombola a partir do livro literário em uma turma multisseriada: um estudo de caso na E. M. Educador Paulo Freire, no Quilombo Cruzda Menina-PB. | 2020 | UFPB |
| CURRÍCULOS QUILOMBOS SENZALAS: Uma proposta Afroperspectivista de se pensar os fazeres saberes na Educação Infantil. | 2020 | UFF |
| Comunidades Quilombolas em Territórios Coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um Projeto Político Epistêmico. | 2020 | UNIMEP |

Fonte: Busca realizada no banco de dados da CAPES em Novembro de 2021

Sobre essas produções acadêmicas, destacamos dois trabalhos: “CURRÍCULOS QUILOMBOSSENZALAS: Uma proposta Afroperspectivista de se pensar os fazeres saberes na Educação Infantil” e “Comunidades Quilombolas em Territórios Coletivos do Vale do Ribeira (SP): saberes da roça em construção de um Projeto Político Epistêmico”. A primeira pesquisa teve como objetivo mostrar a possibilidade de perceber a existência de currículos quilombos senzalas como uma metáfora que não estava prevista, mas que foi se apresentando durante o percurso, nas falas das professoras, à medida que vida e formação se entrelaçaram às propostas cotidianas, ao se pensar as possibilidades de trabalho com a Lei 10.639/2003.

Esse trabalho contribuiu para a reflexão sobre as concepções que envolvem

currículo e relações étnicos – raciais. A fala das professoras em sala de aula através de rodas de conversas com crianças pobres e negras fez refletir o imediatismo da cultura afro-brasileira, a importância da identidade negra na sociedade, assim como pensar a complexidade que envolve esse currículo.

A criminalização e a violência contra as comunidades quilombolas é desde da colonização do Brasil e permanece até os dias atuais, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios (SANTOS, 2015, pag. 49).

A lei 10.639/2003 como é referência no trabalho acima traz para o centro o debate de refletir a história desses povos originários, onde mostra a criminalização e a violência desde do início do Brasil colônia. Por isso é importante refletimos a identidade negra nos dias atuais.

Por isso a nossa pesquisa tem esse desafio em avançar com a discussão da lei 10.639/2003 no currículo escolar através de identificação e análise e como foi implementada na escola, e com isso provocando o poder público para uma política curricular imediatista.

Já a segunda pesquisa tem como objetivo estudar a relação entre os saberes tradicionais e o processo de resistência histórica das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP), com base nos conhecimentos ancestrais, inscritos na roça decoivara, essenciais à manutenção da vida, que visam diferente concepção de desenvolvimento, contrapondo-se à dominação colonial e capitalista global.

A concepção pedagógica mais igualitária, é essencialmente democrática, independente da origem regional, étnica, classe, gênero etc (OLIVEIRA, 2010, pag. 50). A importância de analisar os saberes e experiências tradicionais dos povos originários com relação a escola é um sentido de luta contra o poder dominante sobre essa instituição que rege saberes e opiniões. Por isso esse processo de luta é oriundo de uma concepção democrática contra a denominação colonial.

Este trabalho busca compreender de que forma esses saberes têm contribuído para a continuidade dos modos de vida nos territórios coletivos e para a conservação de um projeto político e epistêmico, pautado em um diferente conceito de desenvolvimento na modernidade e colonialidade. Para isso tais comunidades possuem conhecimentos ancestrais acumulados, que alicerçam o processo de resistência.

Devido à dominação epistemológica eurocêntrica, como parte de um sistema maior, reduziu os povos e países colonizados à condição de objetos de estudos

dominados e explorados na relação de poder, do ser e do saber. Por isso é importante compreender a temática quilombola e estudar as resistências históricas, socio econômica, política, cultural, ambiental e epistêmica, de forma mais ampla, levando em conta o contexto de dominação colonial e capitalista global em que as comunidades estão inseridas.

No que diz respeito ao Programa de Pós-Graduação em Educação na UEPA, foi possível realizar uma busca completa das dissertações defendidas entre o período de 2007 a 2020. Neste foram encontradas um total de 322 trabalhos, os quais apenas 2 (dois) são direcionados para Educação Escolar quilombola e 1(um) centrada ao Currículo Escolar Quilombola.

Quadro 04: Dissertações PPGED/UEPA (2007-2020).

| Título | Ano |
|--|------|
| Vozes e olhares que Mur(u)mur(u)am na Amzônia: cartografia de saberes quilombola. | 2008 |
| Narrativas orais na comunidade remanescente de quilombo Menino Jesus: processos de educação e memória. | 2009 |
| Educação escolar e construção identitária na comunidade quilombola de Abacatal-Pa. | 2010 |
| Saberes, brinquedos e brincadeiras: vivências lúdicas de crianças de comunidade quilombola Campo Verde - PA. | 2014 |
| Educação e Cultura na Escola da Comunidade Quilombola de São Benedito do Vizeu. | 2017 |
| Crianças Quilombolas Marajoara: saberes e vivências lúdicas. | 2018 |
| O ENTRELAÇAR DAS MEMÓRIAS DE VELHOS E AS SUAS BRINCADEIRAS DE INFÂNCIA: UM ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE EM CAMETÁ-PA. | 2019 |
| AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UM ADOLESCENTE SURDO QUILOMBOLA: Afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas. | 2019 |
| EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA E TRADIÇÃO ORAL: uma forma outra de ensinar e aprender na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará. | 2020 |

Fonte: Banco de dados do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) na UEPA.

Percebemos assim nesse Programa, poucas pesquisas voltadas para a problemática da educação escolar quilombola, mesmo sendo o Pará um dos estados com maior número de comunidades quilombolas tituladas no Brasil. Dessas pesquisas podemos citar três pesquisas acadêmicas e que serviram de referência em nossos estudos: “Educação e Cultura na Escola da Comunidade Quilombola de São Benedito do Vizeu”, “Educação, Resistência e Tradição Oral: uma forma outra

de ensinar e aprender na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará. “ e “As representações sociais de um adolescente surdo quilombola: afirmações étnicas, conflitos culturais, paradigmas educativos e estratégias dialógicas”. A primeira pesquisa acadêmica de Oliveira (2017) nos ajudou a pensar nossa pesquisa por ter como objetivo a analisar a relação escola e comunidade nos que diz respeito nos saberes e experiência das comunidades remanescente de quilombos do caldeirão. Ao longo do estudo constatou-se que a escola da Comunidade Remanescente de São Benedito do Vizeu, devia atender uma educação que considerasse as vivências daquele grupo ou realizasse alguma adaptação mais profunda no currículo oficial que viesse contemplar esse tipo específico de educação como apontada nas diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Conforme Oliveira (2017) quando se cruza as orientações legais das diretrizes com os dados levantados durante a pesquisa, foi percebida uma grande distância entre esse dispositivo e o que se vive no dia a dia da escola da Comunidade Remanescente de São Benedito do Vizeu, e no período que passaram na escola (2015 e 2016) não perceber a uma educação que considerasse as vivências daquele grupo ou realizasse alguma adaptação mais profunda no Currículo oficial que viesse contemplar esse tipo específico de educação como apontadas nas diretrizes.

Mais lá pra frente vamos citar A Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação. Nesse trabalho analisado vimos um dos limites do currículo oficial que devia ser o amparo legal para debater os saberes e experiência dessa comunidade quilombola, discutir sua ancestralidade e vivências desse povo, que já é tão sofrida pela sua história desde os colonizadores.

No nosso estudo sentimos a dificuldade da participação da comunidade quilombola na escola e com isso a reinvenção curricular pode ser silenciada, pois sabemos a grande importância do debate sobre a ancestralidade, e com isso entender melhor sobre a temática de sua história. Currículo como uma experiência rica implica no reconhecimento de que todo conhecimento tem origem na experiência social e essa compreensão é mais do que uma questão epistemológica, é uma questão política e pedagógica (ARROYO, 2013).

Destacamos, também, o trabalho de Barbosa (2020) onde sua pesquisa é etnográfica, pois a autora nasceu na comunidade, sendo assim o trabalho

acadêmico foi intitulado “Educação, Resistência e Tradição Oral: uma forma outra de ensinar e aprender na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará. “, que tem como objeto de estudo a tradição oral de matriz africana e afrobrasileira e os processos educativos que ocorrem na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-Pará (PA). Os resultados alcançados desvelam uma educação pautada na resistência e na tradição oral de matriz africana e afro-brasileira, dentro da perspectiva decolonial. Assim, as narrativas dos moradores apontam para algumas palavras: a) palavras que lembram; b) palavras que militam; c) palavras que educam. No âmbito dessas palavras, a autora discutiu temáticas diversas: construção do território, memórias, mudanças do lugar, organização da comunidade, papel das mulheres, conflito e limitação, resgate de tradição, trabalho e educação. A autora identificou que houve pouco progresso quanto às escolas contribuírem para a valorização da cultura quilombola, cita o exemplo, na escola Maria Lúcia Ledo, onde uma professora ministra a disciplina de educação escolar quilombola desde 2011, onde a proposta da disciplina é a interdisciplinaridade, para que os outros professores nas outras disciplinas pudessem desenvolver um trabalho em parceria e, assim, as práticas educativas escolares pudessem ocorrer em interface com as dinâmicas sociais e culturais quilombolas.

Nesse sentido, a autora observou as práticas educativas desenvolvidas nas escolas da comunidade. A partir de diálogos com docentes e gestores, a mesma identificou que houve pouco progresso em relação à implementação de uma educação contextualizada. Apesar de ter sido implementada a disciplina de educação escolar quilombola e existirem alguns projetos, a maioria dos professores relataram que trabalham as especificidades do lugar apenas em datas comemorativas, como o dia da consciência negra, desfiles cívicos e feira da cultura.

A pesquisa da autora diante do cenário que foi apresentado permite apontar caminhos, estratégias para adaptação das metodologias utilizadas na escola e sejam revertidas essas atitudes descontextualizadas das práticas e dos saberes das populações quilombolas. Barbosa (2020) aponta na sua pesquisa, algumas sugestões diante dos fatos encontrados. A autora conclui que a educação no quilombo acontece de forma ampliada, configurando-se a partir das formas de ser/estar/sentir/agir dos moradores dessa comunidade, os quais produzem formas de ensino-aprendizagem que se reverberam no cotidiano, em que a cultura se interliga ao processo de ensinar e aprender desenvolvidos nas relações sociais as

quais favorecem a construção de pedagogias que preparam e orientam os sujeitos para a vida e a resistência. Assim, possibilita a reconstrução da ancestralidade na contemporaneidade na medida em que os filhos dos quilombolas aprendem e reproduzem os conhecimentos tradicionais, os modos de saber-fazer que deem significado para a existência da comunidade.

Por último destaco o trabalho de Lobato (2019) onde sua pesquisa é com base na teoria das Representações Sociais onde o novo ou não familiar é incorporado aos universos consensuais, a partir da ir, os processos pelos quais ele passa a ser familiar e com isso tornando – se socialmente reconhecido e real. Nessa pesquisa nos ajudou a refletir sobre a escolarização do aluno surdo no âmbito escolar, sobre a problematização por ser negro surdo e quilombola. E com isso refletir a importância da lei 10639/03 para uma educação intercultural.

Contudo essas dissertações tratam a educação escolar no quilombo como respeito aos povos negros, com elementos de suas identidades, raízes ancestrais, recuperando e valorizando saberes tradicionais.

No banco de dados da UFPA, entre os anos de 2005-2019 encontramos também poucos títulos voltados para a educação escolar quilombola e Currículo, no qual foram encontradas apenas cinco dissertações e não teses.

Quadro 05: Dissertações PPGED/UFPA (2005-2019)

| TÍTULO | ANO |
|---|------|
| Juventude do campo e quilombola: educação e identidade cultural na comunidade de quilombola de Itaboca-Inhangapi – Pa. | 2013 |
| “Nem parece que tem quilombola aqui”: (in) visibilidade da identidade de quilombola no processo formativo da CFR do território quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. | 2014 |
| Educação escolar e identidade quilombola: um enfoque na comunidade Nossa senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará. | 2015 |
| Do Quilombo à Universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará Campus Belém quanto a permanência. | 2016 |

FONTE: Banco de dados do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA

Realçamos o trabalho “Educação escolar e identidade quilombola: um enfoque na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará” ao compreender as interfaces que se estabelece mutuamente entre a educação escolar e os processos organizativos e identitários no interior de uma comunidade. Nesse trabalho Silva (2015) ressalta que apesar dos conflitos e tensões comunitárias, a escola pode ser compreendida como um espaço imprescindível para o fortalecimento da identidade quilombola e da organização comunitária. Dessas dissertações, de alguma forma elas ajudaram a pensar e direcionar nosso trabalho principalmente no que diz respeito aos saberes e experiências quilombolas, o currículo escolar quilombola, a relação comunidade e escola, o reconhecimento e a afirmação do seu território e a forma como eles são tratados no espaço escolar. Da mesma forma que embora se tratando de realidades diferentes identificasse algumas semelhanças quando a questão foi analisar a escola como um espaço onde circula uma infinidade de conhecimentos/saberes e experiências.

A escola tem essa finalidade de ser um espaço de conhecimentos/saberes e experiências, clarear para que os alunos saibam de onde vieram, valorizando suas culturas locais, entendendo o sentido de raça e outros saberes. Para Quijano (2005), raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos “índios”, não aos “negros”. Podemos ver que o sentido de raça é desde a colonização, e com isso devemos desconstruir essa idéia com os nossos alunos. Temos que muito avançar no reconhecimento dos saberes dos territórios quilombolas, começando pela política pública curricular, onde esse documento oficial seja construído através da ancestralidade, das vozes dos quilombos e com isso respeitando toda sua história.

3 TERRITÓRIO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA

Nesta seção vamos tratar sobre o *lócus da pesquisa*, debater sobre a conceituação histórica do que é um Quilombo, um pouco da história sobre os territórios quilombolas em terras brasileiras especificamente o território remanescente de Quilombo do Caldeirão, palavras que encorajaram essa pesquisa e militam entre todos que participaram e contribuíram para esse estudo, e para fechar um quadro sobre os números de territórios por estados.

3.1 QUILOMBOS: CONCEITUAÇÃO

Como nossa dissertação está diretamente ligada às comunidades quilombolas, faz-se necessário tecer alguns fundamentos sobre esses termos.

O termo quilombo só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mesmo mocambo. O historiador Stuart Schwartz chamou a atenção para o fato de que ao longo do século XVII — na documentação colonial as comunidades de fugitivos foram denominadas ao mesmo tempo de mocambos, principalmente na Bahia, e de quilombos em Minas Gerais; e o termo quilombo apareceu em Pernambuco somente a partir de 1681. Assim, mocambos (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em quilombos (acampamentos), e tais expressões africanas ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África desde o século XVI (GOMES, 2015, p.11).

No caso podia ter havido uma tradução nos documentos da administração colonial, onde Portugal adotou os nomes africanos em mocambos e quilombos, sendo que os mesmo sempre se formaram através de escravos fugitivos. Desde o período colonial o termo quilombo por diversas conceituações e ainda se encontra em processo de construção. Efetivamente, a definição jurídica de quilombos sempre enfatizou a ocupação coletiva e ilegal de terras. Isto se vê claro na resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, ao conceituar quilombo ou mocambo, como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (EMI N° 58). O Conselho ultramarino, órgão português de administração colonial encarregado de ampliar o controle sobre os domínios coloniais.

Nesse sentido, o quilombo estava associado à idéia de fuga para lugares distantes da cidade, ou seja, isolados e identificados como certo número de pessoas. Além disso, não necessariamente apresentassem ranchos e pelões que simbolizavam elementos de fixação. Nesse propósito a fuga era uma forma de enfrentamento e resistência por parte daqueles que estavam submetidos ao regime escravista caracterizado pela exploração da força de trabalho, violência física e cultural, os quais viviam em situação desumana.

Os quilombos são formas de resistência que chegaram ao século XXI, e estão presentes nos territórios onde houve escravização dos povos africanos e seus descendentes. Nas Américas, possui nomes diferentes. Em países de colonização espanhola, são chamados de *cimarrónes*, em Cuba e Colômbia são chamados de *palenques*; na Venezuela de *cumbes*, na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos de *marrons* (SILVA, 2014, p. 9).

Com isso os quilombos sempre estavam ligados a uma base de origem que se baseava em “fuga resistência”, o que dificultou ao máximo o reconhecimento a vários direitos a esse grupo como o direito a terra este foi das principais lutas, porém agora reconhecido no âmbito constitucional democrático brasileiro. “Art. 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o estado demitir-lhes aos títulos definitivos.” (BRASIL, 1988).

O processo histórico dos quilombos foi reconhecido a partir de intensas resistências africanas ao sistema escravocrata introduzido no período colonial do Brasil. Diante disso, o termo “quilombo” não pode ser reduzido à binômia resistência fuga, mas compreendido na formação de territórios por grupos familiares que organizavam modos de subsistência cooperativa, com autonomia e lutas frente ao regime político imposto (CARVALHO; LIMA, 2013).

Ao falar sobre os quilombos jamais podemos deixar de evidenciar seus fortes traços culturais, não só nesses espaços, mas também em qualquer lugar estamos totalmente ligados a uma cultura, a uma forma de viver e se portar diante do mundo. Traços muito significantes que acolhemos de nossos antepassados e levamos a frente em nossa vida e passaremos em diante para as outras gerações de nossas famílias (CORREA, 2019).

O direito das comunidades remanescente de quilombo foi mui desrespeitado por décadas, tendo alguns avanços a partir da constituição, quando foi amarrado em

lei federal, pois a ancestralidade dos povos quilombolas tem que ser preservado, assim como seus costumes, cultura e identidade.

Apesar de ser mais comuns falarmos de quilombos rurais os quais as fugas eram direcionadas para os lugares de difícil acesso como os “planaltos, montanhas, pântanos, manguezais, planície, cavernas, morros, serras, florestas, rios, etc” elas também aconteciam para as cidades, principalmente para os subúrbios dos grandes centros urbanos de cidades escravistas como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. Em Belém, no Pará, há registros de escravos presentes nos bairros da Campina, Umarizal, Utinga e Pedreira, sendo os mais famosos os de Salvador (GOMES, 2015, p.17).

Embora no início da colonização os escravos negros se achassem em número reduzidos no Pará, aos poucos foram sendo introduzidos e junto com os indígenas tornaram-se a principal mão de obra no sistema de produção colonial. Já no século XVIII havia notícias da formação de quilombos assim como de medidas para destruí-los. Se no Pará a introdução de escravos demorou, o mesmo não aconteceu com o Maranhão que absorvia a maioria dos negros introduzidos no norte do país. (SALLES, 1971, p. 204).

No Pará, segundo Vicente Salles (1971), as fugas para os matos constituíram-se numa empreitada bastante difícil e arriscada. Quando era feita de forma individual os cativos fugidos muitas vezes se achavam sozinhos e em alguns casos faziam alianças com os indígenas. As fugas tornaram-se mais frequentes com a propaganda da Independência e com a Cabanagem. Ambos os movimentos eram percebidos pelo escravo como oportunidades de conquista da liberdade (SALLES, p.209).

Fiabani (2005) afirma haver uma preocupação da sociedade escravista com os quilombos, pois podiam destruir a organização das propriedades e ainda servir de exemplos para novas fugas. Durante o império, o historiador alemão Heinrich Handelmann (1827-1891) escreve sobre os quilombos:

Ora vagavam isolado, cada um com sua família; ora se reuniam diversos num grande grupo e fundavam no âmago da mata uma aldeia em comum, em geral umas pobres choças de palha e taipa, ao lado de uma roça da pequena para fazer plantação, o conjunto defendido, às vezes, por muralha tosca, para o caso de um imprevisto assalto; chamava-se a tal colônia de escravos fugidos um quilombo, ou, em outros sítios, um mocambo, ambos os nomes provavelmente de origem africana (FIABANI, 2005, p.47).

Presentes no Brasil e em outras regiões da América, houve aqueles que por

sua grandiosidade e organização ameaçaram as forças senhoriais e do Estado como o quilombo de Palmares liderado por Zumbi, em Alagoas, na serra da Barriga, que na metade do século XVII tinham alcançado poder e florescimento (OLIVEIRA, 2017).

Liderado por Zumbi, que se tornou o maior símbolo de luta e resistência negra no Brasil, Palmares que foi chamado de “Estado Negro”, organizou uma sociedade baseada em relações, seja com os indígenas e o mundo oficial, no qual criavam e plantavam, sendo seus habitantes qualificados pela sociedade escravista como ladrões, salteadores e vagabundos. Também foram acusados de converter seus irmãos de raça na escravidão (FIABANI, 2005, p.39-47).

O racismo naquele período era bem vidente, tanto que a liderança negra Zumbi e seus companheiros de luta naquela época foram vistos como baderneiros e vários nomes pejorativos denominados pela sociedade escravista.

Comunidades Remanescente de quilombo foi um termo oficializado a partir da Constituição de 1988 que foi estabelecido no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde comentamos anteriormente. Pelo dispositivo cabia ao Estado reconhecer os direitos sobre a terra daqueles que já ocupavam, devendo emitir os respectivos títulos de posse da terra para aqueles que estivessem ocupando a área. Contudo, sabe-se que existe uma série de tramites legal para que ocorra o reconhecimento da terra quilombola, por isso centenas estão na fila para serem tituladas (OLIVEIRA, 2017).

Quanto aos remanescentes das comunidades dos quilombos, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamente o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos do que trata o art. 68 da ADCT estabelece:

Art. 2º – Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo os critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Como se vê, o Decreto presume que os próprios quilombos se definem ou auto titulam como remanescente de quilombos, e que possuem uma história para comprovar suas reais identidades, tendo uma história de luta e resistência associadas aos seus ancestrais negros africanos escravizados no Brasil.

Conforme a Fundação Cultural Palmares, As comunidades remanescentes de quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam atirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar. Embora a maioria esmagadora encontre-se na zona rural, também existem quilombos em área suburbanas e peri-urbanas.

Para Fiabani (2005), as Comunidades Remanescentes de Quilombo são populações que restaram, descendem e guardam algum vínculo com os africanos escravizados no Brasil durante o período colonial e imperial.

3.2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA EM TERRAS BRASILEIRAS

O território remanescente de comunidades quilombolas é uma concretização das conquistas da comunidade afro descendente no Brasil, fruto das várias heroicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica (SOUZA, 2008). Essas terras de resistência contra um modelo opressor de ocupação ordinária veio de forma brutal para expulsar os verdadeiros donos, onde a educação e cultura eram visto de forma colonial.

As comunidades quilombolas representaram, durante o regime colonial e imperial, uma forte estratégia de resistência negra e um elemento de desestabilização da lógica escravista, uma vez que se constituíam como ruptura social, ideológica e econômica com o modelo vigente (SOUZA, 2008, p.26).

Hoje, a luta pela terra nos quilombos é uma reivindicação por regularização fundiária e simultaneamente uma tentativa de reparar parcialmente a histórica exclusão social do negro brasileiro (CARRIL, 2006). Os territórios quilombolas daquela época e os de hoje, tem uma relação em particular as reivindicações para a regularização de suas terras, que ainda tornam sérias a questão da reforma agrária no país.

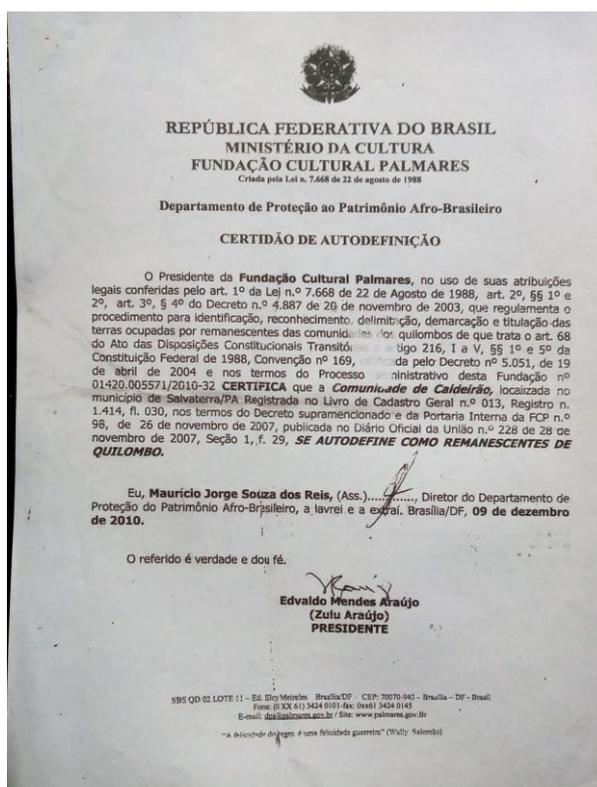
Os territórios quilombolas espalhados pelo país, são espaços vivos de africanidade e resistência cultural (DEUS, 2012). Pois os quilombolas tem história

sobre lutas diárias que devemos sempre respeitar e resgatar essa ancestralidade.

O quilombo do Caldeirão foi certificado em 09/12/2010 e publicado no Diário Oficial da União (DOU) com a portaria 162/2010 como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. Tendo como nome atribuído: quilombo de Caldeirão (PALMARES, 2022).

Temos aqui o documento oficial emitido pelo departamento de proteção ao Patrimônio Afro – Brasileiro da Fundação Cultural Palmares assinado na época pelo presidente da fundação o senhor Edvaldo Mendes Araújo (Zulu Araújo). Documento esse que se chama Certidão de autodefinição que foi cedido pelo presidente atual da Associação Remanescente de Quilombo de Caldeirão o senhor Raimundo Patrique Gonçalves Novaes.

Foto 25: Certidão de autodefinição.



Fonte: Acervo da comunidade Quilombola de Caldeirão.

Logo em baixo temos a foto da entrada de acesso à comunidade remanescente de Quilombos do Caldeirão.

Foto 26: Estrada de acesso á comunidade



Fonte: Registro feito pelo pesquisador (2022)

Percebemos que a entrada para a comunidade remanescente de Quilombos do Caldeirão, é a característica idêntica de uma comunidade de pretos, onde a sua ancestralidade deixou até hoje a marca dos escravos negros fugidos e adentrando nas matas, deixando caminhos de fugas para uma vida fora da escravidão. Mais no meu retorno a comunidade de Caldeirão a mesma está passando pelo um processo de mudança, no caso um pequeno desenvolvimento por parte do setor público municipal e estadual para atender algumas demandas da comunidade, como já foi dito pelo próprio presidente e confirmo logo em baixo e falado pelos próprios moradores da comunidade do crescimento exorbitante de outras pessoas vindas de outras localidades e que não são quilombolas.

Para ter uma idéia, já temos pousada dentro da comunidade onde os proprietários são pessoas de fora, assim como uma estância de material de construção que também são proprietários que vieram de fora. Em conversa com o senhor Patrique ele me afirmou que essas pessoas não participam das reuniões da associação devido os mesmos não serem quilombolas, e foram pra lá no sentido de obterem lucro, devido o crescimento da comunidade.

Ainda com o senhor Patrique sobre essa problemática, eles vão fazer consulta pública nas residências sobre o que é melhor para a comunidade, assim como, todos sabem que o crescimento da comunidade pode prejudicar as tradições, saberes e características da comunidade quilombola de Caldeirão. Logo em baixo temos uma foto recente da entrada da comunidade de Caldeirão.

Foto 27: Estrada de acesso atual



Fonte: Registro feito pelo pesquisador (2023)

Se fizermos uma comparação em relação à entrada de acesso de 2022 para 2023 percebemos visivelmente que hoje essa estrada de acesso perdeu suas características, pois quando ela é asfaltada já vem o desenvolvimento, o capitalismo e com isso as características de uma comunidade de quilombo perde o seu contexto histórico.

Nas minhas idas e vindas à comunidade de Caldeirão na condição de pesquisador, fui até a escola municipal São Sebastião de Assis Gonçalves onde é meu locus da pesquisa fazer levantamento dos documentos referentes às características da escola, e na visita ao estabelecimento escolar, conheci a coordenadora pedagógica a senhora Solange, onde nos documentos solicitados ela me mostrou o mapa da comunidade desenhado. Achei de valia importância registrar esse mapa da comunidade na dissertação, pois no mapa caracteriza o que há no território. Sobre os demais documentos sobre as características da escola, está citado e registrado logo a diante do texto.

Em diante temos o mapa do território do Caldeirão em manuscrito.

Foto 29: Slogan da comunidade



Fonte: Arquivo do pesquisador (2022).

A imagem contém o rebujo do rio que está relacionada com uma das versões da origem do nome da comunidade. O pescador que é uma das atividades econômicas mais exercidas na comunidade (ou pelo menos era). O tambô e as brincadeiras de roda, que representa a cultura dos nossos antecedentes. E na imagem a palavra ARQUIC se significa Associação Remanescente Quilombo de Caldeirão. Essas informações foram dadas pela vice-presidente da comunidade a senhora Edilene Souza Cantão pelo Whatsapp. Percebemos que as cores; verde, vermelho, preto e amarelo sempre marcam o símbolo da comunidade.

Ainda o presidente da associação diz que o meio de subsistência do quilombo de Caldeirão é a; pesca, agricultura familiar e extrativismo do açaí. Os aspectos culturais são: carimbó, festividade de santo Antônio e festividade da padroeira da comunidade. No sentido do desenvolvimento da comunidade há: 02 fábricas (01 de peixe e 01 de gelo), 03 pousadas funcionando, 01 estância, 03 campos de futebol, 05 arenas de futebol, 03 caixa de água, 06 comércios funcionando, 02 escolas (01 de ensino fundamental do 1ª ao 9ª e 01 de educação infantil) sendo que a de educação infantil é anexo, 01 porto onde encontra a embarcação da lancha golfinho que faz viagem para Belém e 10 portos de pesca. Já o que falta para a comunidade; coletas de lixo recicláveis, planejamentos de esgotos, mais investimentos na infraestrutura, projetos voltados para as mulheres (como; artesanatos, empreendedorismo) e projetos voltados para os jovens (como; esporte, lazer e

plântio).

Conforme o relato do Presidente da comunidade do Caldeirão, outra situação relatada é que não há conflitos dentro do Caldeirão, o que acontece são terras invadidas por pessoas de fora, por elas não estarem legalizadas, ou seja, seus proprietários não têm documentos legalmente. Mesmo assim essas terras não poderiam ser invadidas, arrendadas ou algo parecido, pois as mesmas são terras de Quilombos onde está aberto processo no INCRA para a titulação das comunidades e terras Quilombolas. Por esse motivo acontecem essas invasões, loteamento etc.

3.3 PALAVRAS E MOVIMENTOS QUE MARCAM NOSSA RESISTÊNCIA

Apartir da leitura dos referenciais teóricos e dos dados coletados nas entrevistas e observações realizadas em campo podemos destacar algumas categorias de análise que direcionaram este estudo como: quilombo, comunidade remanescente de quilombo, cultura, educação escolar quilombola, currículo, interculturalidade, território, pensamento decolonial, identidade, saberes e experiências.

Quilombo. Eram agrupamentos compostos por ex-escravos negros que procuravam criar os quilombos, por várias razões, quer seja para fugir dos castigos, para reencontrar entes queridos ou por desejarem ser seus próprios donos, Salles (2005). Tantos índios quanto negros africanos fugiam dos domínios dos fazendeiros por não aceitação da ordem vigente, sendo as maiores expressões de resistência do Marajó.

Tem uma certa afirmação da Zélia Amador de Deus (2012, p. 68) escrito em um artigo numa revista onde ela afirma a idéia de quilombo que é utopias a alimentar não apenas a luta e a resistência, mas também o sonho de construção de uma sociedade equânime em que o racismo e a discriminação racial não se fizessem presente. A discriminação racial e o racismo são mazelas que assombram nosso território brasileiro, e quando é frizado é porque não bastam só as lutas e resistências mais uma sociedade serena onde persiste ânimo da igualdade, da justiça e disposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um.

Comunidade remanescente de quilombo. Configura-se como a expressão de liberdade, vida comunitária que envolve não apenas os escravos, mas índios e homens livres os quais buscavam conquistar um território onde se manifesta suas

culturas, religiões, tradições que em solo amazônico foram reconfigurados, o arquipélago marajoara, Salles (2005).

Ainda com Deus (2012, p. 68) “hoje, a nação brasileira não pode mais pensar sua narrativa de nacionalidade sem considerar os quilombolas”. Antes de 1988, as comunidades quilombolas eram conhecidas como comunidades negras rurais, onde esses territórios eram invisíveis para o estado, mais devido seu instrumento de resistência e luta, conseguiram unir “o negro e a constituinte” fazendo sair da ilegalidade para a legalidade e com isso emergindo da invisibilidade, com novos processos pedagógicos.

Cultura. Concebemos cultura segundo Brandão (2002) como: “tudo aquilo que criamos a partir do que nos é dado, quando tomamos as coisas da natureza e as recriamos como os objetos e os utensílios da vida social representa uma das múltiplas dimensões daquilo que, em outra, chamamos de: cultura”. Nesse pensamento a cultura é algo que aprendemos em convivência com a natureza, e preservamos para as futuras gerações. Reforça os costumes daquele povo como a melhor forma de conviver em harmonia com todos.

Podemos afirmar também que a Cultura que tratamos aqui visa uma cultura pós – coloniais que vai sempre a processo de tensão com a cultura colonial (DEUS, 2012). Pois parti da premissa de uma cultura sempre em constante mudança mais com pensamento legítimo em reparar sua ancestralidade conforme a luz da igualdade de direitos.

Quando falamos em cultura temos que está atento ao sentido do termo etnocentrismo que é o sentimento de superioridade que uma cultura se sobrepõe sobre a outra. Pois o etnocentrismo sustenta que os seus valores e a sua cultura são os melhores e os mais corretos (GOMES, 2005).

Educação escolar quilombola. Neste texto trabalharemos o conceito expresso no artigo 9º da Resolução nº8, de 20 de novembro de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola que compreende escolas quilombolas como aquelas localizadas em território quilombola e que atendem estudantes oriundos dessas áreas.

Interculturalidade. O entendimento de intercultural da qual partilhamos é a proposta por Candau (2008). Segundo esta, a educação que defende é aquela que procura reconhecer o “outro” e que seja capaz de promover o diálogo entre si, visto a existência de diferenças sociais e culturais entre os grupos. Uma educação

intercultural “capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pela qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas”.

Identidade. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam, é definida historicamente, e não biologicamente (HALL, 2003). Nesse ponto de vista do autor, a identidade vem caracterizada pelo contato com os sistemas culturais, onde somos moldados sistema nos rodeiam. A identidade vem da vivência, do contato, dos saberes e experiência com a natureza, e identidade não é de sangue.

Identidade aqui é pautada na identidade negra rumo no contexto na regulação do racismo e da emancipação da resistência negra, nos movimentos hegemônicos e contra – hegemônicos da história (GOMES, 2009). Uma identidade na luta contra a subordinação da classe dominante sobre a classe dominada, onde fique claro as nuances da burguesia sobre o proletariado e a redução da supremacia política e econômica do branco sobre o negro.

Ainda com Nilma Lina Gomes...

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas lingüísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005).

A identidade é dinâmico e vai se configurando e se reconfigurando através das relações sociais em grupos, em territórios, em comunidades, através de lutas e com resistência a outras formas de identidades e com isso quebrando o paradigma de que identidade é inato.

Currículo. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas. O currículo não é um elemento transcendente e a temporal, ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (SILVA, 1994).

O currículo que queremos é aquele onde podemos destacar não só o intelectual branco, mais o intelectual negro, onde demasie além da monocultura do saber, produzem conhecimento que tem por objetivo dar visibilidade a

subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócios – raciais e suas vivências (GOMES, 2019).

Pensamento decolonial. O pensamento decolonial é um pensamento que se desprende de uma lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro (SANTOS, 2009).

Território. Conceito de território é um dos mais utilizados termos da Geografia, pois está diretamente ligado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Mais o sentido de território nessa pesquisa de campo é respeito à natureza ao organismo vivo que chamamos de Terra, nossa mãe, provedora em amplos sentidos, não só na dimensão da subsistência e na manutenção de nossas vidas, mais também na transcendência que se deu a nossa existência (KRENAK, 2019).

Território aqui é marcação ou demarcação de terras para a subsistência de um povo, ou comunidade, sem exaustão da terra nos moldes da justificativa de desenvolvimento.

Saberes e experiências. Entendemos por “diálogo de saberes” a possibilidade de se estabelecer intercâmbios entre diversas áreas de conhecimento humano, seja entre aqueles reconhecidos e legitimados pelas instituições produtoras e difusoras do conhecimento científico, como entre outros conhecimentos considerados não científicos (saberes culturalmente arraigados), (FLORIANI, 2007, pag. 107). Quando falamos em experiência levamos em conta esse diálogo de conhecimento, onde é preservada a cultura de cada povo, e levando a aprendizagem às futuras gerações através dos saberes e experiência luta de movimentos sociais, como o movimento negro urbano encabeçado pelo Centro de Estudos e Defesas do Negro no Pará (CEDENPA) foi um dos grandes protagonistas pela luta dos direitos e reconhecimento aos remanescentes de quilombos no estado. A partir de maiores provocações e discussões sobre os quilombos, várias mudanças começaram a ser idealizadas no Brasil e especialmente no Pará, sendo o primeiro estado a “titular terras em favor dos quilombos” cumprindo legalmente o artigo 68 da CF de 1988 (ITERPA, 2009, p.35).

O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), criado em 1975, tem conquistado várias mudanças para o quadro da regularização fundiária, de modo que, o respeito,

reconhecimento e direito territorial das comunidades quilombolas é uma das principais causas do instituto. Por isso, para buscar mais garantia os territórios dessas comunidades o ITERPA criou o Território Estadual Quilombola (TEQ) comum a política estadual de fortalecimento e valorização a agricultura familiar, garantia dos plenos direitos territoriais que estas comunidades devem possuir (ITERPA, 2009).

Em 2000, a legislação paraense criou o Programa Raízes (PR) que atualmente está extinto, este programa tratava de articular reivindicações de comunidades tradicionais, assim, buscando acompanhar a execução das ações do estado voltadas aos benefícios para estas comunidades. O decreto nº 4.054 no seu artigo 01 demonstra um dos principais objetivos que o programa tinha:

Dinamizar as ações de regularização de domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo e implantar medidas socioeconômicas, ambientais, culturais e de apoio às atividades de educação e de saúde que favoreçam o desenvolvimento dessas comunidades e das sociedades indígenas no Estado do Pará (PARÁ, 2002, p.2).

Reconhecendo historicamente a luta de movimentos sociais e o desempenho do governo do Pará, destaco os anos 2007 e 2008 que foram expedidos 12 títulos pelo ITERPA, dentre as cidades de: Cametá, Santa Izabel, São Miguel do Guamá, Santa Luzia do Pará, Moju e Abaetetuba. Todo esse trabalho foi desenvolvido com a parceria do Instituto Nacional de Reforma Agrárias (INCRA), e demais agentes que visam realizar um processo de fiscalizações para a devida regularização de terras (ITERPA, 2009).

Conforme Machado (2018), embora, várias propostas tenham sido fortalecidas no estado do Pará, ainda há muito a ser refletido e conquistado, nesse sentido, em 1999 deu-se início a provisória organização estadual dos quilombolas do estado do Pará, no município de Santarém, localizado no Baixo Amazonas. Em 2004, sem quais quer dependências partidárias e governamentais foi fundada oficialmente a Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALUNGU) geridos por líderes quilombolas (QUILOMBOLAS..., 2014).

A associação objetiva acompanhar e lutar sobre os processos de titulação, realizar encontros de discussões de identidade e avaliações de políticas públicas para garantia de seus direitos e melhores condições de vida para as comunidades remanescentes quilombolas no Pará, na Amazônia e no Brasil (Machado, 2018).

Ainda que a legislação constitucional brasileira garanta alguns direitos formais a estes grupos, a prática cotidiana ainda é difícil a essas comunidades, pois sofrem com formas de intolerância, preconceito, discriminação e estereótipos. Dessa forma, as articulações da MALUNGU se fazem necessárias para criar diálogos entre as comunidades para a garantia da afirmação de suas identidades e sua valorização (QUILOMBOLAS..., 2014).

A luta pela titulação de terras ainda é um grande desafio para os movimentos de resistência assim como suas identidades a ser preservada.

Segundo dados apresentados pela Fundação Cultural Palmares, atualizados em janeiro de 2022, existem 3.495 comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas em todo o território nacional, além de outras que lutam e estão à espera pela titulação.

Quadro 06 – Números de comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas por estado

| Nº | UF | Quant. de Comunidades |
|-----------|---------------------|------------------------------|
| 01 | Acre | 0 |
| 02 | Alogoas | 71 |
| 03 | Amazônas | 08 |
| 04 | Amapá | 44 |
| 05 | Bahia | 829 |
| 06 | Ceará | 55 |
| 07 | Distrito Federal | 0 |
| 08 | Espirito Santo | 42 |
| 09 | Goiás | 69 |
| 10 | Maranhão | 845 |
| 11 | Minas Gerais | 418 |
| 12 | Mato Grosso do Sul | 22 |
| 13 | Mato Grsso | 78 |
| 14 | Pará | 264 |
| 15 | Paraíba | 47 |
| 16 | Pernambuco | 195 |
| 17 | Piauí | 94 |
| 18 | Paraná | 38 |
| 19 | Rio de Janeiro | 42 |
| 20 | Rio Grande do Norte | 33 |
| 21 | Rondônia | 8 |
| 22 | Roraima | 0 |
| 23 | Rio Grande do Sul | 137 |
| 24 | Santa Catarina | 18 |
| 25 | Sergipe | 37 |
| 26 | São Paulo | 56 |
| 27 | Tocantins | 45 |

| | | |
|--|--------------|-------|
| | TOTAL | 3.495 |
|--|--------------|-------|

Fonte: www.palmares.gov.br¹⁹

No quadro, verifica-se que em três estados (Acre, Distrito Federal e Roraima) não há registros de comunidades quilombolas, o que significa dizer que não haja, pois algumas estão na luta pelo reconhecimento. Dos 27 estados, o Pará está entre os quatro maiores estados brasileiros como maior número de comunidades quilombolas, sendo o Maranhão com (845 comunidades), a Bahia com (829 comunidades), Minas Gerais com (418 comunidades) e o Pará com (264 comunidades).

As comunidades quilombolas, a maioria delas, estão situadas em áreas rurais, embora haja aquelas situadas em área suburbanas e de metrópoles. Sobrevivem do extrativismo vegetal, caça, pesca, agricultura de subsistência e criação de pequenos animais como aves e suínos. O conjunto dos moradores possui baixa escolaridade e a educação no que tange à educação básica abrange a quase totalidade.

São poucos os que não frequentam a escola, diferente do que acontece com a creche onde o índice de crianças frequentando é muito baixo. No que diz respeito à raça e cor, é alto o índice daqueles que se declaram pretos ou pardos, embora o número de brancos chegue a 5%. A renda familiar é baixa sendo complementada com programas sociais federais como destaque para a Bolsa Família. Quanto à infraestrutura esta é precária sendo poucos os domicílios que possuem rede de abastecimento de água e esgoto sanitário. Com relação à energia elétrica, a grande maioria foi atendida pelo programa federal Luz para Todos (BRANDÃO, 2010, p 71-73).

¹⁹Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/QUADRO-RESUMO>. Acesso em 04 de mar.2022.

4 AVANÇOS E LIMITES DA POLITICA CURRICULAR EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA PARAENSE

Nesta seção, vamos tratar sobre as entrevistas na íntegra, respostas, análise e diálogo com alguns autores conforme as categorias. E temos também um quadro com os sujeitos sociais e assuntos discutidos com os mesmos. Dando continuidade, vamos tratar sobre a pesquisa de campo realizada com os sujeitos sociais, e com isso organizamos por categoria para ficar claro a leitura e o entendimento do texto, abaixo de algumas respostas fizemos análises e diálogo com os referenciais teóricos, para direcionar uma prévia do nosso resultado da pesquisa e com isso atendendo nosso problema e objetivo.

Os sujeitos entrevistados desse estudo foram 06 técnicos na faixa etária entre 29 a 60 anos pertencentes às secretarias municipais e estaduais de educação. Optou-se por estes sujeitos devidos estarem diretamente ligados a política estadual e municipal na construção e implementação dos currículos nas escolas quilombolas. Foram também entrevistados professores, direção e coordenação pedagógica, alunos, moradores da comunidade e pais e mães de alunos. Mas posso afirmar agora em relação aos sujeitos sociais, todos foram de extrema importância para a análise e debate dessa pesquisa.

Concernente ao lócus da pesquisa, alguns fatores foram levados em consideração para a escolha desta investigação, tais como: maior comunidade e mais próxima do município e de fácil acesso, por ser uma grandeza de conhecimento para a vivência de extensão da universidade e a cordialidade dos moradores e funcionários da escola. A comunidade do Caldeirão como todas às outras comunidades remanescente de Quilombo carece de políticas afirmativas para a educação quilombola, as escolas quilombolas inseridas nos territórios remanescente de quilombos, requerem uma pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural e formação específica para o quadro docente. E com isso o poder público deve assegurar esse respeito às garantias de direitos, algo que não acontece nos dias atuais.

Tendo em vista a escolha do lócus e sujeitos sociais, os primeiros passos desta pesquisa se deram pela pesquisa de campo com entrevistas com os técnicos nas secretarias estaduais e municipais e depois partimos para observações e interação com os moradores da comunidade quilombola do Caldeirão, onde

participei da posse do presidente eleito da comunidade, e lá eu pude expôr um pouco da minha pesquisa, e continuamos com as pesquisas de campo, por meio de entrevistas e observações com moradores da comunidade e funcionários da escola. No interím da pesquisa de campo as entrevistas foram de suma importância para a reflexão e análise da construção e participação do currículo dentro e fora da escola, e com isso perceber se o currículo atende ou não o anseio da identidade quilombola do território onde está situada a escola.

Os grupos entrevistados e as questões discutidas serão apresentados no seguinte quadro.

Quadro 07 – Sujeitos entrevistados e assuntos discutidos.

| ENTREVISTADOS | QTD | ASSUNTOS |
|-------------------------|------------|--|
| TÉCNICOS DA SEMED/SEDUC | 06 | Política Curricular do Município e Estado Organização da Educação Quilombola. Desafios da Semed e Seduc Práticas Pedagógicas Identidade, Saberes, Experiências, Tradições e Cultura Quilombola |
| LÍDERES DA COMUNIDADE | 02 | Liderança Quilombola Papel e importância da escola para a comunidade O currículo escolar Quilombola |
| GESTÃO ESCOLAR | 01 | Identidade Quilombola Currículo escolar Quilombola e PPP Práticas pedagógicas Desafios na escola Participação da comunidade |
| PROFESSORES | 04 | Currículo escolar Quilombola Desafios escolares Pertencimento a comunidade Política curricular Prática e planejamento pedagógico |
| COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA | 02 | Identidade Quilombola Currículo escolar Quilombola e PPP Práticas pedagógicas Desafios na escola Participação da comunidade |
| PAIS e MÃES DOS ALUNOS | 02 | Pertencimento a comunidade Participação na escola Experiências e saberes da comunidade |
| ALUNOS | 06 | Pertencimento a comunidade Identidade Quilombola |

| | | | |
|-------------------------|----|----|--|
| | | | Relação com escola |
| MORADORES COMUNIDADE | DA | 02 | Pertencimento da comunidade Identidade quilombola Relação com escola |

Fonte: Autor (2022)

As entrevistas se deram conforme a sequência que está no quadro acima. No começo das entrevistas foi informado aos entrevistados (as) o objetivo da pesquisa acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver Anexo A), documento este que todos os entrevistados assinaram, concordando em contribuir com a proposta da pesquisa.

No espaço da Secretaria estadual e municipal aconteceram as entrevistas com os/as técnicos/as que estão à frente da política curricular estadual e municipal. Entre os entrevistados, está o secretário municipal educação de Salvaterra. Posteriormente as lideranças da comunidade, gestão da escola, pais e mães de alunos (as), coordenação pedagógica, moradores (as) da comunidade e professores (as), as entrevistas ocorreram a partir de visitas domiciliares, na escola, o que possibilitou o maior conhecimento e construção de laços com a comunidade.

Na maioria das entrevistas foram realizadas individualmente, e algumas entrevistas em coletiva com os (as) alunos (as) contando com a presença da professora e gravadas por um telefone móvel, os (as) entrevistados (as) seguiram um roteiro de perguntas abertas. Subsequente, as gravações foram transcritas na íntegra e analisadas e sistematizadas.

4.1 A INDENTIDADE QUILOMBOLA COMO MOVIMENTO DE (RE) EXISTÊNCIA

O movimento de luta das comunidades remanescente de quilombos por seus direitos e por sua identidade é histórico e político. E com isso traz em seu íntimo uma dimensão temporal de persistência e (re) existência, em que a comunidade quilombola luta pelos seus territórios organizada a partir do Artigo 68, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Para Souza (2008, p. 78) a noção de indentidade quilombola está estreitamente ligada à idéia de Pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades parte de princípios que transcendem a

consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a idéias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação (SOUZA, 2008, p. 78).

Conforme relato da atual diretora da escola, a comunidade possui aspectos históricos que simbolizam as lutas da sua formação. As vestimentas dos moradores ainda são conservadas e os mesmos fazem questão ou orgulho de se mostrarem quando há eventos ou movimentos similares na comunidade. Como o próprio nome da escola que está situado no território quilombola do Caldeirão, que se deu em homenagem a um dos primeiros professores negros que residiu na comunidade, que foi chamado e conhecido como “Professor Sabá”, sendo ele o grande fundador da escola na década de 80, e que teve um papel muito importante dentro da escola como professor e diretor da instituição, e com isso contribuindo bastante para o desenvolvimento da educação da comunidade.

No momento presente, a escola tem como nome Sebastião de Assis Gonçalves e foi reconhecida como uma escola quilombola. Diante dos fatos, cabe investigar se a escola, por meio de sua política e prática curricular, vem construindo e contribuindo com uma proposta da educação escolar quilombola, que é expressa nas vivências e saberes da comunidade e valorização da identidade cultural dos sujeitos, conforme os documentos oficiais apresentados e analisados.

E com isso vimos que alguns professores da escola no seu âmbito conseguem desenvolver a prática de produção e publicação de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos em algumas áreas de conhecimento. Dando assim uma parcela de contribuição para a política curricular da educação escolar quilombola.

É na perspectiva do debate e crescimento do reconhecimento da identidade quilombola e que haja um currículo que preserve as falas de luta e os saberes e experiências da comunidade que apresentamos os registros, relatos e dados levantados com uma possível descrição analítica, buscando manifestar como as secretarias estaduais e municipais, assim como a comunidade quilombola e escolar estão envolvidas neste processo e quais são os desafios frente a esse tema que permeia a pesquisa.

As questões apresentadas a seguir correspondem as utilizadas na íntegra durante as entrevistas. Elas tiveram o objetivo de reunir possíveis respostas acerca das idéias construídas ao longo da pesquisa de campo. Vamos iniciar com as três

perguntas que foram realizadas durante a entrevista com os técnicos das secretarias, com o secretário municipal de educação do município de Salvaterra, vindo em seguida na ordem (ver quadro 07) que tem como título sujeitos entrevistados.

Só ressaltando que esse momento de entrevista foi feito no início da pesquisa de campo (no contexto mais ameno da pandemia), tendo em vista construir os primeiros contatos com os sujeitos da comunidade inseridos na problemática em estudo e subsidiar a elaboração do texto de qualificação. Depois, retornei ao *lócus* da pesquisa com um instrumental revisto (com perguntas mais direcionadas e aprofundadas), reelaborado com meu orientador a partir dessa vivência. As perguntas se encontram em fonte normal, enquanto as respostas dos sujeitos sociais se encontram em *itálico*, para dar ênfase e diferenciar perguntas de respostas.

4.1.1 Entrevistas com os Técnicos da Seduc / Semed

Entre os sujeitos de pesquisa, iniciamos as entrevistas com os técnicos da secretaria municipal de Salvaterra refletindo a importância de conhecer previamente a sua organização e principalmente a política curricular do município, assim como o planejamento pedagógico, e dificuldades e perspectiva do *lócus* da pesquisa. E conhecendo estes aspectos foi possível ter um olhar mais amplo sobre as escolas quilombolas, e especificamente a escola Sebastião de Assis Gonçalves, o que contribuiu para as observações realizadas posteriormente na pesquisa.

Para Silva (2014), pesquisar sobre currículo voltado para a comunidade quilombola, que são sujeitos políticos constituintes enquanto afro-brasileiros, situados em territórios do campo e também nas periferias urbanas, implica num reconhecimento de sua ancestralidade e capacidade de ter percorrido quatro séculos de resistência física, mental, cosmológica, política e epistêmica, para se tornar visível e reconhecido pela sociedade e Estado Brasileiro. Esses povos escravizados, subalternizados enquanto raça tem uma história de sofrimento muito singular, perpetrada, conforme Florestan (2019) e Quijano (2005).

Dessa forma, foram entrevistados 02 (dois) técnicos da secretaria municipal de educação, 03 (três) técnicos da secretaria estadual de educação e o secretário

municipal de educação de Salvaterra.²⁰

Abaixo, ilustramos as questões da entrevista e suas argumentações respectivamente.

Questão 01: Como a secretaria vem trabalhando a educação no que diz respeito aos territórios Quilombolas?

Existe uma proposta curricular construída coletivamente juntamente com as lideranças e professores das comunidades quilombolas e professores da comunidade. Na época, a Copir [Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial] era parceira do município de Salvaterra e se disponibilizou a trabalhar formações com os professores e com todos que estavam envolvidos nesse processo de construção da proposta curricular diferenciada que é voltada ao contexto quilombola, que é trabalhada nas escolas hoje. A proposta de educação escolar quilombola é trabalhada nas escolas que tem séries finais do ensino fundamental, onde há 05 (cinco) professores, em que se onde leva em consideração esse currículo alinhado a BNCC, sendo que o currículo foi pensado para trabalhar os conhecimentos tradicionais que existem dentro das comunidades. Paralelo a isso também trabalhar a reminiscência histórica, no caso o público e os alunos (as) dos anos finais do ensino fundamental (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

No caso, as outras etapas sendo elas: educação infantil e séries iniciais levam em consideração esse currículo, mas não há professores que trabalham especificamente a disciplina educação escolar quilombola, sendo que a orientação é dada pela semed aos professores que trabalham nessa modalidade, pois algumas escolas conseguem trabalhar esses assuntos outras não. A proposta desse ano da semed é fazer formações e projetos para atender de fato esses professores. Devido à pandemia houve um atraso nessas formações e construção de projetos, pois eles precisam entender que trabalham numa escola situada em território quilombola onde o público são alunos quilombolas, e esses alunos tem o direito de saber sua identidade, sua ancestralidade, sendo que uns professores sabem trabalhar essas especificidades que é a educação escolar quilombola, outros ainda precisam desse suporte da secretaria de educação. E esse suporte da semed é através de formação que de fato consiga entender a realidade do aluno e a especificidade das escolas por serem escolas quilombolas (JOSÉ LUIZ SOUZA DE SOUZA – Técnico da Semed).

Conforme os relatos dos técnicos da secretaria municipal de educação de Salvaterra, as escolas situadas em territórios quilombolas trabalham seus conteúdos através de uma proposta curricular elaborada juntamente com a comunidade, professores, lideranças locais e parceria com a Copir. Essa proposta curricular é

²⁰ 10/01/2022 – Semed (Local), 04/01/2022 – Seduc (Local), 07/09/2022 – Via Whatsapp, respectivamente.

trabalhada somente em escolas que tenham séries finais do ensino fundamental com 05 professores, sendo que na proposta há conteúdos para a educação infantil e series iniciais do ensino fundamental, mais não há professores que trabalham a disciplina educação escolar quilombola nessa modalidade e com isso ficando sua orientação para trabalhar esses saberes via secretaria municipal de educação.

A centralidade da cultura acontece quando o sujeito se reconhece a partir dos discursos (MORAES, 2019, p. 02). E esse currículo que é trabalhado dentro das escolas tem que ser pensado e elaborado em diálogo com as comunidades quilombolas, tendo em vista o reconhecimento de sua história e memória ancestral e fortalecimento de seu pensamento crítico e de sua identidade negra/quilombola. Daí o desafio, a necessidade e importância de uma política pública, de fato, de educação escolar quilombola na sociedade brasileira, considerando a sua própria diversidade no tocante à realidade (o contexto) das comunidades quilombolas, como na Amazônia. É importante reconhecer esse esforço das secretarias estadual e municipal de educação nesse horizonte, contudo esse projeto ainda não materializa o direito desses povos à política de educação escolar quilombola que expresse a sua afirmação e reconhecimento. Esse é um dos grandes desafios estruturantes que se põem.

Agora com os técnicos da secretaria estadual de educação.

Ao longo dos 22 anos da existência da Copir se iniciou trabalhando a educação quilombola através do projeto de valorização da cultura negra que consistia numa ação do extinto programa raízes com as comunidades quilombolas, onde as ações desse programa eram destacadas para a secretaria estadual de educação. A Seduc elaborou projetos para trabalhar formações de professores, discussões de conteúdos, material didático e foi dessa forma que a secretaria de estado iniciou um trabalho mais efetivo nas comunidades quilombolas. No que tange ao atendimento na oferta a educação, a secretaria atende as comunidades quilombolas no ensino médio através do sistema de organização modular de ensino em algumas comunidades, não são todas as comunidades que são atendidas pelo sistema modular de ensino. Sendo que as demandas hoje, elas são demandas para o desenvolvimento do ensino médio regular e não para a oferta modular. Para, além disso, eles desenvolvem o projeto de educação etnicidade e desenvolvimento que é um projeto que versa para o fortalecimento educacional de alunos/a Quilombolas (AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO – Técnico da Seduc/Copir).

A seduc vai realizar um encontro de saberes tradicionais quilombolas com o objetivo de colher subsídios para iniciar a construção do

*documento curricular da educação quilombola do estado do Pará, ou seja, a construção das diretrizes estaduais de educação escolar quilombola. **É importante ficar evidente que o estado ainda não tem uma política efetiva de educação escolar quilombola, o estado tem oferta da educação escolar quilombola através do ensino médio em algumas comunidades quilombolas, sendo que é desenvolvido o projeto etnicidade e desenvolvimento que até o momento ele vem atendendo professores e alunos da rede municipal de ensino, sendo que a responsabilidade independente da educação está municipalizada, o estado entra em colaboração com os municípios, e com isso os técnicos vão até as comunidades para ouvi los suas demandas** (SIMONE ARAÚJO – Técnica da Seduc/Copir).*

A secretaria de estado está desenvolvendo uma proposta integradora com a SOME [Sistema Modular de Ensino] para formação de professores para atuar nas comunidades quilombolas, sendo que é professores com formação da educação escolar quilombola, pois infelizmente não são professores quilombolas. São professores que atuam nos territórios, essa formação é para que esse professor possa atuar com esse aluno quilombola (MARIA DEUZILENE LISBOA MELO – Técnica da Seduc/Copir).

*O estado não tem escolas quilombolas, pois a parceria se dar com os municípios, sendo que o estado atende uma escola do ensino médio no município de Abaetetuba, pois o prédio escolar é do município, mais as turmas são do estado, os alunos são matriculados na escola sede do município. **Por isso não tem escola quilombola, portanto não tem educação escolar quilombola, e relataram que só podem dizer se tem escola quilombolas a partir, quando tiverem as diretrizes construídas, escolas quilombolas criadas, quando esta educação tiver sido criada nessa premissa, aí sim eles afirmam terem educação escolar quilombola implementada no estado. Até o momento o estado tem apenas só o atendimento.** O estado tem um processo de criação de uma primeira escola desde 2020, onde esse prédio é a título de doação no território quilombola de alto trombeta dois no município de Oriximiná. Esse prédio foi recebido a título de indenização pôr danos ambientais de uma empresa de mineração, essa escola será de ensino médio, para que os alunos estudem no território, pois o projeto político pedagógico já está pronto, mais ainda vai ser apresentado à comunidade, assim como a matriz curricular, mais com isso os técnicos vão dialogar com a comunidade sobre a realidade do território, e a previsão de inauguração da escola estadual quilombola será início de 2023 (AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO – Técnico da Seduc/Copir).*

A secretaria de estado de educação ainda está caminhando na construção das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola, e com isso mantendo formações e projetos para atender os municípios. Virmos nas entrevistas dos técnicos esse atendimento ainda muito básico aos municípios no que diz respeito às comunidades quilombolas. A presença dos técnicos da Seduc precisa

ser mais efetiva nos municípios, para que haja um atendimento melhor, mais para isso precisa melhorar seu quantitativo enquanto equipe de trabalho, pela demanda que é solicitada.

Nas falas dos técnicos (as) a senhora Simone e o senhor Amilton eu destaquei em negrito pela importância que elas trazem para a pesquisa, em afirmar que o estado não tem uma política efetiva para a educação escolar quilombola mantendo apenas o atendimento em colaboração com os municípios, e o senhor Amilton concretiza quanto à participação do estado pelas políticas voltadas para a educação escolar quilombola afirmando que o estado não tem escola quilombola, por isso não tem educação escolar quilombola e só vai haver quando as diretrizes curriculares tiverem sido construídas e escolas criadas. São falas preocupantes onde o estado devia assegurar de fato essa modalidade de ensino.

É de suma importância o estudo da cultura das comunidades quilombolas, pois essa ancestralidade é o referencial das manifestações de cada povo passando de geração para geração.

Já o próximo entrevistado que foi o senhor Klébson Salgado Glória secretário de educação do município de Salvaterra desde 01 de janeiro de 2021 até os dias atuais, onde as perguntas foram mais profundas sobre a política curricular do município, tendo a primeira pergunta; como a secretaria implementou o currículo escolar nas escolas inseridas em território reconhecido e afirmado como território quilombola? E quais os avanços e limites desse currículo desenvolvido nas escolas quilombolas na região do Marajó especificamente Salvaterra? Só realçando o senhor Klébson é quilombola da comunidade do Caldeirão. Ele respondeu da seguinte forma.

A criação dos componentes curriculares da educação escolar quilombola de Salvaterra foi levado em consideração os artigos 06 e 07 da OIT que tratam sobre a questão da consulta prévia livre informada as comunidades tradicionais e com isso foram feitas várias reuniões formativas e consultivas a essas comunidades, na época tinha 15 comunidades certificadas pela fundação Palmares e hoje tem mais 02 duas em estudos somando 17 comunidades, e nesse período foram feitas reuniões com a secretaria municipal de educação sendo que na época eu estava como membro do movimento negro quilombola verificando e analisando se o documento levava em consideração a reminiscência histórica de cada comunidade. Contudo feito isso houve a colaboração do estado através da COPIR sobre as possibilidades para que haja a inclusão dos pedidos da comunidade no processo sobre o documento para os componentes curriculares quilombolas, levando em consideração as

peculiaridades das comunidades, isso ocorreu em 2012. E ainda faço a relação entre a diferença entre educação escolar quilombola e educação quilombola, onde a educação escolar quilombola é aquela que você leva em consideração o empírico e as peculiaridades das comunidades, mais você traz para entretecer com os conhecimentos científicos, com os autores, e obras relevantes que possam contribuir nesse processo, já a educação quilombola é aquela de conhecimento empírico, escrita pela comunidade, reminiscência histórica, relação com a natureza e relação com o território. Sobre os avanços, foram muito positivas, pois a sociedade começou entender e valorizar e dar mais importância a esses conteúdos que versam a educação escolar quilombola, e cito que os poderes públicos precisam assistir mais essa política pública para que essa inserção seja feita não só nas escolas quilombolas mais em outras escolas assim como é dita na lei 10639/03 (KLÉBSON SALGADO GLÓRIA – Técnico da Semed).

Na fala do secretário ele comenta sobre a parceria entre a SEMED e a COPIR para a construção das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola, e com isso ficando dependente da Seduc para avançar nesse debate da construção do currículo voltado para as comunidades quilombolas. Novamente destaco um trecho em negrito agora da fala do senhor Klebson sobre a diferença entre educação quilombola e educação escolar quilombola, é bom ressaltar que a educação quilombola acontece dentro das comunidades por meio da comunhão de conhecimentos e saberes entre todos, enquanto a educação escolar quilombola visa a aproximação entre os saberes da comunidade e os conhecimentos curriculares.

Silva e Nascimento (2012) apresentam reflexões críticas acerca da questão quilombola e territórios quilombolas que entrou de fato para a agenda política institucional brasileira somente a partir da Constituição Federal de 1988, como resultado da forte atuação do movimento negro em busca da garantia de direitos e de reconhecimento e valorização do seu papel na formação social, cultural, e econômica de nosso país. Temos o livre pensamento que toda conquista se parte de grandes movimentos, e o movimento negro teve a participação para garantir na Constituição Federal os direitos dos povos originários e tradicionais.

Moura (2007) aponta que o estudo da história dos quilombos contemporâneos é de suma importância na afirmação da identidade do povo brasileiro e a sua inclusão no currículo da Educação Básica é fundamental para a formação da nacionalidade. E com isso possibilitar que professores repensem, à luz da experiência dos quilombos contemporâneos, o papel da escola como fonte de afirmação da identidade nacional. É importante desenvolver, na escola, novos

espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras, via um currículo que leve o aluno (a) a conhecer suas origens (MOURA, 2007, p. 4).

Questão 02: Qual a proposta da secretaria para o currículo das escolas quilombolas no que tange a escola Sebastião de Assis Gonçalves?

A proposta da secretaria é fazer com que de fato a modalidade ela seja contemplada, umas das maneiras para dar visibilidade a essa proposta é através de projetos pedagógicos que contemple esse currículo, onde a vivência dessa comunidade, as práticas culturais, os saberes, os fazeres, os conhecimentos tradicionais eles sejam vivenciados dentro da escola, façam parte desse currículo, da vivência dos alunos, das práticas pedagógicas dos professores, fazendo com que o professor ressignifique sua prática, pois o professor trabalha só o conhecimento científico deixando de lado os conhecimentos tradicionais e com isso fazendo essa junção entre os conhecimentos, e com isso os professores iram conseguir trabalhar de forma significativa e poder dar visibilidade a esse currículo e as práticas, e esse anseio não é so da secretaria mais também da comunidade, pois eles querem que esses projetos ganhem vida dentro da própria escola (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

Os técnicos afirmam ainda que a proposta curricular implementado nas escolas quilombolas de Salvaterra é desde 2013, só ressaltando que o estado não tem uma matriz curricular quilombola, apenas proposta que foi enviado aos municípios. Sobre as formações a secretaria está organizando para todas as escolas quilombolas a construção do projeto político pedagógico atendendo a peculiaridade de cada comunidade, ou seja, o projeto político de uma escola quilombola não vai ser igual à outra comunidade, pois cada uma tem sua especificidade, assim com o currículo.

Contudo Veiga (2013, p. 163) relata que:

O Projeto Pedagógico constituído pela própria comunidade escolar é o definidor de critérios para a organização curricular e a seleção e estruturação dos conteúdos, das metodologias de ensino, dos recursos didáticos e tecnológicos e da avaliação.

A construção do Projeto Político Pedagógico é a identidade da escola constituída com os saberes e experiências da comunidade. E com isso fortalecendo a ancestralidade no currículo escolar.

Agora com os técnicos da secretaria estadual de educação, nessa segunda pergunta utilizei outra por motivo de ter uma gestão mais ampla no que tange á visão de currículo, que foi a seguinte pergunta; Como a secretaria implementou o currículo

escolar nas escolas inseridas em territórios reconhecido e afirmado como território quilombola? E quais os avanços e os limites desse currículo desenvolvido nas escolas quilombolas na região do Marajó especificamente em Salvaterra?

A secretaria de estado não tem uma educação escolar quilombola, mais a secretaria de estado sempre em parceria com os municípios tem as formas de atendimento a esses territórios, no município de Salvaterra as formas de atendimento é através do programa raízes com o desenvolvimento do projeto valorização da história da cultura negra, nesse projeto é desenvolvido a formação de professores, que houve na comunidade quilombola de vila união, onde todos os professores que atuam nas comunidades quilombolas e coordenadores pedagógicos passaram por esse processo pedagógico, já pautado nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, e também houve formação para os gestores das escolas. Sendo que em Salvaterra a Seduc tem parceria com o professor Vinicius que é militante do movimento negro e leciona na escola estadual de ensino médio professor Ademar Nunes Vasconcelos, sendo que a referida escola já chegou a ter quase 50% (cinquenta) de demanda de alunos das comunidades quilombolas, por conta disso houve uma proposta para que essa escola seja escola estadual quilombola, mais o processo se perderam no tempo e as comunidades não se interessaram mais em saber o andamento do processo, por isso não andou a finalização do mesmo. E com isso a secretaria entende que há um olhar positivo nesse sentido de atendimento aos territórios, agora no ponto de vista curricular a secretaria não tem essas diretrizes, portanto não há uma proposta pedagógica curricular desenvolvida, devido não há atendimento no ensino médio, pois quem atende é o município e o município tem suas diretrizes, enquanto estado em nível de colaboração à proposta curricular que há em Salvaterra assim como a disciplina educação quilombola passou por discussão e assessoria juntamente com a secretaria de estado, onde houve um encontro de elaboração de conteúdo que subsidiou as propostas curriculares das escolas inseridas em comunidades quilombolas, dos projetos pedagógicos também, pois o estado ainda esta construído essa proposta curricular quilombola (AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO – Técnico da Seduc/Copir).

Nessa fala o técnico cita que não há uma educação escolar quilombola, mais o atendimento por parte do estado aos municípios se dar através de parcerias e com isso formações na área dos saberes tradicionais. As políticas públicas curricular andam em passos lentos e com isso impactando no avanço da construção do currículo escolar quilombola. “O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas” (VEIGA, 2013, P. 163).

A importância do PPP como documento que oriente o norte na construção

desse currículo escolar, e a Seduc deve preparar a escola juntamente com as comunidades para colaboração da construção desse documento identitário.

Outro debate que os técnicos levantam é sobre o tipo de currículo que devem ser levado em consideração nas comunidades, um currículo de proposta de campo ou urbanizado, mais os técnicos alertam que essas questões devem ser funilados no projeto político pedagógico da escola. E os técnicos da secretaria pensam num currículo aberto, um quilombo em movimento em mudança, não só na sua ancestralidade mais na mudança que a comunidade passa, os conflitos da terra, do agronegócio, e com isso pensar na pedagogia dos rios, das florestas, e com isso pensar um currículo construído no coletivo (professores, filhos dos professores, as lideranças, os mais antigos).

Continuando as entrevistas, agora com o secretário de educação do município de Salvaterra, onde foi feita a seguinte pergunta; como a semed analisa a relação entre as escolas quilombolas e os saberes e experiências das comunidades quilombolas?

A semed vê essa relação bastante positiva, sendo que há alguns entraves a esses conhecimentos que são próprios das comunidades quilombolas e que são levados às salas de aula, e de que forma a semed e as escolas podem aplicar esses conteúdos de forma de estarem valorizando cada vez mais as peculiaridades e especificidade das comunidades, mais para isso os professores precisam ter essa formação, esse realimentação com as comunidades, principalmente os que não são oriundos de Salvaterra e até mesmo os próprios professores que são de Salvaterra (KLÉBSON SALGADO GLÓRIA – Técnico da Semed).

Segundo Arroyo (2013, p. 121) O currículo é como experiência que implica no reconhecimento de que todo conhecimento tem origem na experiência social, e essa compreensão é mais do que uma questão epistemológica, é uma questão política e pedagógica. E acima de tudo o currículo traga essa compreensão de vida daquele povo, daquela comunidade, fazer com que o conhecimento seja resultado de problemas relativos à estrutura política e pedagógica que afeta os territórios quilombolas. Pois política devido a uma trajetória de uma população historicamente escravizada por um grande período de tempo que desde sempre buscou fraturar o sistema. E pedagógica porque a educação sempre representou os movimentos sociais negros e quilombolas (ARROYO, 2013).

Questão 03: Quais os avanços e desafios da secretaria para o currículo dos

quilombolas no município de Salvaterra?

A própria orientação da modalidade do município já é um avanço, conseguir trabalhar esse currículo, essa proposta diferenciada já é um avanço, pois não são muitos municípios no Pará que conseguem trabalhar com essa diversidade de uma maneira didática pedagógica e algo bem organizada, pois no Pará tem muitas comunidades quilombolas que anseiam por essas formações para trabalhar esse currículo diferenciado de educação escolar quilombola nas suas escolas. Em Salvaterra já conseguem trabalhar esse currículo, pois talvez Salvaterra seja pioneira nisso, e para eles isso é um avanço, pois as feiras quilombolas no município que acontecem em novembro é um avanço e dar uma visibilidade a todos às produções feitas pelas escolas e pelas comunidades, as escolas trazem e fazem suas apresentações na feira, o desfile cívico quilombola, o concurso de redação quilombola também é algo de positivo onde é trabalhado um tema específico, no caso a identidade quilombola, tudo isso consideram como avanços da secretaria (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

E o desafio maior de fato é fazer com que as escolas e os professores eles entendam essa especificidade, não os professores que são oriundos das comunidades, mais os professores de fora do município e da comunidade, entender de fato essa especificidade das comunidades quilombolas assim como as realidades, pois isso precisa ser considerado, eles acham o desafio maior para a secretaria. Assim eles citaram outros desafios como as outras etapas, como as modalidades, que é atender da educação infantil até o ensino médio implementando o ensino escolar quilombola (JOSÉ LUIZ SOUZA DE SOUZA – Técnico da Semed).

Conforme o relato dos técnicos o avanço para eles é a modalidade Educação Escolar Quilombola que é trabalhada como disciplina nas escolas situadas em territórios de quilombos, os eventos que acontecem no município em alusão as lutas quilombolas, sobre suas ancestralidades que é debatida em exposição na feira e os limites são as escolas e os professores no entendimento da especificidade das comunidades quilombolas. Eles não consideram como limite o número de pessoas que compõe a coordenação da educação quilombola, pois são 02 (dois) técnicos para atender mais de 15 comunidades quilombolas, outro ponto a ser destacado é que não há um cronograma de visita dos técnicos nas comunidades para qualquer tipo de atendimento a esses professores que trabalham essa modalidade de ensino na escola.

Veiga (2013, p. 164) afirma que:

Acompanhar as atividades pedagógicas e avaliá-las conduz à reflexão, com base em dados e informações concretas sobre como a escola organiza-se

para colocar em ação o seu projeto político-pedagógico orientado e coordenado por um processo de gestão democrática.

A semed precisa acompanhar essas atividades pedagógicas mais de perto para poder avaliar como a escola está conduzindo esse processo dos saberes e experiências das comunidades quilombolas para a construção de suas propostas pedagógicas.

Agora com os técnicos da secretaria estadual de ensino.

um dos grandes avanços, é a resolução estadual número 08 que é uma orientação as escolas quilombolas, só de ter uma base legal para discutir o projeto politico pedagógico quilombola já é um avanço, e com isso dando abertura para que as comunidades possam debater suas diretrizes, mais tem muito a avançar com as diretrizes municipais e estaduais (AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO – Técnico da Seduc/Copir).

No relato do técnico da secretaria de estado de educação o avanço é limitado na resolução estadual para debater o PPP quilombola. Para uma secretaria de estado pela sua proporção, já era pra ter avanços mais significativos na implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola. O projeto politico pedagógico não visa simplesmente a um rearranjo formal da escola, mas a uma qualidade em todo o processo vivido. (VEIGA, 1995). Isso porque a escola está inserida numa sociedade capitalista, sendo uma instituição social, onde reflete não só suas determinações mas as contradições dessa sociedade.

Depois finalizei com a última pergunta ainda com os técnicos da secretaria estadual de ensino. Como a Seduc vem indetificando e analisando a implementação da lei 10639/03 nas escolas estaduais e municipais em Salvaterra?

No caso de Salvaterra ainda não tinha sancionado a lei 10639/03, mais o estado já tinha o projeto que contemplava a valorização da história e cultura negra, sendo que a escola estadual Ademar Vasconcelos já vinha sendo atendida pelas politicas publicas raciais da Seduc e Copir, quando a lei foi sancionada, ela veio fortalecer esse trabalho que ja vinha sendo realizado, e com isso contribuir para a nova formatação das politicas públicas no estado, e com isso focando na formação de professores e distribuição de material didático para as escolas (AMILTON GONÇALVES SÁ BARRETO – Técnico da Seduc/Copir).

Os Técnicos da Seduc relatam que o estado vinha trabalhando projeto que meditava politicas públicas raciais antes da lei ser sancionada, e quando houve a oficialização da lei foi feita só a formatação do projeto para a formação de

professores e material pedagógico para trabalhar a lei nas escolas. Estamos no limiar de um novo tempo que se confronta com novos desafios históricos, sociais e educacionais. (VEIGA, p. 160). E o estado tem esse desafio histórico de acompanhar como vem sendo trabalhado a lei 10639/2003 nas escolas, e não conseguir perceber essa análise feita pelos técnicos da seduc.

E fechamos esse rol de perguntas para essa modalidade de sujeitos com o secretário de educação do município de Salvaterra o senhor Klébson Salgado Glória, onde foi perguntado; como a semed vem identificando e analisando a implementação da lei 10639/03 nas escolas municipais de Salvaterra?

A lei 10639/03 foi um avanço no campo educacional, pois contribuiu no amparo legal para a inserção dos conteúdos no currículo, e sendo que a aplicação desses conteúdos, não se dar só nas escolas quilombolas, mais em todas as escolas e com isso todos possam entender o movimento negro, o movimento quilombola sendo assim fortalecendo as políticas públicas voltada para as comunidades tradicionais. Já especificamente em Salvaterra, com esse processo da lei a semed já consegue indetificar os trabalhos realizados com os alunos dentro da escola, devido à obrigatoriedade da lei 10639/03, muito também ao componente curricular quilombola, e com isso os ambientes escolares ficam ciente sobre os movimentos negros, identidade quilombola, contribuindo demais para as formações dos professores, outro aspecto citado foi a mídia, que tem um papel fundamental para que a população seja sabedora do que acontece e depois possa cobrar a importância da lei dentro das escolas (KLÉBSON SALGADO GLÓRIA – Técnico da Semed).

Para SILVA (2014, p. 15): “A formação de professores no Brasil, lida com experiências inovadoras e práticas arcaicas, que reforçam um currículo monocultural, desterritorializado e que tem invisibilizado os quilombolas desde o século XVI”. Na fala do secretário de educação pude entender que depois sancionada a lei é que começaram a trabalhar a ancestralidade das comunidades quilombolas, mais precisamente em escola situadas em território quilombolas, e com isso escolas que não tivessem situadas em territórios quilombolas não tinha a implementação da lei.

Em conversa com o meu orientador o professor Doutor Sérgio Roberto Moraes Corrêa, como o levantamento dessas pesquisas foram feitas no começo e no meio do ano de 2022, resolvemos voltar para o campo de pesquisa para essa modalidade de técnicos, para fazer uma nova análise e levantamento de dados e informações devido o tempo que passou. Nessa nova rodada de pesquisa de campo vamos ter perguntas reformuladas conforme a necessidade do objeto problema.

E retornei a secretaria estadual de educação no setor da COPIR, e entrevistei a senhora Maria Deusilene Lisboa Melo²¹, que tinha participado da primeira entrevista. E nessa rodada de diálogo foi perguntada a mesma; Existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

A SEDUC no momento não tem a educação escolar quilombola, por não ter escolas estaduais quilombolas, mas está propondo um currículo para essa modalidade, e vai ser construído juntamente com as comunidades, por isso ainda está em andamento essa política curricular, pois esse currículo é uma construção coletiva, é uma proposta que está sendo dialogada que possa contemplar essa diversidade e tem que ser aprovada pelas comunidades e pela SEDUC (MARIA DEUSILENE LISBOA MELO – Técnica da Seduc/Copir).

Nessa construção coletiva desse currículo, que são as Diretrizes Curriculares Estaduais, temos que enfatizar bem os personagens de relevância na luta pela liberdade da raça negra, contra qualquer tipo de racismo tanto direto, quanto indireto. Uma das figuras para significar essa luta era o Zumbi, o último grande líder do Quilombo dos Palmares, pois ele faz jus à luta negra contra a escravatura e também contribuiu para o fortalecimento do movimento negro contemporâneo (RATTS; RIOS (2010).

Na fala da técnica o papel da Seduc contradiz a legislação federal que regulamenta a política de educação escolar quilombola, como a lei 10. 639/2003, assim como as diretrizes curriculares nacionais voltada a educação escolar quilombola, e com isso se reduzindo em apenas discussões, silenciando as vozes das comunidades quilombolas que precisam dessa política curricular.

Na segunda rodada perguntei; Na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

Que na avaliação dela foi bastante positiva, haja vista que não tinha esse diálogo, hoje há conversas bem adiantadas sobre políticas públicas para educação escolar quilombola, que para ela é um avanço pois coloca esses povos em evidências, e com isso agregar e contemplar as necessidades das comunidades quilombolas, e hoje a SEDUC está olhando com mais eficiência essa questão. A SEDUC está discutindo esse currículo, e esse documento vai fortalecer as comunidades quilombolas (MARIA DEUSILENE LISBOA MELO –

²¹ 06/01/2023 – Seduc (local).

Esse debate em conjunto entre órgãos públicos e sociedade é de uma enorme grandeza, pois o currículo fica a serviço de um projeto de sociedade democrática, justa e igualitária. E quando discutimos a construção do currículo juntamente com as comunidades quilombolas, perpassa por ele o sentido da diversidade, o entendimento do que é diversidade. Pois as comunidades quilombolas devido sua história e cultura, garantem sua sobrevivência e produzem uma relação mais íntima com o meio em que vivem (GOMES, 2007).

Só ressaltando que já houve esse encontro com as comunidades quilombolas juntamente com a SEDUC, o primeiro encontro aconteceu em novembro do ano de 2022 em Salvaterra, e com isso temos o início para a construção das diretrizes curriculares estaduais para a educação escolar quilombola.

O currículo de uma escola situada em território quilombola deve ter a construção de conhecimentos variados a respeito da biodiversidade que nem sempre são respeitados pela escola. Pois sabemos que as comunidades quilombolas vem se organizando cada vez mais para exigir o direito ao reconhecimento dos saberes e experiências na incorporação no currículo (GOMES, 2007).

Gomes (2007, p. 22) define currículo da seguinte forma:

(...) o currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimento e conteúdo. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas.

O debate em quem a secretaria de educação de estado faz em conjunto com as comunidades para a construção das diretrizes curriculares estaduais para a educação estadual quilombola, esse conjunto fortalece bastante as vozes das comunidades quilombolas e põe em evidência o papel de grande importância que é os saberes, conhecimentos, a sua ancestralidade, identidade quilombola e com isso assegura seus direitos como ser quilombola.

Na terceira rodada perguntei; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Que os problemas são de todas às ordens, ordens burocráticas, ordens estruturais e sobre dialogar ou debater a identidade quilombola, hoje quem vai para o quilombo fazer a formação percebe que precisa discutir essa identidade, a geração atual não esta se

indetificando com essa identidade, e com isso fazer um debate do passado com o presente para não ficar preso nesse passado, e com isso trazer esse grupo para o fortalecimento da sua identidade, e ao mesmo tempo, entender que eles precisam contemplar outros conhecimentos, pois vivemos num mundo globalizado, e com isso não podemos negar essas informações. Questionando como podemos elencar nesse currículo, ancestralidade, modernidade, esse projeto globalizado de mundo, de sociedade, e ainda ressalto que as dificuldades são estruturais, burocráticas, em fim (MARIA DEUSILENE LISBOA MELO – Técnica da Seduc/Copir).

Sobre as dificuldades vista pela técnica, pela ordem estrutural, burocrática e de identidade, podemos pensar que esse debate é bem profundo, fazendo essa junção entre modernidade e ancestralidade, mais nunca perdendo de vista suas características culturais, onde é a marca da comunidade. E quando falamos em problemas estruturais, observei que o grupo da secretaria que está à frente desse processo de construção, ainda é bastante pequeno para atender as comunidades quilombolas do Marajó, sendo que esse grupo atende as comunidades quilombolas no estado do Pará todo, e com isso trazendo uma lentidão para a construção das diretrizes curriculares. Entendo também que ao discutir diversidade cultural no currículo, não podemos nos esquecer de pontuar que ela se dá lado a lado com a construção de processos identitários (GOMES, 2022).

Na quarta rodada, fiz a seguinte pergunta; na avaliação da SEDUC, como vocês vêem o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

Eu não vou comentar sobre a avaliação da SEDUC, haja vista que a secretaria por enquanto ainda não tem a educação escolar quilombola, mais pela minha experiência, fazendo as formações, essas informações ainda não foram construídas dentro dos municípios, os municípios fazem seus projetos através de orientações curriculares, mais ainda precisam avançar muito, os municípios tem seus projetos políticos pedagógicos, mais precisa dialogar mais, ser mais ajustado, encontrar esse pertencimento quilombola não no sentido geral, mais sim o pertencimento quilombola no sentido específico de comunidade no espaço que eles estão inseridos, é essa estruturação que falta ainda (MARIA DEUSILENE LISBOA MELO – Técnica da Seduc/Copir).

O relato da técnica traz a experiência dela na Copir, através das formações e caminhadas nas comunidades quilombolas, pois como ela mesma disse a Seduc ainda está com esse processo em andamento, inclusive ela não participou desse primeiro encontro para o levantamento da construção das diretrizes curriculares

estaduais. E ainda na fala da técnica ela recusa falar sobre a avaliação da Seduc por não ter a educação escolar quilombola em curso nas comunidades quilombolas do Pará.

Arroyo (2013, p. 35) as avaliações e o que avaliam e privilegiam passaram a ser o currículo oficial imposto às escolas. As avaliações tem que atender a autonomia e respeito aos docentes, aos moradores locais que detém esse conhecimento de perto, e com isso detendo a priorização imposta de apenas determinados conteúdos.

Na última pergunta; Quais os desafios que vocês consideram existir tendo em vista uma política curricular que trabalhe com objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

Os desafios estão na palavra autoafirmação, chegar às comunidades quilombolas discutir e resgatar sua ancestralidade de forma eficiente, essa formatação histórica e sua estruturação, ela afirma que o desafio é a política de autoafirmação do quilombola, muito deles não tem essa educação que resgate essa ancestralidade. Outro desafio é como vamos fazer esse resgate, onde podemos agregar essa base comum e a especificidade que é o grande desafio do currículo, fazer esse vínculo do passado, mundo e sociedade, trazer esse quilombola para o resgate da ancestralidade no tempo e inserir esse sujeito no mundo atual, no mundo de hoje, e com isso trazer essa ancestralidade para os dias de hoje (MARIA DEUSILENE LISBOA MELO – Técnica da Seduc/Copir).

Conforme o relato da técnica da Seduc, ela aponta o problema da identidade quilombola nas comunidades, a negação da autoafirmação como primordial para assumir seu real ser humano quilombola, outra situação é a dificuldade em debater a ancestralidade de forma mais eficaz, e fazer com que essa identidade esteja ligada com os dias de hoje. O currículo é a porta voz desse debate oficial dentro das escolas, na parte diversificada terem amarras desse conteúdo mais concreto e dinâmico para clarear sua ancestralidade com o mundo atual.

Os currículos escolares mantêm conhecimentos superados, fora da validade e resistem à incorporação de indagações e conhecimentos vivos, que vêm da dinâmica social e da própria dinâmica do conhecimento. (ARROYO, 2013, p. 37). Devido essa conotação há a dificuldade de discutir a ancestralidade dos povos originários no currículo.

Ainda na categoria de técnicos, retornei a secretaria municipal de educação de Salvaterra para entrevistar novamente a senhora Alaise Cristina Gonçalves dos

Santos que ainda é a coordenadora da educação escolar quilombola²². Agora com as perguntas reformuladas mais não fugindo do nosso objeto problema. Existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

No que tange ao município de Salvaterra temos a modalidade educação escolar quilombola que já é realidade e dentro da modalidade temos especificamente um componente que é a educação e cultura quilombola que é para fortalecer esta modalidade, pois é um componente há mais para ser trabalhado na rede municipal, que é para trabalhar os saberes e fazeres quilombolas das escolas quilombolas, e com a intenção também de fortalecer a identidade quilombola dos estudantes quilombolas, para valorizar todos os conhecimentos que existem dentro das comunidades, fazendo com esses conhecimentos dialoguem com os conhecimentos científicos, e aí temos professores que trabalham pontualmente com esses conhecimentos no ensino fundamental maior. Desde ano passado estamos trabalhando com a flexibilização do currículo e também com a reelaboração do currículo municipal, sendo que já vem debatido para que esse componente venha a ser trabalhado nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo em vista que a educação escolar quilombola tem que ser trabalhada desde dos anos iniciais até o ensino médio, e com isso fortalecer a modalidade no município. Ela continua dizendo que essa política pública no município já é realidade, porém sabemos que existem os desafios, pode não está da forma que gostaríamos, mais o município já trabalha, e com isso vamos fazendo um trabalho de orientação com os professores, gestores e formação nas jornadas pedagógicas. Ainda com a política curricular, em 2022 houve uma formação através da SEDUC em parceria com a COPIR, MALUNGU, SEMED que foi a discussão da elaboração das diretrizes estaduais para educação escolar quilombola, eram cinco encontros onde o primeiro encontro aconteceu em Salvaterra na escola municipal de ensino fundamental quilombola Maria Lucia Ledo Carvalho, onde tivemos a oportunidade de participar. E com isso vejo com alegria em ver que o estado está caminhando para fortalecer os municípios, nesse contexto da educação escolar quilombola. Pois esse encontro já é o ponta pé inicial algo que a gente não deslumbrava algum tempo atrás, a partir de então o estado tem se desbruçado, tem se preocupado, sentado junto com a própria COPIR, MALUNGU com as lideranças quilombolas, para estarem elaborando essas diretrizes estaduais para um suporte melhor para os municípios. E Salvaterra está caminhando, mais ainda precisa avançar mais, trazer mais formações para os professores, proporcionar mais materiais que discutem sobre essas temáticas, pois são anseios dos professores, e com isso mostrar caminhos para ver de que forma eles podem estar trabalhando, trazendo práticas pedagógicas contextualizadas que a dialoguem com a cultura, com a identidade das escolas quilombolas. Enquanto município estamos avançando aos poucos, porém com a

²² 17/01/2023 – Semed (local).

própria gestão, pois temos um secretário que é quilombola e com isso se torna sensível com essas questões (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

Conforme o relato da técnica da Semed houve avanços bastantes significativos, começando pela parceria entre estado e município, para as formações em debater a temática da educação quilombola, assim como o levantamento de informações para a construção das diretrizes curriculares estaduais para dar subsídios aos currículos das comunidades. A semed começou debater o levantamento de conteúdos para o currículo nas séries iniciais e ensino médio onde ainda não é oficializada a educação escolar quilombola.

É dever dos docentes, moradores locais abrir os currículos para enriquecê-los com novos conhecimentos e garantir seu próprio direito e o dos alunos à rica, atualizada e diversa produção de conhecimentos e de leituras e significados (ARROYO, 2013, p. 37).

Continuando com as rodadas de conversa com a técnica da Semed sobre a seguinte pergunta; na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

O próprio componente educação escolar quilombola como disciplina dentro do currículo, e sendo trabalhado na rede municipal de ensino, as formações por parte da semed com os professores, tendo esse diálogo sobre o entendimento da disciplina e o trabalho a ser realizado dentro dos territórios, pois ainda há resistência por parte de alguns profissionais, embora estejam dentro de um território quilombola, dentro de uma escola quilombola, às vezes não tem uma prática que leve em consideração os direitos desse aluno que leve uma educação que valorize sua realidade. E hoje já conseguem ter professores que entendem e compreendem a importância disso e trabalham práticas pedagógicas voltadas para essa realidade. O município tem uma portaria desde setembro de 2022 que tem a lotação preferencialmente dentro das escolas quilombolas de gestores quilombolas e com isso está preceituado na resolução número 08, de 20 de novembro de 2012 (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

A técnica cita o próprio José Luiz que é fruto de uma política afirmativa, pois é quilombola e está atuando como gestor de uma escola quilombola. E com isso ela afirma que a Semed está avançando mais, que ainda existem bastantes desafios, como materiais pedagógicos voltados para a educação escolar quilombola e até a própria formação desses profissionais.

O relato da técnica em relação aos avanços é sobre a oficialização da

disciplina educação quilombola dentro do currículo, mais que às vezes tem resistência por parte de alguns profissionais, outro fator citado pela técnica é a própria lotação dos gestores das escolas quilombolas, que cumpre a resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. E com isso ela cita o Quilombola José Luiz que antes era técnico da secretaria municipal de educação e hoje é diretor de uma escola quilombola municipal. Por conseguinte o material humano não foi resposto, pois a coordenação ficou só sobe a responsabilidade de uma técnica para atender toda Salvaterra no que diz respeito sobre as comunidades quilombolas.

Arroyo (2013, p. 41) relata que:

O direito a autoimagens positivas tem levado os (as) docentes - educadores (as) a adotar uma postura crítica, vigilante diante do material didático, até da literatura que chega às escolas e reproduz estereótipos sexistas, racistas, inferiorizantes dos povos indígenas, quilombolas, do campo, negros, pobres.

A próxima pergunta é; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Os desafios são muitos, um deles é a própria implementação dessas política curricular, como a escola e território, para que as lideranças da comunidade estejam mais próximas da escola, pois a escola não caminha sozinha dentro dos territórios tradicionais, pois existem leis e diretrizes que escola e comunidade precisam dialogar, pois a escola também precisa dialogar com as lideranças quilombolas com o próprio movimento quilombola para que seja algo democrático e tenha de fato essa consulta junto aos seus pares aos seus coletivos. Na comunidade do Caldeirão não há essa dificuldade, tanto que houve momento de reunir escola e comunidade, a gente foi convidada a participar e a gente percebeu que a própria liderança ali representada envolvida nas questões da escola, e a gente percebem nos eventos que acontece dentro da escola essa participação da comunidade, a comunidade se envolve, ela questiona, ela participa, como secretaria foi o que percebemos (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

Apesar de haver problemas em relação à política curricular, a técnica cita a relação escola e comunidade, que falta ser trabalhado, mais no caso específico do Caldeirão não há esse entrave. A técnica confirma que o diálogo entre comunidade do Caldeirão e escola é muito boa, ou seja, a comunidade é bem participativa. Temos que observar até que ponto a técnica se refere há essa participação. A escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de

diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros. (VEIGA, 2013, p. 160).

Na penúltima pergunta; na avaliação da semed, como vocês vêm o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

Vou lhe falar baseado nas observações que a gente vem fazendo desde da implantação dessa modalidade até os dias atuais, e pontualmente lhe falo de uma maneira bem otimista, estamos vendo práticas pedagógicas bem exitosas, que hoje as escolas já olhem para a sua realidade e já tem um trabalho pedagógico, que de fato deslumbre essa cultura e identidade, a gente consegue deslumbrar isso na prática. A semed tem projetos fixos da modalidade que contemplam as escolas quilombolas, e o desfile cívico quilombola é um desses projetos, em que todos os anos acontecem, e que mostra através de sua realidade as práticas exitosas, tem também o concurso de redação quilombola que acontece dentro das escolas, e com isso as escolas conseguem construir dissertações, poesias voltadas para sua realidade. Temos também a feira de educação escolar quilombola, todos esses projetos contribuem para essa implementação desse currículo, e as escolas estão conseguindo realizar esse trabalho mesmo com tanta dificuldade, pois um dos nossos desafios é a falta de material didático que trabalham essa realidade é uma das demandas da secretaria, mais mesmo assim com as dificuldades nós estamos conseguindo ver práticas pedagógicas exitosas, um trabalho de fortalecimento da identidade quilombola dentro das escolas, e conseguimos deslumbrar não só no ensino fundamental maior, mas também deslumbrar em outras etapas do ensino fundamental. Eu penso que é algo bastante positivo, eu fico muito feliz quando as escolas conseguem trazer resultados positivos desse trabalho que vem sendo realizado pelas escolas (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

O cotidiano escolar é bastante positivo para a técnica da semed, pois as escolas com seus projetos conseguem transferir a importância dessa identidade quilombola. A Nilma Lino Gomes, ela afirma que ao realizarmos essa discussão, a nossa primeira tarefa poderá ser o questionamento sobre a presença ou não dessas indagações na nossa prática docente, nos projetos pedagógicos e nas propostas educacionais, e surgem as seguintes perguntas; Ao analisarmos o cotidiano da escola, qual é o lugar ocupado pela diversidade? Ela figura como tema que transversaliza o currículo? Faz parte do núcleo comum? Ou encontra espaço somente na parte diversificada? (GOMES, 2007 p. 17).

O debate sobre a diversidade no currículo é bastante importante, pois flexibiliza não só a identidade quilombola, mais outros povos originários e culturas

diferentes, e com isso ampliando o leque de conhecimento desse aluno.

A última pergunta para a técnica; quais os desafios que vocês consideram existir tendo em vista uma política curricular que trabalhe com objetivos de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

Os desafios é conseguir implementar esse currículo que de fato venha contribuir para o fortalecimento da identidade dos estudantes quilombolas, sabemos que tudo isso perpassa por formações, nós precisamos investir em fortalecer essas políticas internas enquanto secretaria, e quando a gente consolida isso que a gente consegue alcançar, a gente vai conseguir chegar aos nossos alunos, não basta só construir no papel o documento elaborado, se isso de fato na prática não surtir efeito. Objetivo da modalidade é contribuir para o fortalecimento dessa identidade, desse território, fazer com que esse sujeito ele possa se reconhecer como sujeito de direito, e que ele possa ter orgulho da sua identidade, da sua história, de seu território, mas para além do território, a gente traz outras questões, que território é esse? Mas para além do território a gente traz outras questões, que território é esse que nem o estado reconhece como território quilombola, a própria titulação também, é algo que precisamos alcançar, e precisamos do apoio e da parceria também, do coletivo quilombola, é assim minimamente conseguimos avançar, mas é algo que a gente precisa. E o desafio maior é implementar de fato esse currículo na prática, alcançar nossos alunos, consolidar tudo isso que deslumbramos para os nossos estudantes (ALAISE CRISTINA GONÇALVES DOS SANTOS – Técnica da Semed).

A técnica relata que o maior desafio é a implementação do currículo nas escolas quilombolas de Salvaterra, e com isso fortalecendo a identidade dos alunos. A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas, e uma de suas características; é a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994, p. 177-178).

4.1.2 Entrevista com os professores/as, direção e coordenação da escola.

Nessa pesquisa de campo foi observado que o quadro de professores da escola está completo, totalizando um total de 23 professores, dentre eles, a maioria efetivos pelo concurso público realizado no município no ano de 2020. Sendo que são 17 professores efetivos e 02 professores contratados, desse quantitativo 15 são efetivos fora da comunidade, 02 efetivos da comunidade, 06 contratados fora da comunidade e nenhum contratado da comunidade.

Quando me refiro à comunidade estou citando o *lôcus* da pesquisa onde a escola está inserida. Os professores que são fora da comunidade, são oriundos de

outras localidades, como Soure, Salvaterra, Belém e Abaetetuba. Além dos professores/as a escola possui 01 diretora que é contratada fora da comunidade e 02 coordenadoras pedagógicas sendo 01 efetiva da comunidade e a outra efetiva fora da comunidade. A diretora reside em Salvaterra, uma coordenadora reside na comunidade quilombola do Caldeirão e a outra reside em Salvaterra.

No que se referem a formação complementar, alguns professores possuem pós – graduação, sendo que nenhuma é voltada para a área do ensino étnico – racial. Vamos iniciar os trabalhos com a direção da escola, coordenadoras pedagógicas e professores respectivamente. Começamos com a diretora da escola a senhora Leodina Salvador²³.

A primeira pergunta foi; há quanto tempo você trabalha na escola?

Há 06 anos (LEODINA SALVADOR – Diretora da escola).

A segunda pergunta; você é quilombola?

Não (LEODINA SALVADOR – Diretora da escola).

A diretora da escola foi indicação política, já se encontra um tempo bom trabalhando na escola, mais não atende o art. 8º DCNEEQ.

Conforme Brasil (2020, p. 16) a legislação brasileira dá ênfase aos princípios garantidores da educação nacional e salienta que, os princípios da modalidade e as ações que possam garanti-las, conforme proposto no artigo 8º:

[...]

Art. 8º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

IV – presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Ao se pensar sobre uma Educação Escolar Quilombola, é fundamental pensar sua realidade local e social, considerar suas necessidades, projetos, sonhos, e desejos de grupo que vivencia desde sua ancestralidade.

A terceira pergunta; existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas no município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

Existe sim essa política que estamos travando, essa luta surgiu em

²³ 18/01/2023 – Escola municipal Sebastião de Assis Gonçalves (local).

junho de 2018, devido à necessidade, a escola sentiu da conscientização na comunidade, nos alunos de conscientizarem de serem quilombola e aceitarem, e também contribuir para que eles lutem pelas suas raízes, pois até hoje a essa luta muito grande, pois houve formação organizada pela Semed com essa proposta pedagógica para implementar esse currículo na escola (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

No relato da diretora a política que se refere é a da implementação do currículo na escola organizada pela SEMED, pautada pela sua identidade quilombola. A concepção de Educação Quilombola é a aquisição de conhecimentos que vá ao encontro dos interesses emancipatórios que as comunidades quilombolas vem construindo, desde o período escravagista, pois ser Quilombola é estar sempre com as armas de perseverança, sabedoria e solidariedade coletiva. (BRASIL, 2020, p. 15).

A Quarta pergunta; na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

Os avanços que nós tivemos estão sendo valiosíssimos, porque estamos percebendo que a comunidade além de ela está aceitando suas raízes, ela está lutando pelos seus direitos, e tão para nós isso é muito importante esse estudo que fazemos com as nossas crianças em relação a essa conscientização, essa valorização que eles precisam ter, pela sua identidade, para nós está tendo avanço muito grande, não só com nossa comunidade quilombola, mais também com os nossos professores que trabalham na comunidade, a gente vê um avanço muito grande, e um desejo muito grande que eles realmente se aceitem como ter que ser na realidade e lutes pelos seus objetivos quando crescerem e desenvolverem seus potenciais (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

No relato da diretora da escola ela confirma que a comunidade se aceita já como quilombola, e na resposta anterior o desafio é que os alunos se aceitem, por isso há contradições na sua resposta.

A escola quilombola espaço constituído de transmissão e produção de conhecimento e, portanto, de ideologias, identifica a sociedade que acolhe e necessita tornar visíveis e protagonistas suas tradições, culturas e traços identitários, em perspectiva inclusiva e transparente (BRASIL, 2020, p. 13).

A quinta pergunta; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Os problemas é a falta de aceitação da comunidade, pois o trabalho é feito na escola, mas o reforço da identidade quilombola tem que vim da família. Tendo essa conscientização / aceitação por parte dos

pais, seria melhor, pois nossas crianças já traziam de casa um entendimento melhor da sua identidade quilombola, e às vezes nem os pais aceitam, por isso o nosso maior problema é a aceitação na família. E outro fator preponderante é o currículo, onde só é trabalhado no ensino fundamental maior do 06 ano ao 09 ano, não dando continuidade no ensino médio, e para que aja essa conscientização, esse aprendizado tem que ser trabalhado lá da base, desde do pré, vai nos anos iniciais, até a universidade, porque isso é muito importante, eles são quilombolas, eles têm que se aceitar, e eles tem que aprender o que é ser quilombola, as raízes deles, a importância que eles tem para a sociedade. Então é fundamental que venha desde do pré até, vai embora, não para. Sobre o entendimento da gestão escolar, a identidade quilombola ela é comprometida devido o inchaço populacional de outros moradores que não são quilombolas vindos de outras regiões, e com isso compromete bastante a identidade quilombola. Outro ponto é que falta salientar mais a proposta pedagógica para a educação escolar quilombola do município de Salvaterra com os professores da escola Sebastião de Assis Gonçalves, pois o projeto alenca conteúdos a serem aplicados desde da educação infantil, ensino fundamental I e ensino fundamental II, e com isso há uma falha muito grande, e contudo comprometendo toda a identidade quilombola, os saberes e experiências, ancestralidade, culturas e costumes (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

Na fala da diretora ela questiona a falta de aceitação da identidade quilombola pela família, novamente há contradição, pois ela confirma a participação da comunidade nos eventos da escola mais não confirma a aceitação. Mais a diretora afirma falha na implementação da proposta pedagógica para EEQ, pois não é atendido na educação infantil e fundamental menor.

E com isso vai de encontro com a meta 01 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré – escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”. (BRASIL, 2020, p. 10).

Pois deve fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas desde da educação infantil nas respectivas comunidades, e com isso ampliando seus conhecimentos dos povos tradicionais conforme a especificidade dessas comunidades.

A sexta pergunta; na sua avaliação, como vocês vêm o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

A minha avaliação é a seguinte depois que tivemos essa formação

do currículo, podemos desenvolver um trabalho melhor com os nossos alunos, e aceitação foi melhor, podemos realmente ver e observar que deu para eles interagirem e se interessarem mais, depois que tivemos a proposta, nos conseguimos transmitir para eles alguma coisa que se encaixava que o currículo nos cobrava que a gente conseguia transmitir para eles e tivemos um retorno muito bom (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

A diretora afirma que aceitação se deu depois da formação da proposta curricular que tiveram com a SEMED. Continua muito confuso sobre o movimento de aceitação dos alunos, não uma clareza por parte das resposta da diretora.

Os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos da aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que precitua o PNE. (BRASIL, 2023, p. 5).

A sétima pergunta; quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com o objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

Sabemos que a valorização deles é um grande desafio, a cultura deles, a aceitação dessa cultura deles, porque às vezes para eles é um preconceito, porque eles acham que serem quilombolas para eles diminui alguma coisa, ao contrário só enriquecem, para mim o maior desafio que encontro aqui na escola é a aceitação e a conscientização, de nós chegarmos até eles, e eles terem esse recebimento, eu sou, eu faço isso de amor, porque eu gosto são as minhas raízes, essa conscientização é muito difícil por isso tem que ser trabalhado desde o início (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

Conforme a resposta da diretora a valorização da cultura deles é um grande desafio, e ai entra o papel da escola quilombola que é saber trabalhar em conjunto com o território onde está inserida a escola. A escola tem que saber acolher a comunidade para gerar bons resultados.

Segundo Veiga (2013, p. 160) a escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outre outros.

A oitava pergunta; você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?

Sim. Não só o professor Dhefson da educação quilombola, como também o professor Fábio de história, eles trabalham muito sobre isso, eles debatem muito sobre isso com os alunos (LEODINA

SALVADOR - Diretora da escola).

No relato da diretora a lei 10639/2003 não é trabalhada por todos os professores apenas por dois professores. Vejo gravíssimo sobre esse relato, pois numa escola quilombola, onde a lei 10639/2003 assegura o respeito dos territórios, da história, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais.

A lei 10639/03 devia ser trabalhada em todas as disciplinas em forma de transversalidade e interdisciplinaridade, e não apenas em duas ou três disciplinas, tanto que na proposta pedagógica, temos conteúdos alencados na educação infantil que é “brincando de ciências com a lei 10639/03”. E com isso fortalecendo a temática da história e cultura afro-brasileira.

Fortunato, Confortin e Silva (2013, p. 8) corroboram que o termo interdisciplinaridade e a transversalidade é muito discutido e pouco praticado, e um dos motivos é referente ao campo de batalha que traz prioridades de conhecimentos, desestruturando a pluradidade e multiplicidade dos saberes.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, exemplificá-los, conectá-los através da interdisciplinaridade e transversalidade e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas (BRASIL, 2017, p. 14).

A nona pergunta; existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação de Salvaterra (SEMED) para a construção do currículo e projeto político pedagógico na Educação Quilombola?

Existe, em 2022 tivemos uma proposta dessa formação curricular da educação quilombola, espero que continue e que possamos ter novamente essa formação e ter a continuação dela que para nós enriquece nosso conhecimento (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

Na fala da diretora, ela confirma a formação continuada pela SEMED mais durante o ano de 2022, só houve uma formação. E com isso vimos que é muito pouco esse momento pedagógico sendo muito importante para a formação do professor que trabalhe na escola quilombola.

De acordo com a BNCC, a formação de professores deve possibilitar a compreensão, utilização e criação de tecnologias digitais, tanto de informação quanto de comunicação, de modo crítico, reflexivo, significativo e ético nas diferentes

práticas escolares (BRASIL, 2017).

A décima pergunta; como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

É muito boa a participação da comunidade, como não só tenho da comunidade escolar como também da comunidade em geral, eu tenho inclusive participação de membros de associações, eu tenho a participação importante de líderes de associações quilombolas, quando a gente convoca reunião para a comunidade escolar, a gente espalha esse convite e cheguem às associações porque para nós é muito importante, e a participação deles é muito importante, porque nem todos são pais, e a associação vem e soma conosco, a participação deles é muito boa, não tenho o que questionar em relação a isso, o que depende dos pais assim, para nos ajudar, interagir, somar conosco temos esse retorno (LEODINA SALVADOR - Diretora da escola).

Na fala da diretora, ela afirma que a comunidade é participativa tanto nas reuniões como nos eventos da escola. Essa fala contradiz no que já foi dito pela diretora nas primeiras perguntas.

A gestão democrática implica necessariamente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização (VEIGA, 2013, p. 161). E essa socialização que tem ser trabalhado dentro da escola para trazer a comunidade para a escola e torná-la participativa nas decisões.

Dando continuidade ao rol de entrevista²⁴ agora será a coordenadora pedagógica e professora Victória Santos. A primeira pergunta foi; há quanto tempo você trabalha na escola?

Dois anos (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU – Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Segunda pergunta; Você é quilombola?

Não (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Analisando a fala da técnica nessas duas perguntas, mais uma profissional de educação que trabalha na escola quilombola que não é quilombola. A lotação desse profissional se deu através de concurso público que houve no município de Salvaterra.

²⁴ 18/01/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (local).

Para os povos indígenas, quilombolas o termo ancestralidade significa honra a todos que vieram antes (MUNDURUKU, 2022). A cosmovisão de cada etnia inclui o respeito pela história dos seus ancestrais, a cultura, os modos, e com isso a preferência de ter um profissional que traga em suas raízes esses conhecimentos, para manter a tradição e preservar a identidade quilombola na escola quilombola.

Terceira pergunta; Existe uma política de currículo voltado especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantado essa política e como ela surgiu com que objetivo?

O nosso município de Salvaterra tem uma grande quantidade de comunidades quilombolas, nós temos um secretário de educação que é quilombola, que a partir de sua gestão ele começou olhar para a necessidade de ter um organizador curricular com que atenda essa necessidade, atualmente o município está criando seu organizador curricular, nós não temos um currículo municipal, nós estamos construindo, a secretaria de educação está construindo esse organizador curricular e dentro desse organizador curricular está querendo se estabelecer que todas as disciplinas se trabalhem a educação quilombola, dentro das habilidades a serem trabalhadas nas disciplinas de artes, português, matemática devem se trabalhar a cultura, a identidade dessas comunidades tradicionais. Por exemplo, nas habilidades de matemática você trabalha as formas geométricas, o artesanato marajoara, o artesanato quilombola das comunidades, então a nível municipal já se começa a ter essa preocupação e esse olhar para que a cultura dessas comunidades sejam contempladas, então o organizador curricular ele não está pronto, mas ele já olha para ele já avisa esses caminhos para se trabalhar uma educação escolar quilombola a partir do currículo (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Na resposta da coordenadora pedagógica, ela salienta a falta do organizador curricular, para que os professores trabalhem esse conteúdo em sintonia com os saberes tradicionais do território quilombola.

Conforme a BNCC os diretores e docente devem inserir as tecnologias digitais, e convém que tracem planejamentos que atendam às diferentes necessidades dos estudantes e que coloquem em uma posição determinante no processo de aprendizagem, colaborando com o reforço de suas tradições, costumes e culturas (BRASIL, 2017).

Quarta pergunta; na sua avaliação quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

Os avanços durante esses dois anos que estou numa comunidade quilombola eu já ouvi vários relatos de professores de falarem da

importância de nossas feiras quilombolas, as feiras quilombolas que se dão tanto dentro da comunidade, na escola nas comunidades quilombolas, mas também nós temos a feira quilombola municipal em que esses alunos eles podem encontrar outros alunos de comunidades quilombolas se identificarem, se reconhecer, porque muitos professores me relataram que antes desse trabalho os alunos eles tinham vergonha em dizer que são quilombolas, quando eles trabalhavam a questão dos turbantes, das tranças, algumas alunas diziam “aí mesmo que vou aparecer quilombolas”, então os avanços no sentido de identidade, nós temos avanços, claro que nós ainda estamos trabalhando mas ainda não temos um currículo municipal quilombola, a gente ainda está criando, mas essas políticas que já se vem trabalhando já estão gerando frutos nessa questão da identidade quilombola, que muitos alunos não se reconheciam como quilombolas e a partir dessas práticas eles estão se identificando como quilombola. Esses avanços são bons salientar, pois é o que consta no cronograma da proposta pedagógica, a culminância do projeto se dará sempre na feira municipal da identidade negra do município de Salvaterra, que acontecem sempre no dia 20 de novembro do ano em curso. Mais vejo outro ponto a ser revisto, é relação a essa culminância em ficar só nesse período e sim no decorrer no ano letivo para ter mais efetividade (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Trabalhar a exposição das amostras dos povos originários é muito bom, pois salienta a cultura de um território mal interpretado, porque a história é contada de outra forma. E com isso a técnica friza a feira municipal quilombola, onde todas as comunidades quilombolas de Salvaterra trabalham suas amostras, e com isso mostrando e divulgando sua ancestralidade, assim como suas culturas. A técnica ainda resalta para que essa feira seja calendário da escola.

Ai entra a construção do projeto político pedagógico da escola, para salientar a característica da escola quilombola. O Projeto Político Pedagógico deve ser a forma da escola incluir saberes ancestrais e, assim, apreender o sentido desses saberes enquanto educação quilombola produtora de conhecimento científico (BRASIL, 2017, p. 18).

O Quilombo foi o *locus* de acolhimento e refrigério para os insondáveis suplicios que a escravidão impunha às populações negras, a possibilidade de vivência fora da engenharia de coisificação, violência e discriminação etnicorracial (SIQUEIRA, 2022, p. 58).

Quinta pergunta; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

A grande problemática é a falta de formação continuada para os

profissionais que atuam nas escolas quilombolas do município além de nós não temos o currículo municipal quilombola, e também uma formação continuada, foram poucos encontros nesses dois anos em que estou aqui, pois onde trabalhamos com uma coordenação de educação quilombola, pois a secretaria de educação ela tem uma coordenação de educação quilombola, mas eu acredito que deveriam ter mais formações continuadas assim como eu não sou quilombola como não tenho tanto acúmulo de conhecimentos na área muitos profissionais da escola também não são, tanto nos anos iniciais e como nos anos finais, são professores turistas que trabalham em escolas quilombolas, trabalham em outras escolas do campo, escolas da zona urbana, eu acredito que exista essa necessidade de uma maior formação para esses professores que se deve ser uma preocupação da secretaria de educação (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Conforme o relato da técnica a falta de formação continuada para os professores é um dos problemas da política curricular, vindo essa falha da SEMED que pelo pouco tempo que se encontra na escola, houve muito pouco formação, sendo que eles na sua maioria não são quilombolas.

A escola deve possibilitar ao corpo discente perceber-se na sua singularidade, a escola tem de oportunizar conhecimento de luta, do ativismo, e da militância e das conquistas quilombolas. Saber-se sujeito e sujeita da sua própria história, e ao mesmo tempo, entrelaçados em parentesco de solidariedade e familiaridades nas comunidades quilombolas pelo Brasil (SIQUEIRA, 2022, p. 60).

Sexta pergunta; na sua avaliação, como você vê o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

A partir da experiência que tenho aqui na comunidade do Caldeirão a comunidade ela se faz bastante presente, sendo que nós ainda não temos um projeto político pedagógico na escola mais a coordenação pedagógica da instituição junto com os professores reconhecendo à necessidade de se valorizar esse cotidiano, a cultura, as práticas, os saberes da nossa comunidade e nós procuramos fazer agora um questionário com esses pais uma roda de conversa para saber como eles querem que essa escola seja construída, que o projeto político pedagógico dessa escola seja construído para assim montarmos também nossos currículos. O cotidiano escolar ela é comprometida pelo espaço da escola, a escola Sebastião de Assis Gonçalves sua estrutura é precária para fazer qualquer evento onde a comunidade possa participar, assim como os espaços pedagógicos, pois a biblioteca é improvisada dentro de uma sala de aula e com isso comprometendo esse cotidiano escolar que podia facilitar esse trabalho. Recentemente a Prefeitura Municipal de Salvaterra começou as obras de uma nova escola dentro da comunidade, com espaço bem amplo, aí nesse caso temos que aguardar para que esse cotidiano mude para melhor (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

No relato da técnica ela ver o cotidiano escolar prejudicado pelo espaço escolar, pois a escola tem uma estrutura precária para realizar qualquer evento no seu recinto. Mais mesmo assim ela confirma que a comunidade escolar é presente, uma fala que é contraditória com outras falas colhidas.

O cotidiano escolar é um espaço enigmático de conversação, com demarcação de identidades e estilos, sendo assim, esses sujeitos tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais e culturais (ANDRÉ, 2003).

Sétima pergunta; quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

Eu acredito mais uma vez a formação, muitos professores não tem conhecimento, esse acúmulo de conhecimento sobre a educação quilombola eles sentem uma dificuldade também de construir seu planejamento de ensino, construir práticas de ensino que visem essa identidade desses alunos, então eu acredito que nós devemos esperar desse currículo escolar nós temos que partir do currículo municipal, nós temos que ter essa iniciativa da secretaria de educação, porque nós não trabalhamos de forma independente nós trabalhamos a partir das políticas de educação municipal (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

A técnica afirma que o maior desafio ainda é a formação continuada para os professores que trabalham numa escola quilombola, pois a maioria que trabalha na escola Sebastião de Assis Gonçalves não são quilombolas e com isso dificulta o professor construir seu planejamento de aula.

Só ressaltando sobre o quadro de professores que atuam em escolas quilombolas, é importante ressaltar que as DCNEEQ afirmam que a lotação de professores em escolas quilombolas seja preferencialmente oriundos do território (BRASIL, 2012).

O município de Salvaterra já realizou 02 (dois) concursos públicos e com isso veio muitos professores oriundos de outras localidades, e com isso é importante a SEMED realizar formações periodicamente para capacitar a demanda desses profissionais para este novo desafio.

Oitava pergunta; você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?

Sim, nós estamos trabalhando como professora eu tento trabalhar em sala de aula fazer com que essa habilidades estejam presente no meu planejamento, eu criei uma cartilha ela trabalha os personagens

da comunidade quilombola do Caldeirão, foi uma cartilha apresentada na coordenação dos anos iniciais da SEMED eles gostaram muito, a coordenação da educação escolar quilombola da Semed eles gostaram dos personagens que partem que iniciou falando sobre a história do nome da comunidade que é Caldeirão ai nós trabalhamos a palavra geradora que é Caldeirão depois nós criamos personagens as imagens desses personagens são também crianças negras se indetificarem, então houve essa preocupação em trabalhar os elementos dessa comunidade quilombola e da identidade negra desde a base, eu trabalho com 2° ano então nós trabalhamos literatura e contos juvenis que fale sobre a estética negra, que fale sobre a identidade que sejam políticas antirracistas desde a educação das séries iniciais e como coordenadora os professores tem essa preocupação principalmente os de história, pois o nosso professor de história é pós-graduado em educação afro brasileira na Amazônia o professor dos estudos amazônicos tem trabalhado tendo em visto essa preocupação do planejamento de ensino dele nas suas avaliações o professor de ensino quilombola e alguns professores tiveram que trabalhar mesmo que não tivessem seus planejamentos e tiveram que reestruturar esses planejamentos e nós temos a nossa feira escolar quilombola, então no segundo semestre um dos nossos objetivos era trabalhar em todas as disciplinas a educação escolar quilombola, alguns professores ficaram responsáveis sobre a estética negra outros professores ficaram responsáveis sobre a medicina popular, outros ficaram responsáveis pelos jogos quilombolas que acontece todo ano no nosso município no mês de novembro sempre numa comunidade quilombola diferente e também trabalhamos as danças, as pinturas, as cores então todos os professores tiveram que trabalhar porque é um projeto da escola foi montado, o nosso plano de ação de 2022 valorizarmos isso e trabalhar de forma interdisciplinar a educação escolar quilombola (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

Já a fala da técnica que é professora também na escola, ela vem trabalhando a lei 10 639/03, a lei é trabalhada em sala de aula em forma de projeto, através de uma cartilha e experiências extracurriculares com pesquisa com os moradores da comunidade, onde teve também a participação de outros professores. E com isso dando riqueza a implementação da lei dentro da escola.

A SEMED mais uma vez faltando com o compromisso de ofertar formações continuadas para que os professores tenham o entendimento melhor da lei 10639/03. O planejamento e o projeto de intervenção pedagógica devem estar assegurados e garantidos no Projeto Político Pedagógico da escola, visto que o PPP é o documento que orienta e direciona a comunidade escolar nas práticas cotidianas (SIQUEIRA, 2022, p. 61).

Nona pergunta; existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação de Salvaterra (Semed) para a construção do currículo e

projeto político pedagógico na educação quilombola?

Nós tivemos algumas palestras na jornada pedagógica de 2022 onde tivemos uma formação com a professora Joana que é coordenadora de educação do campo e ambiental da SEDUC para essa construção do projeto político pedagógico voltada para as escolas do campo, voltadas para as escolas quilombolas mais ainda não se teve assim uma formação continuada de fato, nós tivemos alguns encontros, algumas palestras mas eu acredito ainda que elas não alcançaram seus objetivos que ainda foi muito superficial, como sempre bato na tecla a grande dificuldade é essa falta de política e falta de formação continuada para esses profissionais. Essa proposta de formação continuada pela semed para a construção do currículo anda muito em passos lentos, ratifico pelas formações periódicas que capacitem essa demanda de profissionais para esta nova realidade. Não pode esperar pela política do estado e sim ser mais autônomo em suas decisões (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

A técnica da escola relata mais uma vez a falta de formações continuadas para os professores, e essa carência por parte da coordenação da educação quilombola da SEMED prejudica a construção do PPP e do próprio currículo.

E esse currículo que tem que ser construído pelos próprios professores da escola quilombola, pelos moradores do território. Se não reproduziremos currículos que os ignoram, ao material didático e literário que continua reproduzindo representações sociais, sexistas, racistas, inferiorizantes que ainda chegam com o aval oficial às escolas públicas, do campo, das periferias, dos povos indígenas e quilombolas (ARROYO, 2013, p. 43).

Décima pergunta; como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

Eu acredito que a participação da comunidade é de extrema importância, durante a nossa feira do ano passado nós aprendemos muito com a comunidade, os professores trabalharam há produção, o agroecológico da comunidade, então foram buscar as histórias das plantações, das hortas nós aprendemos a partir dos relatos das histórias da comunidade trouxe, eu acredito de grande importância ao se montar esse currículo que a comunidade seja ouvida. Nós já montamos o projeto e um questionário do que vamos fazer para direcionar essa roda de conversa para montar o nosso projeto político pedagógico é um projeto meu e da outra coordenadora que é a Solange reunir a comunidade para montarmos juntas, nós queremos ouvir a comunidade para se montar esse currículo e para montar esse projeto político pedagógico. A importância da contribuição da comunidade para a reinvenção curricular é de extrema importância, mais ainda muito tímida, podia está marcando

um cronograma de visita da comunidade para ouvir e construir esse PPP assim como colaborando com uma participação efetiva para a construção das diretrizes curriculares estaduais para a Educação Escolar Quilombola (VICTÓRIA SANTOS DE ABREU - Coordenadora pedagógica e Professora da escola).

A participação da comunidade nessa fala só aparece quando há eventos, como a feira municipal quilombola, mais fora isso a comunidade ainda é bastante tímida e com isso reafirmando a falta de participação da comunidade quilombola, tanto que a técnica sugere um calendário de visita. Segundo Fernandes (1978a) a educação é o único modo de conseguir-se uma sociedade justa e livre da desigualdade social, mais por meio da educação pública e de qualidade.

Agora vou entrevistar²⁵ a coordenadora pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental a senhora Solange de Deus da Luz Fagundes. E comecei com a primeira pergunta; há quanto tempo você trabalha na escola?

Dez anos (SOLANGE DE DEUS DA LUZ – Coordenadora pedagógica da escola).

A segunda pergunta; você é quilombola?

Sim, com muito orgulho (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

A coordenadora pedagógica afirma que tem um bom tempo na escola trabalhando e confirma ser quilombola raiz.

Salienta Campos (2017, p. 200) uma escola quilombola de qualidade pode garantir o empoderamento de suas crianças e jovens garantindo a continuidade da luta de seus ancestrais. A consequência não pode ser outra que não a melhoria das condições do povo negro dessas comunidades.

A terceira pergunta; existe uma política de currículo voltado especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantado essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

Na verdade a política do currículo no município ela surgiu a partir do concurso de 2015 quando houve vagas para professores de educação quilombola, então esses professores entraram em 2016, não tinha currículo não tinha nada e eles ficaram esperando a Semed de Salvaterra realizar e fazer esse currículo junto com esses professores, eles montaram o currículo básico e foi implantando a partir de 2016 e iniciando esse currículo entrar em sala de aula mesmo em 2017, ai de 2017 para cá foi feito algumas modificações junto com a coordenação que também foi criada dentro da secretaria

²⁵ 18/01/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (local).

de educação, onde foi criada a coordenação de educação quilombola onde não havia antes nesse concurso e ai eles foram promovendo encontros, formações e foram criando currículo de acordo com a realidade das comunidades quilombolas, foi a partir do concurso de 2015 e em 2016 foi feito esse currículo para entrar em vigor nas escolas quilombolas. Só a partir de 2015 com o concurso público que houve a demanda do professor para a disciplina educação escolar quilombola, e tudo pela força da vontade mesmo, pois ainda nesse período não tinha se quer um documento traçado para trabalhar os conteúdos para essa modalidade, só em 2016 que começaram a ser organizar, percebemos enquanto foi tardio o processo de oficialização para trabalhar os conteúdos dentro de sala em uma escola quilombola para alunos quilombolas. Por isso essa fala é preocupante demais (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

O relato da coordenadora é que a política de currículo se deu a partir do concurso público que houve no município ofertando vaga para a disciplina educação escolar quilombola. Vale ressaltar que o concurso público no Brasil é obrigatório, visto que a Constituição Federal estabelece a necessidade de sua realização, sendo que o município havia um número considerado de servidores temporários no cargo. Então não vejo como política de currículo e sim uma obrigação.

Segundo Gomes (2011) o nível de instrução é usado como critério de seleção e/ou exclusão quando o assunto é o preenchimento de vaga de emprego. Os ativistas do movimento negro sempre tiveram como questão central a luta pela escolarização dessa população – historicamente alijada dos bancos escolares – mesmo reconhecendo não ser a única solução para todos os problemas sociais.

A quarta pergunta; na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

Só de haver um currículo voltado para o ensino de educação quilombola já é um grande avanço porque a gente que a maioria dos estados brasileiros onde tem comunidades remanescentes quilombolas não ver esse tipo de currículo, Salvaterra foi uma das pioneiras então a gente entende que isso já é um avanço, mas a gente sabe que é preciso muita coisa principalmente nessa questão desse currículo se é voltado desde a educação infantil até o ensino médio porque o aluno que esta na comunidade quilombola ele vai depois para a escola na cidade estudar o ensino médio ele precisa dar continuidade a esses conhecimentos também, então essa é a nossa luta é avançar no ensino médio e também trazer desde da educação infantil até terminar a educação básica desse aluno tendo esse conhecimento esse entendimento das comunidades quilombolas esse conhecimento que é tão importante e mais importante ainda é vincular esse conhecimento há todas as áreas de ensino (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

Na fala da coordenadora é possível identificar que a problemática envolvendo o currículo também está ligada a levar esse conhecimento da educação infantil até o ensino médio. Sendo que o município tem apenas uma proposta pedagógica curricular.

Campos (2017, p. 200) diz que as escolas quilombolas foram regulamentadas com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012; o referido documento foi fruto de uma série de discussões realizadas no campo educacional a partir da década de 1980. Determinou-se, assim, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, tendo no currículo temas relacionados à cultura e à especificidade étnico – cultural de cada uma delas (CAMPOS, 2017).

Quinta pergunta; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Um dos problemas eu acredito é muitas comunidades quilombolas não são atendidas por professores da comunidade ou professores quilombolas isso é um problema a partir do momento que esse professor não se identifica com essa realidade não busca conhecer, entender para poder trabalhar na sua sala de aula e também a questão das escolas quilombolas e na sua maioria não havia uma coordenação voltada para a, fazer esse trabalho de ligar o conteúdo dos professores com o conhecimento daquela comunidade na realidade quilombola, outro problema que tem também é a questão do ensino a disciplina de educação quilombola ser voltada apenas para os anos finais e não haver essa ligação entre educação infantil e anos iniciais sendo que esse aluno para chegar aos anos finais ele precise dessa base também de conhecimento desde da educação infantil (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

Os problemas citados são as escolas quilombolas não serem atendidas por professores quilombolas, as escolas quilombolas terem recentemente coordenações pedagógicas e não são todas as escolas que tem e no caso da escola quilombola do Caldeirão só trabalhar os conteúdos voltados para a educação quilombola a partir do ensino fundamental maior.

A proposta pedagógica curricular do município de Salvaterra tem conteúdos elencados desde da educação infantil até o ensino fundamental maior, pois isso é uma falha muito grande por parte da gestão e da coordenação da escola do Caldeirão em não se organizar com os conteúdos nessas séries iniciais.

Sexta pergunta; na sua avaliação, como você vê o cotidiano escolar dessas

comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

Olha por experiência que já trabalhei em duas escolas quilombolas as realidades são diferentes a forma de lidar com o conhecimento de sua comunidade é diferente de várias escolas eu posso dar exemplo da comunidade Boa vista e comparava sempre com o Caldeirão foi duas realidades que eu trabalhei então a gente ver essa diferença, esse interesse vai muito da gestão geral da escola poder intensificar esse trabalho promover atividades que possam envolver a comunidade porque esse conhecimento da comunidade precisa trazer a comunidade para a escola para poder a gente fazer essa interação comunidade – escola – conhecimento tudo que vem às experiências que tem da comunidade quando não há isso ocorre aquela divergência a escola caminha de um jeito e a comunidade vai caminhando de outro então esse cotidiano escolar depende muito como é trabalhado essa situação esses conhecimentos como é trabalhado e acontece assim, tem muito da questão da comunidade se identificar como quilombola eu percebi que a comunidade de Boa vista muito mais identificada com a realidade quilombola com tudo que se tinha lá que a comunidade do Caldeirão, então como sempre falo a escola precisa resgatar isso que se está se perdendo, a comunidade do Caldeirão já perdeu muito da identidade dela, demais, então a gente precisa resgatar essa realidade essa identificação, a comunidade do Caldeirão porque principalmente ela tá ligada diretamente ao centro de Soure e Salvaterra então não tem tanta essa identificação da comunidade com a realidade quilombola, entrou muita gente de fora foram perdendo os costumes foram se agregando as costumes de outros lugares a internet está aí para todo mundo, o que é de fora parece que é mais belo, mais bonito mais interessante então a nossa escola tem um trabalho muito árduo para resgatar essa realidade, a comunidade do Caldeirão é grande por causa das pessoas de fora, na verdade a comunidade do Caldeirão não era aqui, ela era no Mal Criado ela nasceu lá no Mal Criado mais distante de Salvaterra e Soure, depois que ela veio pra cá e aí ela foi crescendo muito ela era também como as outras comunidades mais isoladas (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

A fala da coordenadora é preocupante pois fala da questão da perda da identidade quilombola, por ter muita gente de outras regiões, a localização atual da comunidade também ajudou para tal situação, pois a comunidade do Caldeirão era isolada de Salvaterra. Outro aspecto é a comparação entre comunidades quilombolas, pois há especificidades diferentes entre cada uma delas.

Sétima pergunta; quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

Os desafios são muitos a questão primordial é trabalhar a identidade quilombola através de o currículo, trabalhar numa escola quilombola

onde os alunos não se identificam como quilombola já é uma grande barreira então precisa trabalhar essa questão da identidade quilombola e a partir da ir fica mais fácil do aluno interagir do professor trabalhar da escola conseguir alguns avanços, a nossa comunidade originária você consegue encontrar poucas famílias a maioria são de fora ou forma família com uma pessoa de fora e vai misturando e tem muito essa situação mora um tempo aqui mora um tempo em Soure mora um tempo em Salvaterra em Belém e depois volta para a nossa comunidade é muito mista outro desafio do currículo é se voltar a pesquisar, o professor é um pesquisador por natureza, a pesquisa é buscar conhecer ainda o que se tem na comunidade, pois muita coisa está se perdendo a gente tem muitas pessoas mais velhas que estão partindo e com eles está indo muita história infelizmente, não faz muito tempo que faleceu o pai do nosso secretário que é um dos pioneiros da comunidade, pois muitas pesquisas foram feitas com eles e o pior a gente tem uma ligação com essas pessoas que estão indo que são nossos alunos porque eles são neto deles são filhos deles mais falta essa ligação promover atividades que esses alunos vão ser os pesquisadores, envolverem eles nessa e buscar conhecimento que está lá nas suas casas nas suas famílias que ainda o que falta é um desafio, professor entender que tem uma ligação com a história da comunidade onde esta? Está sentado na cadeira de sala de aula então bora fazer essa ligação esse aluno pesquisar e trazer esse conhecimento para dentro de sala de aula (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

Nessa fala a coordenadora faz uma chamada para alertar o professor a pesquisar, ir à busca de conhecimento através dos moradores mais antigos da comunidade, para trazer essa experiência para dentro de sala de aula, e com isso fortalecendo a identidade quilombola.

Conforme Arroyo (2013, p. 36) pensa em professores mais criativos para repensar os currículos e para inventar formas diversificadas de garantir o direito dos educandos e dos próprios educadores ao conhecimento.

Oitava pergunta; você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?

Sim a partir desse currículo que foi criado a escola, era estadual e depois ela foi municipalizada e o tempo que estudei aqui nunca ouvi falar da lei e nem um currículo voltado para a educação quilombola sendo que em 2003 eu já estudava aqui e com a formação da associação da comunidade sendo que as pessoas viram necessidades de ser feito essa associação porque a comunidade é quilombola isso foi mudando um pouco mais ainda sim era muito restrito o que a gente tem de conhecimento da realidade da comunidade na escola era porque os professores eram da comunidade e tinham conhecimento, através disso mais não era voltado para nossa realidade de acordo com a lei e tudo mais, foi com a criação da associação que veio ter mudanças, a associação foi criada nos anos 2007 sendo que uma das fundadoras da associação foi minha mãe e minha irmã elas que se iniciaram elas

que escreveram todo o estatuto da associação à gente via bem pouco esse conhecimento voltado para a realidade quilombola na sala de aula veio dar depois da criação da associação e mais ainda depois da criação da disciplina dos anos finais porque a escola não tinha anos finais ela foi criada apartir de 2012 anos finais foi criado pela comunidade não tinha era só os anos iniciais até o 5º ano ai já não tinha aqui os anos finais em Salvaterra ai tive que ir para Soure foi em 2002 que foi criado os anos finais. A Semed não tinha um currículo específico para essas comunidades sempre foi à mesma coisa para a cidade e para os interiores eu acho que essa preocupação também deveria surgir de dentro da secretaria de educação entendendo que há várias realidades na sua cidade mais não houve então era o único currículo que se aprendia aqui, em Salvaterra, se aprendia na escola Bahai, se aprendia em todas as escolas era unificado então o que veio mudar foi como foi criado há associação que também já veio esse questionamento e quando o antigo prefeito criou dentro da secretaria a coordenação de educação quilombola que se eu não me engano foi em 2016 quando teve o concurso público (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

Nessa fala é bastante preocupante, pois há o desconhecimeno da lei 10639/03, e só teve conhecimento depois que foi criada a associação de moradores remanescente de Quilombo de Caldeirão.

Arroyo (2013) afirma que o currículo não é apenas território de disputas teóricas.

Quem disputa vez nos currículos são os sujeitos da ação educativa: os docentes-educadores e os alunos educandos. Os professores e alunos não se pensam apenas como ensinantes e aprendizes dos conhecimentos dos currículos, mas exigem ser reconhecidos como sujeitos de experiências sociais e de saberes que requerem ter vez no território dos currículos (ARROYO, 2013, p. 37).

E a manutenção da lei 10639/2003 no currículo das escolas quilombolas é grande importância, pois relaciona os próprios educandos quilombolas como sujeitos de experiências sociais e de saberes, sendo que tra a tona as suas ancestralidade.

Nona pergunta; existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação de Salvaterra (Semed) para a construção do currículo e projeto político pedagógico na educação quilombola?

Voltado especificamente à educação quilombola não vejo as formações, a coordenação de educação quilombola ela faz formação com os professores das disciplinas mais para a questão do PPP não inclusive é o que eu sinto falta a criação do PPP da escola que está sendo criada agora eu vou buscar a pesquisar a realidade de PPP de outras escolas quilombolas a gente sabe que é diferente precisa de uma atenção especial um cuidado especial e infelizmente a gente não tem esse cuidado é como se novamente como se quisesse fazer

uma única coisa formação para todas as escolas para fazer o PPP todo mundo junto sem olhar a especificidade de cada comunidade principalmente da realidade quilombola que a minha realidade quilombola é diferente da realidade da boa vista tem que ter um cuidado mais específico nesse sentido (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

Essa fala da coordenadora destaca para forma como a semed está realizando essas formações, ou seja, não levando em consideração a especificidade de cada comunidade, pois sabemos que as comunidades quilombolas são bastantes diferentes entre elas.

Por não haver formações e não respeitar as especificidades de cada comunidade isso fere o fortalecimento da identidade negra e com isso as lutas contra as discriminações raciais.

Todos os movimentos e entidades surgidos após a abolição da escravatura sempre lutaram contra as discriminações raciais, assim como ainda visam ao fortalecimento da identidade negra, sem contar os questionamentos acerca das más condições a que os negros continuam a ser submetidos na sociedade brasileira, sempre em busca da igualdade racial. (CAMPOS, 2017, p. 205).

Décima pergunta; como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

Olha a gente tem uma comunidade assim à gente tem um desafio trazer essa comunidade para a escola porque é um problema que a gente tem mais em relação ao currículo a gente busca fazer de que forma a gente criou um projeto em 2021 logo após a pandemia criamos o projeto de identificação quilombola junto com o professor de educação quilombola pra fazer desde da educação infantil, anos iniciais e finais promover educação quilombola as disciplinas todas envolvidas em trabalho trazendo assim a comunidade para participar, trazer para contar suas experiências e assim a gente faz a nossa feira quilombola tem da cidade mais mesmo assim eu dou mais valor para a feira quilombola da minha escola onde a comunidade vê o resultado de trabalho de seus filhos, seus conterrâneos e assim ainda participando, porque a gente traz a comunidade para participar através da dança, através das experiências, através das plantas medicinais, todo esse conhecimento a gente traz da comunidade para dentro da escola onde eles participam, interagem e fazem sua culminância com todo mundo da comunidade participando esse é o nosso desafio mais é dessa forma que está conseguindo trazer a comunidade para dentro da escola e participar desse currículo do aluno (SOLANGE DE DEUS DA LUZ - Coordenadora pedagógica da escola).

A coordenadora pedagógica cita as dificuldades em trazer a comunidade para

dentro da escola, e com isso sabemos que é um desafio bastante importante para a reinvenção curricular.

E a participação da comunidade na escola quilombola é suma importância pois visa contribuir com seus ensinamentos voltados para a prática dos saberes e experiências para o fortalecimento da sua ancestralidade. A esperança coletiva na universalização da educação escolar sistemática, deveria persistir, pois não há dúvida de que a educação modela o homem (FERNANDES, 2010, p. 36).

Agora vou entrevistar²⁶ o professor Dhefson Soares que ministra a disciplina educação escolar quilombola para os alunos do ensino fundamental maior, sendo sua disciplina trabalhada de forma interdisciplinar no quesito de avaliação, a formação do professor é em Sociologia. Sendo funcionário efetivo do quadro, através do concurso público de Salvaterra.

Na primeira pergunta, há quanto tempo você trabalha na escola?

7 anos (DHEFSON SOARES PAIVA – Professor da Escola).

Na segunda pergunta, você é quilombola?

Não. Eu vim para Salvaterra por causa do concurso público, me escrevi para educação quilombola, porque sou formado em ciências sociais e isso me permitia dar aula nessa disciplina educação quilombola, por isso estou atuando nela até hoje (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

No relato do professor conforme as duas perguntas, ele não é quilombola e chegou ao município através do concurso público para ministrar a disciplina educação escolar quilombola, sendo que no edital do concurso a exigência para pleitear o cargo era a licenciatura em Sociologia ou Ciências Sociais.

Na terceira pergunta, existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

Ela começou a ser implantada, a gente sempre trabalhou o mesmo currículo desde de 2016, quando a gente começou a trabalhar a disciplina educação quilombola nas escolas do município, até então a gente trabalhava com o mesmo desenho curricular, só que ano passado em 2022, a semed com seus coordenadores pedagógicos implantou uma política de tornar a educação quilombola universal, ela então reuniu todos os professores de todas as disciplinas e elaborou currículo onde todas as disciplinas tem que constar conteúdo da educação quilombola, seja em arte, seja em

²⁶ 16/01/2023 – Entrevista em sua residência no município de Soure.

matemática, seja em ciências e nesse ano de 2022 essa política foi terminada, para ser implantada agora em 2023, acredito eu de uma forma mesmo em todas as escolas do município de Salvaterra aonde todas as disciplinas vão se entrelaçar com a educação quilombola de alguma forma, isso é uma política atual de um ano atrás, e acredito que vai ter prosseguimento agora em 2023. O objetivo é mostrar que a educação quilombola é voltada para esse município, porque o município de Salvaterra é quilombola, então ele precisa está discutindo a sociedade quilombola a todo momento, a ancestralidade, todo esse passado histórico na escola através de conteúdos e disciplinas, a idéia é essa basicamente. A política curricular começou muito tardia em Salvaterra, e com isso comprometendo a ancestralidade, o passado histórico da comunidade, mais avança na transversalidade entre as disciplinas para trabalhar os conteúdos da educação escolar quilombola (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

No relato do professor sobre a política curricular no município, ele faz uma crítica sobre essa implantação, começou muito tarde e com isso comprometendo toda uma história de vida do povo quilombola. Ele só ressalta a forma da disciplina ser trabalhada em forma transversal, pois é um avanço, e com isso não isolando a disciplina e o educando vendo sua ancestralidade ser ligada aos conteúdos de matemática, português, ciências, geografia e assim vai por diante.

Na quarta pergunta, na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

Eu acredito que o público principal que são os estudantes, hoje em dia eles já tem uma percepção melhor para a educação quilombola quanto antes, eles já conseguem compreender isso como uma coisa que possa ser importante pra eles ou corpo docente mesmo do município de Salvaterra, eles já trabalham a educação quilombola no dia a dia da escola, porque eles já conseguem perceber, independente da escola ser urbana ou rural, eles conseguem ver que é o campo de estudo muito rico, onde os alunos precisam entrar em contato com esses debates da questão racial, porque Salvaterra é um lugar diferenciado em termos de questão quilombola, porque é o lugar no Brasil que tem 16 comunidades quilombolas, e isso não é qualquer lugar do Brasil que você vá encontrar, então a educação em si, o corpo docente, a semed, eles começam a perceber e os alunos principalmente a importância da questão quilombola e dessa disciplina que é educação quilombola para a realidade deles e isso é bem interessante e bem importante pra que a gente possa avançar nesses debates raciais e no cotidiano das comunidades quilombolas do município (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

Os avanços dessa política é a aceitação por parte dos estudantes sobre o tema educação escolar quilombola, hoje em dia conforme os relatos do professor os alunos já percebem a importância da questão quilombola, pois trata da realidade

deles e conta sobre sua história voltada para suas tradições, culturas, experiências e saberes.

Na quinta pergunta, na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

O problema que a gente acaba enfrentando é que às vezes os professores não estão dispostos há contribuir nesse debate quilombola, são poucos, mais e também a questão de falta de material, é difícil encontrar material para trabalhar a disciplina, livros, às vezes a gente tem que se reportar a trabalhos universitários pra gente implantar, e tentar implantar na educação no ensino fundamental, então isso leva um pouco mais de tempo e tem que colocar numa linguagem acessível aos estudantes, o principal mesmo é a falta de material que a gente possa pesquisar, acessar e ter uma base para o ensino fundamental, porque a gente trabalha com o ensino fundamental até o nono ano, então a gente não tenta chegar até o ensino médio com essa disciplina, então a gente precisa adaptar coisas às vezes da universidade pra a realidade de um ensino básico, ensino fundamental, que já é muito carente de muitas coisas, isso se torna bem complicado sem falta de material pedagógico em si (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

Essa resposta mostra o comprometimento de poucos professores com a educação escolar quilombola, isso é muito sério, pois são professores que trabalham numa escola quilombola, situada dentro de um território de quilombo. Outra problemática retratada pelo professor é a falta de material específico que dê suporte para os professores, além do mais por se tratar com professores na maioria das vezes sem experiências com essa modalidade de ensino.

Conforme Silva (2012, p. 35):

A questão quilombola entrou de fato para a agenda política institucional brasileira somente a partir da Constituição Federal de 1988, como resultado da forte atuação do movimento negro em busca da garantia de direitos e de reconhecimento e valorização do seu papel na formação social, cultural e econômica de nosso país.

Nos dias atuais ainda temos essa problemática da falta do material didático voltado para a educação escolar quilombola. Sendo amparado pela carta magna desde de 1988, mais ainda é necessário modificar a cultura escolar, que exclui a diversidade. Na representação quilombola, não é o passado que retorna, mais o presente que faz aflorar a história e a ancestralidade dentro das experiências que levam à organização social.

E a Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola na

educação básica define no seu artigo 14º:

Art. 14 A Educação Escolar Quilombola deve ser acompanhada pela prática constante de produção e publicação de materiais didáticos e de apoio pedagógico específicos nas diversas áreas de conhecimento, mediante ações colaborativas entre os sistemas de ensino (BRASIL, 2012, p. 08).

Na sexta pergunta, na sua avaliação, como vocês vêm o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

O cotidiano escolar das comunidades quilombolas, eles se mostram cada dia mais voltado para questão quilombola em termos de materiais pedagógicos, a decoração, os eventos, então no cotidiano a questão quilombola está sendo bastante visualizada nos territórios quilombolas a gente procura incentivar, procura debater, levar outros professores a importância que a educação quilombola, ela pode ser transversalizada em qualquer disciplina desde da matemática até a religião, a gente pode fazer esse entrelaçamento, a gente pode trabalhar em conjunto, na maioria das vezes a gente está tendo êxito nesse trabalho de trabalhar a educação quilombola tanto como uma disciplina separada, como interdisciplinar e isso faz com que os professores, os alunos interagem no objetivo central que é conhecer e valorizar, tanto o conteúdo, quanto a vivência nessas comunidades no dia a dia da escola, que é onde a gente precisa levar essas idéias, esses assuntos, e acredito que cada dia estamos avançando mais nisso (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

O cotidiano escolar conforme o relato do professor é bastante positivo, pois ele cita o ambiente bem favorável aos traços do movimento quilombola, e relata também sobre sua disciplina ser interdisciplinar e com isso amarrar os conteúdos entre todas as disciplinas, e com isso fazendo com que a escola abraçe o movimento.

A resposta é um pouco contraditória, pois sabemos da importância da decoração dos traços do movimento negro e quilombola na escola, mais por outro lado coloca em dúvida se os professores estão de fato comprometidos com a causa do movimento. Como já foi posto nos relatos anteriores que a maioria dos professores não são da comunidade e muito menos quilombolas.

Na sétima pergunta, quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com o objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

O principal desafio é a inovação, tentar inovar os conteúdos, fazer os novos debates com as questões que vão surgindo, porque a gente sabe que o preconceito, o racismo ele está muito inserido na sociedade brasileira, e volta e meia surge um fato novo, às vezes

não no Brasil, no mundo como teve na pandemia a questão do George Floyd, um fato marcante que aconteceu nos Estados Unidos, a gente tenta trazer esse debate que aconteceu tão longe da gente, pra cá para a nossa realidade, por uma questão racial, e aqui no município, tentar pesquisar mais, tanto coisas boas que a gente tem, como mestre Damasceno, mestre Diquinho, a música, a ancestralidade, a dança, tentar chegar nessas pessoas que fizeram histórias, para produzir materiais da região mesmo, através de fotografias, através de entrevistas, tentar cada vez mais inovar conteúdos, para que os alunos possam ver que todo momento, está surgindo coisas novas, precisa cada vez mais, procurar estudar e produzir coisas que sejam importantes para a nossa realidade, para a escola, e o desafio principal é esse, produzir coisas novas, atualizar, pesquisar, e sempre em busca de algo novo que possa enriquecer essa disciplina (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

Na fala do professor a contribuição do currículo para o reconhecimento do território quilombola, é esse debate sobre questões atuais voltados para o racismo, a ancestralidade, a cultura, a dança e perpassando sempre por atualizações através de pesquisa e conteúdos que possa fortalecer a disciplina. Freire (2004, p. 22) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago.

Na oitava pergunta, você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?

Não integralmente, porque trabalhar a lei com o estudante é mais complicado, por exemplo, com o 6 ano, dar para trabalhar essa lei mais com os estudantes do 9 ano, porém estamos sempre falando nela, tentando de modo sempre levar um resumo como seria a lei 10639/03, mais não integralmente, sempre explicando o principal objetivo dela para os estudantes, que é a questão do ensino da cultura afro brasileira nas escolas, e que por isso hoje em dia tem essa disciplina no currículo deles e que é uma coisa boa, e não uma coisa ruim, e que essa lei é importante para o movimento deles, para as comunidades quilombolas, e nesse linha a gente procura sempre falar um pouco dessa lei, que é tão importante para questão racial no Brasil (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

O professor expõe sua dificuldade em trabalhar a lei 10639/03 durante seu trabalho na escola, devido à faixa etária dos alunos em algumas turmas. Ele considera que trabalhar com séries maiores o entendimento da lei ficaria mais claro.

Só para ficar claro no art. 35 da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; “ o currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2012, p. 13). E com

isso o professor tem que criar metodologias e didáticas para implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História Cultura Afro – Brasileira e Africana em todas séries do ensino fundamental.

Na nona pergunta, existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação de Salvaterra (semed) para a construção do currículo e projeto político pedagógico na educação quilombola?

Existe sim, essa nova gestão da semed agora, até por serem pessoas quilombolas que estão á frente, como a Alaise, como o Deco, a Raiane, então a semed basicamente, hoje ela é um movimento de quilombola, por esse fator ela tem esse projeto, esse ano ela já fez a interdisciplinaridade, e o ano passado também, já vai começar também essas formações, sempre tiveram durante esse período, sempre teve algum tipo de formação para a educação quilombola, até porque, a educação quilombola tem uma secretaria própria, uma coordenadora própria, então a gente sempre tem a possibilidade de trabalhar, várias questões, vários eventos, como a educação quilombola, a feira quilombola, como as nossas formações específicas, então é o município que tem esse viés de formação continuada, de aprendizado na educação quilombola sim (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

Nesse caso, a formação continuada existe sim para esse professor que trabalha a disciplina Educação Escolar Quilombola, e isso se darem através da semed que tem uma coordenação específica para a modalidade e é composto por quilombolas.

Já vimos em relatos anteriores sobre a necessidade de formações constantes para os professores que trabalham em escolas quilombolas. Por isso esse relato do professor é contraditório.

Na décima pergunta, como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

A comunidade está sempre presente na escola, e como Caldeirão é a maior comunidade que tem, a associação já me procurou para falar de, se a gente tinha algum projeto, aí eu dei a idéia, e falei para eles que a gente não tinha o grupo de danças na escola, porque a gente não tinha o coreógrafo, ela arrumou um coreógrafo de dentro da comunidade, e hoje os meninos apresentaram várias danças nos eventos que a gente fez, então ela já conseguiu implantar essa idéia, a comunidade sempre busca participar dos eventos que a gente faz na escola voltado para a questão quilombola, que não seja quilombola, festa junina, mais a comunidade está sempre presente e tem muitas pessoas de lideranças mesmo, dentro da escola, sempre tem alguém, que tem vivência, que participou por exemplo; dos jogos

quilombolas, tem muitos jovens que já participaram do grupo Abayomi, que é o grupo da juventude quilombola de Salvaterra, que hoje já são professores lá também, ou colaboradores, tem o pessoal que planta, sempre quando precisamos de uma idéia sobre as questões das ervas medicinais, a gente sempre procura eles, tem o pessoal da pesca que sempre contribui, tem o pessoal de contadores de histórias, que a gente sempre procura para enriquecer o currículo, então a participação da comunidade é bastante presente, basta a gente procurar, basta a gente pedir, é uma comunidade sempre solicita para trabalhar questões quilombolas e valorizam seu território, eles sempre estão junto com a gente nas nossas atividades (DHEFSON SOARES PAIVA - Professor da Escola).

Sobre a resposta desse professor a participação da comunidade é garantida dentro da escola, e com isso valorizando seu território e suas raízes. Paulo Freire (2004) expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar.

Outros relatos expressam a dificuldade da comunidade está na escola, pois a comunidade se restringe apenas em eventos do município ou da escola, não tendo um calendário de visita da comunidade na escola quilombola, e com isso há uma contradição na sua resposta.

Agora vamos entrevistar²⁷ o professor das séries iniciais Woshington Aranha. Na primeira pergunta, há quanto tempo você trabalha na escola?

3 meses (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Na segunda pergunta, você é quilombola?

Sim (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Na terceira pergunta, existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?

Existe para os anos finais, dos anos iniciais não existe. Ela ainda não foi esse ano que estamos trabalhando na elaboração desse currículo para que seja implementado ainda este ano (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Na fala desse professor que trabalha pouco tempo na escola quilombola e é quilombola oriundo da comunidade do Caldeirão, não há uma política de currículo nas séries iniciais, e sendo que faltou conhecimento para o docente, pois há uma proposta pedagógica elaborada pela SEMED de Salvaterra e os técnicos da seduc, juntamente com as comunidades quilombolas para trabalhar os conteúdos da

²⁷ 25/01/2023 – Entrevista em sua residência no município de Soure.

educação escolar quilombola na educação infantil até o ensino fundamental maior.

Como já foi escrito nessa pesquisa, na DCNEEQ os conteúdos curriculares para a educação quilombola é para se trabalhar na educação básica, ou seja, em todas as modalidades.

Na quarta pergunta, na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?

É um avanço não muito significativo haja vista que existe uma quebra, tem no fundamental maior e não tem no ensino médio nem no fundamental menor eu acredito que será mais significativo a partir do momento que seja implementada todos os anos desde dos anos iniciais até os anos finais chegando um dia no futuro o ensino médio (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Relata que os avanços são mínimos, pois há a lacuna entre o fundamental I (1° ao 5° ano) para o ensino fundamental II (6° ao 9° ano) onde não é trabalhados os conteúdos da educação quilombola. Aí temos uma falha enorme por parte da escola que devia elaborar sua proposta pedagógica curricular conforme a proposta curricular municipal e falha da coordenação escolar quilombola que não está fiscalizando essa lacuna.

Pois é um direito das crianças dos povos quilombolas e obrigação do município ofertar a garantia do respeito de forma específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais.

Na quinta pergunta; na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Essa dificuldade do aluno se autorreconhecer dessa auto afirmação, esse choque de conflitos entre culturas muitas vezes podem fazer com que alunos se inibam, ele tem vergonha de mostrar suas raízes, origens, sou isso vim daqui eu penso que essa é a maior dificuldade e até mesmo da aceitação dos outros (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

A fala do professor é preocupante, pois ver que a falta do aluno se assumir como quilombola. A identidade quilombola ainda continua sendo um grande desafio para todos os profissionais da educação, esse autoreconhecimento é uma luta diária entre os profissionais que trabalham dentro da escola.

Na sexta pergunta; na sua avaliação, como vocês vêm o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

O fato de o município não possuir um currículo específico dos anos iniciais muitas comunidades deixam a desejar pelo fato de que nem todos os professores que atuam nessas escolas eles são dessas comunidades então eles não tem esses saberes eles não são detentores desses conhecimentos desses saberes dessas tradições então de certa forma fica um pouco á quem, porém existem professores que conseguem por conta própria desenvolver trabalhos, projetos que aproximam que não deixam distanciar muito esses conhecimentos dessa realidade desses alunos (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Nesse comentário vimos que alguns professores que não são da comunidade tem a dificuldade de transmitir esses conhecimentos, e com isso observamos que alguns professores não conhecem a história e os aspectos culturais, tradicionais da comunidade, e com isso torna difícil a maior aproximação das vivências dos alunos, por conseguinte prejudicando os discentes que são amparados por lei. No (parágrafo primeiro ficam estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, no caput g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

Na sétima pergunta; quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com o objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

A dificuldade maior vai ser enfrentada certamente pelos professores que atuam nas séries iniciais que não são quilombolas porque eles vão ter que sair de uma certa zona de conforto, vão ter que pesquisar vão ter que procurar investigar para saber quais são esses conhecimentos, fazer essas transposições talvez essa seja a maior dificuldade que eles terão que enfrentar (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Os desafios voltados para o currículo escolar que contribua para a afirmação e reconhecimento desses territórios, são os professores que não são quilombolas por não ter essa vivência no meio da comunidade e por não ter material didático apropriado. Como regem a lei a preferência seria de professores quilombolas, mas como a entrada deles foi através de concurso público, vai da coordenação pedagógica da escola preparar formações específica para esses profissionais.

Na oitava pergunta; você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?

Algumas coisas (WOSHINGTON ARANHA- Professor da Escola).

Essa fala gravíssima do professor pela falta de atenção com a lei que origina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, e com isso negando

a identidade, as origens aos alunos oriundos da comunidade quilombola do Caldeirão. Vamos ver mais sobre essa fala nas entrevistas feitas com os alunos mais adiante.

Na nona pergunta; existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação de Salvaterra (semed) para a construção do currículo e projeto político pedagógico na educação quilombola?

Existe sim, inclusive eu fui convidado eu estou trabalhando nessa elaboração (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

O professor relata que há essa formação continuada mais não detalha como será essa formação. A coordenação escolar quilombola não tem calendário de visita e formação pedagógica nas escolas quilombolas, pois vejo uma resposta equivocada.

Na décima pergunta; como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

A escola é muita empenhada nisso, a escola que trabalho existe essa preocupação sim não só dos professores mais também da gestão da coordenação pedagógica, essa flexibilização essa questão de aproximação dos saberes do cotidiano com esse saber escolar, os pais participam sim, inclusive eles são muito aberto a essas questões, por exemplo, nós estávamos trabalhando algumas profissões dentro da comunidade, trabalhava com tucupi, tapioca com bejur eles se dispuseram formular, há questão da carpintaria naval o que fazem canoa tudo isso, existe uma parceria muito grande entre escola e comunidade (WOSHINGTON ARANHA - Professor da Escola).

Sobre a participação da comunidade o relato do professor afirma que há essa parceria, inclusive ele cita alguns trabalhos por parte da comunidade na escola. Essa participação pode ser discreto pois nos relatos anteriores há essa falta de participação da comunidade.

Para finalizar entrevistamos²⁸ Adriele Castro da Luz que é professora do ensino fundamental I.

A primeira pergunta há quanto tempo você trabalha na escola?

Eu trabalho na escola Sebastião de Assis Gonçalves desde de 2021, sou efetiva do último concurso do município (ADRIELE CASTRO DA

²⁸ 26/01/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

LUZ - Professora da Escola).

Na segunda pergunta, você é quilombola?

Apesar de eu ter nascido em Belém, minha família por parte do meu pai é toda da comunidade do Caldeirão, eu tenho raízes e me considero quilombola sim, todo o processo histórico da minha família condiz sim com a comunidade, eu tenho que me aceitar e sou muito feliz, e tenho a honra de ter raízes quilombola sim (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

Essa fala da professora é de importante valia, porque essa identificação com a comunidade faz com que o trabalho flui mais leve e torna mais agradável a relação professor aluno, contudo nas minhas observações e andarilhagens de fato presenciei as aulas nesse sentido.

Sendo a professora de origem quilombola ela consegue promover no aluno o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas (BRASIL, 2012).

Na terceira pergunta, existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra?

Nós temos um departamento dentro da secretaria municipal de educação que é de educação escolar quilombola, a partir disso pressupõe-se que dentro do município tem o currículo voltado para essa especificidade que é a educação escolar quilombola e dentro das 16 comunidades quilombolas e aqui trabalhamos dessa forma (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

A política curricular na fala da professora é apenas uma suposição sobre a existência desse currículo, por isso pode comprometer o trabalho dos conteúdos da disciplina educação escolar quilombola, em contrapartida essa política está acontecendo mais em passos lentos, onde a semed e seduc fizeram em 2022 a primeira reunião em Salvaterra juntamente com as comunidades quilombolas de Salvaterra para a construção das diretrizes curriculares estaduais para a educação escolar quilombola na educação básica do estado do Pará.

Sendo que os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, contudo definidos nos projetos político – pedagógicos (BRASIL, 2012).

Na quarta pergunta, na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo

em vista seu objetivo?

Foi criado no início de 2020, a partir da entrada do prefeito Carlos Gomes, foi criado esse departamento de educação escolar quilombola com o objetivo de se implementar o tal currículo pautado na diversidade educação quilombola, ele é aplicado na escola a partir dos conteúdos, nós adaptamos e trazemos esses conteúdos a partir da interdisciplinaridade, enquanto professora a gente reúne faz o planejamento, dentro desse planejamento anual nós partimos dos eventos, seja sequência de didática, não só pelo período do mês de novembro que é um mês específico, onde a gente faz os eventos em decorrência do dia 20 de novembro, que é o dia da consciência negra, e pelo menos eu tento trazer essa temática em todas as minhas aulas quando ela é, quando eu possa trabalhar, sendo na matemática, na história, geografia, conteúdo de ciências, a partir das vivências dos alunos, sendo que eu não ignoro esse saber e venho trabalhando com meus alunos (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

A avaliação positiva por parte de alguns professores em relação à política curricular se deram a partir da criação da coordenação da educação escolar quilombola, sendo que é uma política recém-criada desde de 2020, por conseguinte no meu ponto de vista, muito tardia e com isso comprometendo toda uma cultura que vem de décadas, assim como várias falas que se foram antes da criação dessa coordenação.

Na quinta pergunta, na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?

Eu acredito que não ter um documento que não nos der um suporte, esbarra nesse limite aí, quando não temos algo específico, tirando a lei 10639/03, que a gente que precisamos trabalhar os conteúdos, da história, do povo africano, a gente se impõe enquanto professor pesquisador, a buscar e não ter um currículo de fato, vamos dizer assim, onde a gente possa sentar, a gente pode trabalhar isso daqui, a gente pode verificar, pode adaptar, então eu acredito que a gente esbarra, até mesmo por está numa região do Marajó, lá fora tem muita visibilidade, mais aqui, o povo culturalmente vem se perdendo, a partir do momento que a gente passa a fazer um resgate cultural com as nossas crianças, com os nossos alunos, sem ter uma base, um documento que possa nos reger, tirando o geral, o que é nacional, o que é BNCC, os próprios PCNs, os currículos que nos rege aí, desde da vida acadêmica pra cá, sabe que é um pouco complicado, de ver e verificar adaptar algo, tão amplo, tão geral, eu acho que a gente esbarra nessas limitações, são as dificuldades que temos dentro de sala de aula (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

O município de salvaterra tem uma proposta pedagógica construída juntamente em parceria com a COPIR e discutida pelas comunidades quilombolas

de Savaterra, pelo fato de não ter um currículo próprio, mais essa proposta é apenas um projeto, e com isso causa fragilidade e uma negatividade nesse processo de organização curricular.

O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos sócio culturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012).

Na sexta pergunta, na sua avaliação como você vê o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?

Eu acredito que a vida escolar dos alunos não difere mesmo que a gente tenha que adaptar o nosso currículo, porque nós não temos de fato algo específico né, mais específico que nos auxilie dentro dessa perspectiva de educação escolar quilombola, eu acredito que a gente se sobressai, a gente consegue dar uma boa aula, a gente passa para os alunos, e isso reflete sim dentro da comunidade, porque nós temos os nossos eventos dentro da escola ou fora da escola, quando os pais participam, quando a gente tenta buscar eles para dentro, a gente tem uma avaliação positiva, dentro de um trabalho difícil, trabalho dificultoso, eu acredito que a gente consegue se sobressair e fazer um bom trabalho dentro das comunidades quilombolas (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

O cotidiano escolar na fala da professora tem aspectos negativos, quando há dificuldade em buscar esses pais para dentro da escola, conforme as minhas observações o espaço da escola não é adequado para atender esses pais e muito menos, organizar eventos, ou algo parecido, a estrutura da escola compromete esse cotidiano escolar. Rangel (1979, p. 67) é óbvio que a educação se realiza através de um trabalho conjunto entre família e escola.

Na sétima pergunta, Quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com o objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

O difícil dessa perspectiva é você não ter algo paupável, mais a história da comunidade, os mitos, as lendas, as benzedadeiras, as curandeiras, a gente não vê mais isso, a gente sabe por que é passado, pelo meio das histórias orais que é passado em geração por geração, mais muitos de nossos jovens, de nossas crianças, não tem noção disso, porque vem algo que se perde, pois se eu quiser trazer uma aula de ciências, com as ervas e plantas medicinais, se eu trazer alguém da comunidade que conhece, e principalmente são os mais antigos, alguém mais jovem não vai saber falar, saber explicar pra que serve aquela planta, precisamos de algo fundamentado em pesquisa, pra gente saber, vê como é, vê um livro eu acho que a gente esbarra nisso aí, precisamos de um currículo

que nos auxilei nesse sentido (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

A falta de material didático específico é uma das grandes queixas dos professores. Mas através das minhas andarilhagens dentro da escola, foi observado que em sala de aula é retratado essa realidade dos professores, principalmente, com aqueles docentes sem experiências com essa modalidade de ensino, e com isso comprometendo todo o trabalho voltado para essa temática.

Livros didáticos que chegam ainda para os territórios não refletem a realidade do chão da escola quilombola, não falam de sua ancestralidade, de suas tradições e cultura. Segundo Carril (2017, p. 549) a história da educação brasileira terá como balizadora a formação de uma sociedade dualista, decorrente dos séculos de escravidão e que se desdobra para além desse período.

Na oitava pergunta, você vêm trabalhando a lei 10639/03 na escola?

Sim. Eu trabalho na escola a disciplina história, tenho material que venho trabalhando desde o período da pandemia com atividades remotas, quando nós retornamos para dentro de sala de aula eu adaptei esse conteúdo da história como foi que os africanos chegaram ao Brasil, eu acreditamos que isso é de suma importância nós enquanto professores de escolas quilombolas trazermos isso para dentro de sala de aula para os nossos alunos terem esse tipo de documento (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

Sobre o relato dessa professora ha muita divergências entre os professores, pois a lei 10639/03 parece não ser unânime sobre o trabalho dentro de sala de aula, e com isso prejudicando os alunos.

A escola não pode mais permanecer atuando perante os seus alunos, ideologicamente, como se todos fossem iguais, reproduzindo um ideal abstrato dos sujeitos, ao mesmo tempo transmitindo uma neutralidade em seus conteúdos curriculares (CARRIL, 2017, p. 551). E nessa direção houve avanço é o que ocorre no âmbito das políticas afirmativas que defeniui as DCNEEQ na Educação Básica.

Na nona pergunta, Existe uma proposta de formação continuada pela secretaria municipal de educação (Semed) para a construção do currículo e Projeto político Pedagógico na educação quilombola?

Eu acredito que sim. A partir do momento que temos uma coordenação dentro da Semed, uma coordenadora de comunidade quilombola, que tem por obrigatoriedade a gente trabalhar, eu acredito que deva ter, mais até agora não tivemos essa formação direcionada para educação escolar quilombola, até o momento ainda

não tivermos essa formação, mais algo deva ter pensando nisso ai
(ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

Conforme o relato da professora ela confirma que há uma coordenação da educação quilombola, mais desconhece qualquer proposta de formação continuada pela SEMED para a elaboração da construção do currículo e muito menos do PPP da educação quilombola.

Uma proposta de educação quilombola necessita fazer parte da construção de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas (CARRIL, 2017, p. 552).

Na décima pergunta, como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

A comunidade ela é fundamental, hoje se a gente não tiver essa conexão família – escola – comunidade com certeza não faríamos um bom trabalho, não só com os professores que moram na comunidade, os funcionários de um modo geral, até mesmo os que não são quilombolas e não residem na comunidade, quando nós temos essa contribuição da comunidade à gente consegue fazer um bom trabalho dentro de sala de aula e a participação deles é bastante efetiva, apesar de nós termos um quantitativo de alunos, consequentemente os pais são numerosos, pois a comunidade é grande mais uma forma geral eles são ativos, contribuem, seja com as falas nas reuniões, seja ativamente ajudando a escola, dando sugestões, então é positiva a participação dos responsáveis dos alunos dentro escola de uma maneira geral (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Professora da Escola).

Na fala dessa professora ela afirma a importância da presença da comunidade dentro da escola, à participação deles, mas nas minhas observações não percebi se há um calendário de reuniões dos pais e/ou comunidade na escola, pode ser reuniões esporádicas.

Apesar dos relatos dos professores para a afirmação da política de currículo por parte da Semed, ainda sim há uma timidez para que essa política se concretize de fato, pois só o departamento específico para a educação escolar quilombola não é suficiente para atender a demanda do município, e com isso comprometendo essa cultura, essa valorização da educação escolar quilombola.

Pois sabemos que na DNCEEQ pontuam que devem garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de

produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade (BRASIL, 2012). Com o concurso público, vieram vários professores de outras regiões e com isso cabe a semed juntamente com a coordenação escolar quilombola fortalecer periodicamente formações voltadas para essa nova realidade e com isso aproximando os professores mais sobre o conhecimento da educação escolar quilombola, como suas tradições, culturas, danças, identidade quilombola, saberes e experiências.

Nas entrevistas, a maioria dos professores e gestores levantaram inquietações sobre o currículo por não abrangerem conteúdos desde a educação infantil até o ensino médio, concluindo que, os conteúdos da modalidade não são amparados na sua totalidade pela educação básica. Contudo o município de Salvaterra tem a proposta pedagógica para a educação escolar Quilombola que é uma proposta multidisciplinar em forma de projeto, e pontua conteúdos desde da educação infantil até o ensino fundamental maior.

Em busca de investigar a participação da comunidade na reiventação curricular na contribuição dos conhecimentos sobre saberes e experiências, a pesquisa também direcionou entrevistas a comunidade Quilombola do Caldeirão, a seguir ilustraremos as questões trabalhadas com estes sujeitos.

4.1.3 Entrevista com a comunidade quilombola.

A partir das visitas domiciliares, buscou-se entrevistar dois moradores antigos da comunidade, sendo que no período das entrevistas lamento aqui o falecimento do pai do secretário de educação do município de Salvaterra o senhor Paulo Correia Glória de 93 anos, onde o mesmo tinha uma idade bem avançada morando na comunidade do Caldeirão, tendo contribuído bastante para o fortalecimento da ancestralidade da comunidade. E aqui deixo meus sentidos pêsames. Seguimos com as questões.

Vamos começar entrevistando²⁹ a primeira moradora da comunidade do Caldeirão a senhora Maria Auxiliadora.

Na primeira questão; Você pertence à comunidade do Caldeirão? Há quanto tempo?

Pertenco há 64 anos nasci em 1964 aqui e me criei aqui, sou

²⁹ 19/01/2023 – Entrevista realizada em sua residência na comunidade de quilombo do Caldeirão.

quilombola raiz a minha família, a família da minha avó é paterna e do meu avô materno (MARIA AUXILIADORA MACIEL DOS SANTOS – Moradora da comunidade).

O sujeito social entrevistado é da comunidade do Caldeirão e com muito orgulho. E na realização das entrevistas a moradora se sentiu bastante orgulhosa em afirmar que é quilombola do Caldeirão.

Na segunda questão; A escola Sebastião de Assis Gonçalves, o seu currículo escolar contempla o reconhecimento dos saberes e experiências, assim como a afirmação do território quilombola do Caldeirão?

Olha eu não tenho muito conhecimento desse conteúdo dentro da escola até porque eu nunca fui convidada para participar de nada da escola, às vezes vem alguém aqui, aluno que vem fazer entrevista comigo mas assim o conhecimento mesmo de dentro da escola até porque são professores novos que estão agora e não são nem da comunidade a maioria não são da comunidade aí eu não tenho a participação assim nunca me convidaram (MARIA AUXILIADORA MACIEL DOS SANTOS - Moradora da comunidade).

A moradora se sentiu bastante incomodada com a pergunta, devido à mesma ser moradora antiga da comunidade e não poder participar mais vezes do cronograma da escola, e reage dizendo que a falha está em alguns professores, sendo aqueles que não são da comunidade, por isso não conhece os moradores mais antigos do território.

Isso significa que o próprio projeto político- -pedagógico da instituição escolar ou das organizações educacionais deve considerar as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas, o que implica numa gestão democrática da escola que envolve a participação das comunidades escolares, sociais e quilombolas e suas lideranças (CARRIL, 2017, p. 552).

Na terceira pergunta; Na sua opinião como é a relação entre a escola e a comunidade do Caldeirão, no que se refere a sua ancestralidade?

Até mesmo como já lhe falei eu não tenho muito assim o que acontece dentro da escola até porque a maioria dos professores não são quilombolas ai eu acho que fica difícil, porque não conhecem os moradores antigos da comunidade (MARIA AUXILIADORA MACIEL DOS SANTOS - Moradora da comunidade).

Nas falas dos moradores e profissionais da escola há uma divergência, em relação à participação da comunidade na escola, neste pequeno número de sujeitos

entrevistados, uma confirma que não participa das atividades e afirma que um dos principais motivos se trata da falta de informação, para se estreitar esse laço e a questão de alguns professores não serem da comunidade. A falta de um PPP na escola gera esse desconforto na relação entre escola e comunidade.

E a participação da comunidade na escola garante discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo (BRASIL, 2012).

Já a outra que vamos ver mais a seguir tem uma resposta mais acanhada em relação sobre a participação da comunidade na escola.

A próxima moradora que vamos entrevistar³⁰ se chama Marilene Garcia. A primeira pergunta; você pertence à comunidade do Caldeirão? Há quanto tempo?

Sim. Pertença há 28 anos (MARILENE GARCIA DA SILVA - Moradora da comunidade).

Mais uma moradora com bastante tempo morando na comunidade.

Segunda pergunta; A escola, o seu currículo escolar contempla o reconhecimento dos saberes e experiências, assim como a afirmação do território quilombola de Caldeirão?

Sim (MARILENE GARCIA DA SILVA - Moradora da comunidade).

A moradora mostrou um nervosismo em responder mais afirmou de uma forma que sabe o que está falando.

Terceira pergunta; Na sua opinião como é a relação entre a escola e a comunidade, no que se refere a sua ancestralidade?

Boa (MARILENE GARCIA DA SILVA - Moradora da comunidade).

A moradora apesar de ter nascido na comunidade e morar um bom tempo na comunidade se mostrou bastante tímida para responder as perguntas.

Agora entraremos nos questionamentos da entrevista com as lideranças da comunidade e faremos as análises.

4.1.4 Entrevista com os líderes da comunidade.

As entrevistas também foram sucedidas com as lideranças em que o *lócus* da pesquisa está posicionado, entendendo a importância de suas ações para o desenvolvimento da comunidade, desta forma o líder e a vice – líder participou da

³⁰ 19/01/2023 – Entrevista em sua residência na comunidade de quilombo do Caldeirão.

construção desta pesquisa, e nesse rol de entrevista³¹ vou abrir essa categoria com o senhor e presidente da Associação remanescente de quilombo de Caldeirão Raimundo Patrique Goncalves Novaes.

Na primeira pergunta, como você se tornou líder da comunidade quilombola do Caldeirão?

Tornei-me líder através de ser muito presente dentro da comunidade, participando dos eventos não só quilombola, mas de outros envolvidos em vários aspectos dentro da sociedade civil, assim foi me interessando cada vez mais em busca de melhorias para minha comunidade e fortalecendo cada vez mais a luta pelos nossos direitos, pelos nossos territórios, e assim a luta vem continuando em busca de mas melhorias para não só pela minha comunidade mais pra todos. Tenho trabalhado dentro de minha comunidade de várias formas, fui presidente da comunidade católica, fui coordenador dos jovens, participei voluntariamente em todos esses aspectos até hoje, tudo isso para o bem de todos, e assim a comunidade viu todo meu empenho, minha dedicação meu trabalho voluntário dentro da mesma, assim a comunidade me deu essa oportunidade de está defendendo nossos direitos durante 4 anos a frente da arquic. Com o possível retorno através de um excelente trabalho (RAIMUNDO PATRIQUE GONCALVES NOVAES – Presidente da Associação).

A liderança do presidente da associação se deu através de sua participação efetiva dentro da comunidade, e isso é bastante importante, pois mostra o empenho em buscar coletivamente as políticas afirmativas para a sua comunidade.

Segundo Carril (2017, p. 552) ele afirma que:

A política pública representa avanços significativos na história da educação brasileira, notadamente na forma como se inseriram os afrodescendentes não somente na escola, mas também nas lideranças das comunidades quilombolas e na própria sociedade que, desde o final da escravidão, tentou definir um lugar de ausência e esquecimento desse segmento.

Na segunda pergunta, na sua opinião qual o papel / importância da escola para a comunidade? E quais os avanços e limites deste currículo escolar no que se refere à experiência e afirmação do território?

De grande importância a escola no nosso território quilombola pois trabalha o processo ensino aprendizagem dos nossos alunos que tendem aprender e a valorizar a nossa educação, esses professores que atuam a maior parte são concursados que estão atuando dentro do nosso território quilombola e venham fazendo um trabalho importante dentro da nossa comunidade voltado para o ensino aprendizagem mais também voltado para a cultura, trazendo à cultura, a experiência, as tradições do nosso quilombo. Tem um

³¹ 20/03/2023 – Entrevista no barracão da associação dos moradores do quilombo do Caldeirão.

pouco avançado mais ainda falta muito a trabalhar dentro da comunidade para que possa ter esse desenvolvimento em atendimento desses alunos para a afirmação de uma identidade quilombola para o nosso território (RAIMUNDO PATRIQUE GONCALVES NOVAES - Presidente da Associação).

A liderança considera a escola como um espaço importante para a construção da identidade quilombola dos alunos, pra que compreendam sua história, cultura, tradições e se valorizem enquanto sujeitos do campo e sua ancestralidade africana, mais faz um alerta afirmando que ainda falta muito a ser feito.

Freire (1996) expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar.

A terceira pergunta, como foi implementada na escola Sebastião de Assis Gonçalves a lei 10639/03? Você tem conhecimento?

Sim. Foi implementada clara e objetiva com intuito do fortalecimento do entendimento do conhecimento para os alunos, crianças, adolescente, jovens, para que eles possam ter o entendimento da história afro brasileira dos africanos, como surgiram as comunidades quilombolas, os quilombos e hoje através dessa lei eles podem ter esse entendimento como surgiu, esse fortalecimento, essa identidade, essa luta, essa resistência que até hoje estamos enfrentando, esse preconceito e através desta lei eles possam ter esse embasamento de como surgiu essa história do afro brasileiro dos africanos que vieram para dentro dos quilombos e até hoje persarmos ter essa resistência sobre esse combate e tende avançar ainda mais através desta lei e de outros projetos através de outros trabalhos dentro do nosso território que nós através da associação tendemos também a fiscalizar através da escola, dar andamento nesses projetos que embasam no conhecimento dos nossos alunos (RAIMUNDO PATRIQUE GONCALVES NOVAES - Presidente da Associação).

Sobre a resposta da liderança ele ficou um pouco inseguro em responder, pois tive que clarear um pouco sobre a lei 10639/03, para poder a entrevista dar a sua continuidade. Ele afirma que tem conhecimento da lei e sobre a importância do aprendizado para os discentes quilombolas.

A implementação da lei é as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004 (BRASIL, 2012).

Agora vamos entrevistar³² a vice-presidente da associação remanescente de

³² 21/03/2023 – Entrevista na sua residência na comunidade de quilombo do Caldeirão.

quilombo de Caldeirão a senhora Edilene Souza Cantão. A primeira pergunta é: Como você se tornou líder da comunidade quilombola de Caldeirão?

Tornei-me liderança da comunidade através de um trabalho que teve na pandemia aqui na comunidade aí o Patrique me convidou para vim como vice dele, eu aceitei (EDILENE SOUZA CANTÃO – Vice - Presidente da Associação).

A vice – liderança se deu através de convite da liderança, devido o reconhecimento de seu trabalho pela comunidade.

Na segunda pergunta, na sua opinião qual o papel / importância da escola para a comunidade? E quais os avanços e limites deste currículo escolar no que se refere à experiência e afirmação do território?

A escola tem um papel muito importante em todos os nosso território, pois através dos nossos professores que aprendemos muitas coisas e chegamos onde estamos, pois é à base de todos (EDILENE SOUZA CANTÃO - Vice -Presidente da Associação).

A vice – liderança considera importante o papel da escola para a comunidade, mais não deixou claro sobre os avanços e limites da importância do currículo para a afirmação desse território.

Os avanços temos a direção das DCNEEQ e o limite é a falta de sua implementação por parte da SEMED. O currículo da Educação Escolar Quilombola garante ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas (BRASIL, 2012).

Na terceira pergunta, como foi implementada na escola Sebastião de Assis Gonçalves a lei 10639/03? Você tem conhecimento?

Sobre a lei 10639/03 sempre tivemos esses ensinamentos em nosso território, a lei só veio reforçar ainda mais o nosso estudo sobre a nossa cultura e história em nossa escola (EDILENE SOUZA CANTÃO - Vice -Presidente da Associação).

Nesse questionamento também não ficou muito claro a implementação da lei dentro da escola. Sugiro que as lideranças se aproximem mais da escola, assim vice – versa, pois a participação deles é importante na escola, e com isso montem um crograma de visita da associação na escola, para ver as dificuldades encontradas, em prol da comunidade.

Pois sabemos da importancia da Associação tanto para a comunidade, como

para escola, e com isso fortalecendo sua ancestralidade, a identidade dos alunos, assim como as tradições, culturas, hábitos, danças. A associação tem uma constituição de um número bem significativo de quilombolas que compõe ela. Inclusive na época eu participei da posse da associação como já dito no começo da dissertação. Logo em baixo temos a foto da associação empossada e constituída.

Foto 30: Arquic



Fonte: Arquivo do pesquisador, (2023).

Apresentaremos a seguir as perguntas e respostas trabalhadas nas entrevistas com os pais dos alunos.

4.1.5 Entrevista com os pais de alunos (as) da escola.

A partir das minhas andarilhagens pela comunidade e pela escola, buscou-se entrevistar um responsável por aluno, dessa forma foram entrevistados 02 responsáveis, dentre eles: duas mães. Sendo mães bem ativa no processo de luta do movimento quilombola. Nas perguntas a seguir entrevistei³³ a mãe Thayane Salgado de Moraes.

Na primeira pergunta, você pertence à comunidade de Caldeirão? Se a resposta for sim, responda: quanto tempo?

Eu pertenco a comunidade do Caldeirão desde que nasci há 28 anos (THAYANE SALGADO DE MORAES – Mãe de aluno).

Os dois sujeitos afirmaram que são quilombolas do Caldeirão e se autoreconhecem como quilombolas.

Na segunda pergunta, como você vê a escola tratando sobre as experiências e saberes da comunidade do Caldeirão?

Pra ser sincera quando eu estudei aqui na comunidade na escola

³³ 08/03/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (local).

Sebastião de Assis Gonçalves eles não abordavam essa temática sobre quilombola, sobre movimento negro, sobre nossa identidade, sobre nossa cultura, a gente não sabia sobre isso a escola não abordava sobre esse assunto agora com o assunto mais em alta com a associação da comunidade se regularizando a escola já começou a desenvolver trabalhos que tem uma visão um olhar diferenciado pra nós mesmo que somos quilombolas já trabalham já a identidade, já tem a disciplina educação quilombola na escola que antes não tinha, então eu fico muito feliz em ver isso, uma oportunidade que eu não tive mais o meu filho os nossos filhos vão ter né de fato sobre a nossa história sobre a nossa cultura e sobre a nossa identidade (THAYANE SALGADO DE MORAES - Mãe de aluno).

Na fala dessa responsável, vimos como o conhecimento da temática começou tão tardio, e só se iniciou depois com a criação da associação, e com isso prejudicando o fortalecimento dos saberes e experiências na escola.

O espaço escolar reflete a sociedade e suas contradições, sendo palco de conflitos e desigualdades múltiplas e sobrepostas (CARRIL, 2017). E uma das contradições é a escola quilombola deixar de tratar saberes e experiências do movimento quilombola.

Na terceira pergunta, a escola no seu ponto de vista, como ela vem trabalhando a lei 10639/03?

Olha, a escola ainda está iniciando ela ainda não aborda o que de fato deve abordar mas isso já é um avanço pra gente, precisa sim conhecer mais, se aprofundar mais, precisa desenvolver mais projetos mais trabalho voltado pra isso que é o nosso reconhecimento voltando amar a nossa cultura a nossa identidade pra que a gente não perca as nossas raízes (THAYANE SALGADO DE MORAES - Mãe de aluno).

Na fala dessa responsável, percebemos a falta de clareza para o entendimento da lei 10639/03, a escola precisa trabalhar mais claro a fundamentação teórica da lei. E com isso reforçando a identidade dos alunos.

Segundo Carril (2017, p. 539) os desafios são grandes, sendo necessário modificar a cultura escolar, que exclui a diversidade. Esse espaço escolar que não convence a comunidade ser mais participativa no debate da Educação Escolar Quilombola.

Na quarta pergunta, no que se trata da escola em que seu filho (a) neto (a) está estudando, você é convidado para participar de alguma atividade e/ou evento?

Sim, eu participei ano passado da feira quilombola da comunidade, a feira que a gente leva para o municipio que eu participei esse ano eu

ainda não tinha participado dos anos anteriores mas eu conseguir participar esse ano e foi muito gratificante pra mim vê meu filho lá do 1 ano apresentando a nossa culinária a nossa cultura e várias outras séries, outros alunos, professores envolvidos inseridos falando sobre plantas medicinais sobre nossa cultura nossa identidade sobre nossa alimentação porque tudo é muito diferenciado é uma coisa nossa muito nossa é muito gratificante pra mim mãe participar desse evento juntamente com meu filho o vê apresentando uma criança desde da base uma coisa que eu não tive, meus irmãos não tiveram e muitos outros alunos que passaram aqui e não tiveram esse conhecimento e agora a gente pode ter aqui na escola, tanto é que essa feira quilombola ela é uma data marcada no calendário da escola e no calendário do município então isso já é um grande avanço pra gente (THAYANE SALGADO DE MORAES - Mãe de aluno).

Essa responsável mostra bastante participativa nos eventos da escola, e com isso fortalecendo a parceria entre escola e família. Há controvérsias, pois a comunidade só é participativa quando há eventos, mas em outros momentos de debate não existe essa parceria.

Depois entrevistei³⁴ a mãe de aluno e professora da escola a senhora Adriele Castro que também compõe a diretoria da Associação remanescente da comunidade de Caldeirão.

A primeira pergunta foi; você pertence à comunidade de Caldeirão?

Se a resposta for sim, responda: quanto tempo?

Eu moro na comunidade à cerca de 07 anos, minha família por parte do meu pai é descendente da comunidade e tenho muito orgulho de dizer que tenho raízes aqui (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Mãe de aluno).

A fala dessa mãe mostra o pouco tempo de moradia na comunidade mais familiares por parte do pai da mesma são quilombolas do Caldeirão, e com isso a ela não nega suas origens e identidade.

A segunda pergunta foi; como você vê a escola tratando sobre as experiências e saberes da comunidade do Caldeirão?

Muito importante enquanto mãe vê o meu filho, perceber, conhecer, saber da história da comunidade, dos saberes, das práticas isso é importante eu acredito que muito professores da escola trabalham dessa forma é importante o conhecimento para o saber do aluno, conhecer sua história, saber que existem outras vivências, e a partir que ele assimilar isso ele repassa e a gente repassa para as futuras gerações (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Mãe de aluno).

³⁴ 26/01/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

Na fala da mãe, ela cita a importância de trabalhar as origens dos alunos, mais não tem certeza se os demais professores compactuam com esse trabalho.

Nesse sentido, conforme Carril (2017);

há a necessidade de salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas como elemento central de seus projetos. (CARRIL, 2017, p. 544).

A terceira pergunta foi; a escola no seu ponto de vista, como ela vem trabalhando a lei 10639/03?

Ela vem a ser trabalhada mais perceptivelmente vamos dizer assim, como por exemplo; festa junina, carimbó, seja uma dança, nos eventos, de feira cultural, da consciência negra, os alunos participam desse momento e pelo desfile cívico, pois muitos têm vergonha de assumir uma identidade quilombola mais dentro da escola eles afirmam sua identidade e dizem que são quilombolas (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Mãe de aluno).

A pergunta busca questionar sobre o trabalho da lei dentro da escola, ela cita que esse trabalho é visível, mais afirma que é trabalhado esporadicamente, ou seja, nos eventos, como a festa junina que é uma atividade fixa no calendário da escola e com isso atrai a participação da comunidade, outro evento é o desfile cívico quilombola que é uma atividade que compõe o calendário da escola, pois é um evento onde todas as comunidades quilombolas participam anualmente. E por último ela afirma a dificuldade dos alunos se autoremecerem como quilombolas.

Sabemos da importância do calendário escolar pois estão direcionadas as peculiaridades da comunidade, pois as manifestações locais gera o processo de aprendizagem e com isso esclarecer preconceitos e oportunizar debates no espaço escolar. Mais não podemos deixar de oportunizar também o debate da lei 10639/2003, que altera a lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/1996 onde acrescenta artigos que interferem diretamente ao combate ao racismo para com o negro no cotidiano da escola, esperar só as datas específicas do calendário escolar é um risco ao movimento negro, movimento de mulheres negras, movimentos das comunidades quilombolas e alguns setores das universidades que tanto lutaram para a efetivação da lei.

A quarta pergunta foi; no que se trata da escola em que seu filho (a) neto (a) está estudando, você é convidado para participar de alguma atividade e/ou evento?

Sim. Nós participamos a comunidade é convidada, não só o que estudam e tenham filhos na escola mais de um modo geral, a comunidade é convidada e participa de uma forma direta e indireta (ADRIELE CASTRO DA LUZ - Mãe de aluno).

Nessa outra pergunta é sobre a participação dos pais e/ou mães nas atividades dentro da escola, e logo em seguida ela confirma essa boa relação entre escola e família.

Conforme Libâneo (2004, p. 102):

O envolvimento da comunidade é o “principal meio de assegurar a gestão democrática da escola” pois é a partir dessa participação entre escola e comunidade, que as tomadas de decisões poderão ser coletivamente pensadas como um objetivo comum: o desenvolvimento da escola.

Agora vamos entrevistar³⁵ um pai de aluno o senhor Moisés Pinheiro Soares, a primeira pergunta é; você pertence à comunidade de Caldeirão? Se a resposta for sim, responda quanto tempo?

Sim. Há 03 anos (MOISÉS PINHEIRO SOARES – Pai de aluno)

Esse pai de aluno é morador novo na comunidade, mais já tem uma visão da comunidade.

A segunda pergunta, como você vê a escola tratando sobre as experiências e saberes da comunidade do Caldeirão?

Sim. Nesse sentido a escola é competente, porque ela repassa os devidos saberes, práticas quilombolas sobre as informações culturais de nossa região e do ensino complementar (MOISÉS PINHEIRO SOARES - Pai de aluno).

O pai confirma sobre a assertividade por parte da escola, quando se trata sobre trabalhar a temática com os alunos.

A terceira pergunta, a escola no seu ponto de vista, como ela vem trabalhando a lei 10639/03?

Sim. Até onde tem tenho conhecimento, quando eu verifico os trabalhos de aula, eles trabalham em forma, muito informativa, para não fugir do objetivo da escola, que é de afirmar a cultura para todos (MOISÉS PINHEIRO SOARES - Pai de aluno).

O pai confirma sobre o trabalho da lei dentro da escola juntamente com os alunos. Há contravérsias pois a outra responsável fala que a escola trabalha

³⁵ 27/03/2023 – Entrevista na sua residência na comunidade de quilombo do Caldeirão.

esporadicamente.

A quarta pergunta, no que se trata da escola em que seu filho (a) neto (a) está estudando, você é convidado para participar de alguma atividade e/ou evento?

Sim. A escola sempre convida, notifica através dos alunos que mandam para os pais, em reuniões e essa questão está bem clara, boa e aceitável (MOISÉS PINHEIRO SOARES - Pai de aluno).

A participação da família dentro da escola é positiva, e com isso trazendo essa boa relação. Não sabemos até que ponto essa participação chega na escola, pois as entrevistas estão se contradizendo conforme o relato de alguns sujeitos sociais.

E com isso fechamos essa categoria de entrevista. A seguir apresentaremos as discussões sobre as questões direcionadas aos alunos e alunas da escola Sebastião de Assis Gonçalves.

4.1.6 Entrevista com os alunos e alunas da escola.

Dos 06 alunos entrevistados, todos pertencem à comunidade do Caldeirão, e são quilombolas do Caldeirão. Todos estudam na escola desde os primeiros anos da vida escolar e no próximo ano, 02 alunos estarão na escola concluindo o último ano do ensino fundamental II e posteriormente ingressarão no ensino médio em outras escolas fora da comunidade e com isso comprometendo sua identidade quilombola, visto que existem apenas duas escolas de ensino médio em Salvaterra e só uma começou há refletir um pouco sobre a educação escolar quilombola na tentativa de atender e incluir esta demanda de aluno no currículo.

Dos alunos entrevistados o João Pedro teve destaque no concurso de redação das escolas quilombolas de Salvaterra, onde o mesmo ficou em 1º lugar na categoria poema. Sendo assim foi o meu primeiro entrevistado³⁶.

Na primeira pergunta, você gosta de estudar na escola? Porque?

Sim, porque aqui é um lugar legal o ensino e os professores são muito bons (JOÃO PEDRO SALGADO CORDOVIL – Aluno da escola).

O aluno sinalizou positivamente o ambiente escolar, apesar de a escola sofrer com precariedades físicas devidas o descaso pelo poder público com a escola.

³⁶ 07/03/2023 – Escola Sebastião de Assis de Gonçalves (Local).

Contudo nas observações apesar desses atributos, os alunos gostam do ambiente escolar e a maioria relatou o desejo de continuar seus estudos na escola, para não ir as escolas da zona urbana.

Pois a escola quilombola Sebastião de Assis Gonçalves só atende até o nono ano do ensino fundamental maior, e com isso esses alunos já se conhecem desde a infância morando na comunidade e anos de vida escolar estudando na mesma escola com números reduzido de alunos por turma. E indo para a zona urbana para estudar o ensino médio em turmas maiores de alunos em escolas não quilombolas, gera uma expectativa contra sua identidade quilombola.

Campos e Gallinari (2017) debatem sobre o impacto dos alunos remanescentes quilombolas quando sai de uma escola quilombola e vai para uma escola regular e um dos pontos que diferencia é o respeito à cultura e à história do local. Outras questões debatidas pelos autores é o currículo das escolas urbanas não dialogarem com a realidade desses alunos, e com isso só reflete o preconceito que esses alunos estão sujeitos a sofrerem por ter vindo do espaço rural e em particular de comunidades remanescente quilombolas.

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro - brasileira?

Não (JOÃO PEDRO SALGADO CORDOVIL - Aluno da escola).

O relato é muito preocupante, pois o aluno remanescente quilombola não conhecer a história e cultura afro-brasileira e africana, é negar para esse aluno a sua própria ancestralidade. Sendo que a lei 10639/2003 foi criada com intuito de estabelecer o ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas públicas e privadas, do ensino fundamental até o ensino médio. (BRASIL, 2003).

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim, o professor de educação quilombola fala sobre a história da minha comunidade (JOÃO PEDRO SALGADO CORDOVIL - Aluno da escola).

Conforme o relato o discente limitou os saberes e experiências da sua comunidade só para o professor da disciplina educação quilombola. Essa fala é preocupante pois conforme a Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, onde os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas

brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008). Mais não só nessas áreas e sim também na área de matemática, língua portuguesa, ciências e Educação Física, ou seja, as demais áreas que compõe o currículo escolar.

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Sim, é ser quilombola é identidade é um símbolo de luta e resistência, todos falam (JOÃO PEDRO SALGADO CORDOVIL - Aluno da escola).

Nessa fala há contradição por parte do aluno, quando ele diz que todos os professores falam sobre o que é ser quilombola, sendo que na pergunta anterior ele especificou apenas um professor.

O debate sobre o que é ser quilombola, é de extrema importância, pois o professor deve esclarecer para o aluno a sua origem e com isso a palavra escravo, que não existiria sem o significado do que é o trabalho e das condições para o trabalho.

Como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) “o ensino será ministrado com base no princípio a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996).

O próximo entrevistado³⁷ foi a estudante Maria Clara que cursa o oitavo ano.

Na primeira pergunta, você gosta de estudar na escola? Porque ?

Sim, porque a gente aprende muitas coisas com os nossos professores sobre a nossa cultura quilombola e algumas coisas que não são daqui (MARIA CLARA NOVAES DA SILVA – Aluna da escola).

Na fala da aluna tem como afirmativa positiva, sinalizando o trabalho dos professores sobre a cultura local e outras culturas. Divulgar a cultura quilombola de forma interdisciplinar para que os alunos remanescente quilombola acolham sua cultura de forma prazerosa.

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10.639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro - brasileira?

Não (MARIA CLARA NOVAES DA SILVA - Aluna da escola).

Relato preocupante, pois aluna remanescente quilombola não ter a clareza da

³⁷ 07/03/2023 – Escola Sebastião de Assis de Gonçalves (Local).

Lei 10.639/2003, é desconhecer medidas que vizam iniciativas de combate ao racismo e a toda qualquer discriminações sobre a história da Africa e Afro – brasileira.

Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (BRASIL, 2004).

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim, eles falam muito sobre a nossa culinária as nossas danças e a nossa cultura (MARIA CLARA NOVAES DA SILVA - Aluna da escola).

Nessa fala a aluna confirma positivamente sobre os saberes e experiências da comunidade do Caldeirão para os alunos, mais não especificou os professores.

Os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando – se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinaria, dança) e as religiões de matrizes africanas (CARVALHO, 2023).

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Sim, eu me identifico como um quilombola do Caldeirão (MARIA CLARA NOVAES DA SILVA - Aluna da escola).

É muito importante esse momento dos professores debaterem em sala de aula a identidade quilombola. E na fala da aluna remanescente de quilombola ela afirma sua identidade.

É de suma importância e obrigatório o aluno conhecer as lutas dos negros e dos povos indigenas no Brasil, a cultura negra e indigena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes á história do Brasil (BRASIL, 2008).

Seguindo o rol de entrevista³⁸, o próximo foi o aluno Rian Marlon que cursa o sétimo ano do ensino fundamental II.

Na primeira pergunta, você gosta de estudar na escola? Porque?

³⁸ 08/03/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

Sim. Porque é muito importante (RIAN MARLON GLÓRIA DOS SANTOS – Aluno da escola).

Mais um aluno relatando sua afirmação positiva em relação ao ambiente escolar.

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro – brasileira?

Não (RIAN MARLON GLÓRIA DOS SANTOS - Aluno da escola).

Mais uma afirmação preocupante do discente remanescente de quilombola, pois sabemos que Lei federal 10.639/03 ela é obrigatória como conteúdo da grade curricular.

Como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim (RIAN MARLON GLÓRIA DOS SANTOS - Aluno da escola).

Nesse relato da discente mais uma fala afirmativa sobre o trabalho dos saberes e experiências por parte dos professores em sala de aula. Pois há uma incoerência nessas falas, sendo que os alunos desconhecem a Lei 10.639/03, mais ao mesmo tempo afirmam os conteúdos voltados para seus saberes e experiências.

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Falam. Falam sobre o que é ser quilombola (RIAN MARLON GLÓRIA DOS SANTOS - Aluno da escola).

O aluno confirma que os professores debatem em sala de aula a sua identidade quilombola. Como já foi dito aqui na pesquisa, mais uma contradição em relação ao debate dos conteúdos curriculares para a educação quilombola.

Seguindo as entrevistas³⁹, o próximo foi o aluno Emerson Ramos Santos que cursa o sétimo ano do ensino fundamental II.

Na primeira pergunta, você gosta de estudar na escola? Porque?

Porque é bom (REMERSON RAMOS SANTOS - Aluno da escola).

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10639/03 que garante a

³⁹ 27/03/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro – brasileira?

Não (REMERSON RAMOS SANTOS - Aluno da escola).

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim. Falam sobre o significado do caldeirão (REMERSON RAMOS SANTOS - Aluno da escola).

Agora vou fazer uma única análise para as três suposições, devido às respostas serem mais tímidas. O discente analisa como positivo o ambiente escolar, mais desconhece a Lei 10.639/03 que é preocupante, e sobre os saberes e experiências se restringe apenas ao significado do nome do território.

Gomes (2019, p. 143) afirma que ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira (GOMES, 2019).

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Sim. Mas não sei o que é identidade quilombola (REMERSON RAMOS SANTOS - Aluno da escola).

Nessa fala há contravérsias do discente, em separar o que é ser quilombola e sobre identidade quilombola. Isso demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira (GOMES, 2019. p. 146).

Seguindo as entrevistas⁴⁰, o próximo foi o aluno Hilário Maciel de Moraes Neto que cursa o nono ano do ensino fundamental II.

Na primeira pergunta, você gosta de estudar na escola? Porque?

Eu gosto porque, numa escola quilombola é fundamental você estudar nela, porque você nasceu nela, e você não pode de estudar nela por ser quilombola, tem muitas pessoas quilombolas que não gosta de aceitar por ser quilombola por causa de sua cor, o pessoal é muito preconceituoso, inclusive quando vão atrás de trabalho, tem pessoas que tem dinheiro e não gostam dar oportunidade para pessoas que são de comunidade quilombola, pessoas que moram em periferias, pessoas que moram em favelas, tenham muito preconceito (HILÁRIO MACIEL DE MORAES NETO - Aluno da

⁴⁰ 27/03/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

escola).

Essa resposta desse discente é bem favorável ao seu ambiente escolar, se assume como quilombola, relata sobre os preconceitos sofridos por ser quilombola e ser negro por uma sociedade racista e preconceituosa e acima de tudo por morarem em comunidades quilombolas, favelas e periferias.

O diálogo desse discente é um sujeito que reflete o movimento do opressor sobre o oprimido por uma sociedade desigual. O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor (FREIRE, 2013, p. 51).

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro – brasileira?

Não (HILÁRIO MACIEL DE MORAES NETO - Aluno da escola).

Mais uma fala de um discente que não estudou a Lei 10.639/03. Esse relato é bastante crítico, como já foi dito aqui, além de ser obrigatório e negar para o aluno suas tradições e culturas e além do mais o espírito de luta contra o racismo e o preconceito imposto contra os povos originários.

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim eles falam, outros não, por exemplo, o professor de matemática não fala, fala um pouco, quando vinha merenda pra escola, ele situava as escolas quilombolas, a de geografia, a principalmente a de educação quilombola ele gosta muito de falar, a importância do quilombo, a professora de geografia ela mora na comunidade quilombola no bacabal, de ciências não fala muito e estudos amazônico fala e só (HILÁRIO MACIEL DE MORAES NETO - Aluno da escola).

Esse relato expõe o trabalho em sala de aula sobre os saberes e experiências onde uns professores trabalham outros não, por isso fere o método da interdisciplinaridade como forma de trabalhar a Lei 10.639/03 em todas as disciplinas. Isso confirma a falta de formação continuada para os professores que é uma problemática já dita em outras falas.

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Sim falam (HILÁRIO MACIEL DE MORAES NETO - Aluno da escola).

Essa fala do discente confirmando que os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola, é contraditória devida os relatos de outros alunos. Até mesmo já foi comentada que um dos problemas observado é a falta de formação continuada para os professores, sendo que a maioria não é oriunda da comunidade e muitos menos quilombolas.

Seguindo as entrevistas⁴¹, agora é com a aluna Maria Eduarda Ferreira Novaes também do Nono ano na primeira pergunta. Você gosta de estudar na escola? Porque?

Porque estudar nessa escola vai melhorar o ensino, porque é difícil uma pessoa quilombola estudar em outro lugar, porque é difícil pra gente que é quilombola, difícil por causa do nosso antepassado, a gente tem dificuldade entrar numa faculdade, e tem o trabalho também (MARIA EDUARDA FERREIRA NOVAES - Aluna da escola).

Nesse relato dessa discente ela confirma positivamente que gosta da escola quilombola por ser quilombola e vai melhorar seu aprendizado, mais afirma que o acesso em outra escola, universidade e até emprego é difícil devido sua ancestralidade por ser quilombola.

Conforme Gomes (2019, p. 147):

Para que a escola, universidade e qualquer forma empregatício consiga avançar na relação entre saberes escolares / realidade social / diversidade étnico – cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras.

Na segunda pergunta, você estudou a lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro – brasileira?

Não (MARIA EDUARDA FERREIRA NOVAES - Aluna da escola).

Nessa outra fala dessa discente remanescente de quilombola, também confirma que não estudou a Lei 10.639/03, e com isso um relato muito sério a ser resolvida pela gestão escolar, coordenação pedagógica juntamente com os professores, e posteriormente com a SEMED de Salvaterra.

Na terceira pergunta, durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?

Sim (MARIA EDUARDA FERREIRA NOVAES - Aluna da escola).

⁴¹ 27/03/2023 – Escola Sebastião de Assis Gonçalves (Local).

Novamente mais um relato em contravérsia com as falas anteriores, pois a Lei 10.639/03 não pode ser desagregada dos saberes e experiências da comunidade. Por isso relato à problemática na formação continuada com os professores, e mais atenção as políticas afirmativas.

Na quarta pergunta, os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

Sim. Só alguns professores falam, como; estudos amazônicos, história, educação quilombola e de geografia (MARIA EDUARDA FERREIRA NOVAES - Aluna da escola).

Agora vou fazer um breve relato geral. Em relação ao primeiro questionamento, todos os alunos responderam positivamente, apesar da escola não ter espaço físico adequado, e as salas são próximas uma das outras, comprometendo a fala do professor dentro de sala, isso foi observado durante a pesquisa. Mais os alunos se identificam com a escola, eles gostam de ficar nela, isso se dá devido ser a única escola do ensino fundamental dentro da comunidade, as turmas não são numerosas e a maioria deles são amigos de infância, às vezes até parentes, e com isso tendo um bom laço familiar, esses fatores foram observados durante as andanças dentro da escola.

Campos e Gallinari (2017) afirmam que uma escola quilombola de qualidade pode garantir o empoderamento de suas crianças e jovens, garantindo a continuidade da luta de seus ancestrais. Os autores apontam a melhoria desses espaços educativos, e com isso gerando uma identificação positiva ao povo negro dessas comunidades.

Sobre o segundo questionamento, todos os alunos foram unânimes em afirmar que não estudaram a lei 10639/03, isso é muito preocupante, nas falas dos alunos observei que no questionamento da formalidade da lei, não ouviram em nenhuma disciplina, mais foi debatido de uma didática onde os alunos não identificaram a 10639/03 nas falas dos professores. Isso precisa ser revisto para que não comprometa a história de sua ancestralidade.

Todavia, a pesquisa não se assegurou somente a estas respostas, foi importante observar as conversas informais, o que estes alunos traziam de conhecimento a respeito sobre sua ancestralidade, identidade, cultura, participação em eventos quilombolas para que tenhamos uma visão mais apurada sobre suas respostas.

No terceiro questionamento, a maioria dos alunos afirmou que os professores trabalham os ensinamentos sobre os saberes e experiências, mais não especificaram quais as disciplinas dos professores, sendo que 01 (um) aluno afirmou que alguns professores trabalham outros não, e citou o professor de educação escolar quilombola como o professor que mais fala sobre a temática, enquanto que os professores de matemática, de geografia, história e ciências falam muito pouco enquanto a professora de português nem foi citada. Esse quadro resulta em dados preocupantes e precisam ser analisados e reorganizados para que esse aluno quilombola tenha suas tradições, cultura, saberes, experiências e sua remanescência assegurada pela escola que é situada em território quilombola.

No quarto questionamento, sobre ser trabalhado em sala de aula o entendimento do significado da palavra quilombola, os alunos responderam que os professores falam, um aluno respondeu que apenas alguns professores cometam sobre a temática, e um outro aluno teve uma resposta que me chamou a atenção, onde os professores falam sobre o que é ser quilombola, mas o mesmo aluno não sabe qual o significado de identidade quilombola. É importante frisar que esses alunos estudam numa escola quilombola, por isso o sentido de identidade quilombola deve ser bem debatido por todos os professores de forma interdisciplinar, e não ficar a cargo só do professor da disciplina educação quilombola.

Para finalizar, percebemos que esse aluno do nono ano nos fala sobre a questão do debate sobre sua identidade quilombola, e outros assuntos voltados para suas origens, e vimos na entrevista que a temática não é abordada em todas as disciplinas no sentido de fortalecer sua identidade, por isso deve ser revisto essa proposta pedagógica no que tange nesse aspecto da transversalidade e interdisciplinaridade de assuntos voltados para questões da comunidade quilombola. E com isso fechamos essa categoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – DESAFIOS DE UMA POLÍTICA CURRICULAR E PRÁTICA EDUCATIVA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA/BRASIL.

Em considerações finais desta pesquisa e apresentação dos resultados e discussão do trabalho que tem como título “Avanços e limites do currículo implementado em escola quilombola no Marajó: reconhecimento e afirmação de território Quilombola?”, é importante destacar novamente o objetivo “Analisar os avanços e limites do currículo implementado na escola quilombola de Salvaterra Sebastião de Assis Goncalves, tendo em vista o reconhecimento e a afirmação desse território Quilombola” para a apresentação das acepções finais deste estudo.

Consideramos inicialmente ao se tratar sobre a política curricular do município, este não tem um currículo municipal para servir como referência para as escolas quilombolas, o que tem é uma proposta curricular advinda da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) através da Copir, que gerou a proposta pedagógica para a educação escolar quilombola do município de Salvaterra tendo como tema “minha história, meu orgulho: ciência, saberes e diversidade” para todas as escolas quilombolas, por conseguinte cada escola adaptou sua proposta com sua especificidade locais referendada na proposta curricular da SEDUC. Sendo que já houve o primeiro encontro entre os técnicos da Copir, técnicos da SEMED, moradores e lideranças das comunidades quilombolas para a construção das diretrizes curriculares estaduais para a educação escolar quilombola, ainda são estudos preliminares, mais já é um passo de grande relevância para a política curricular quilombola para o Marajó e para todas as comunidades quilombolas no estado do Pará.

A construção das diretrizes curriculares estaduais para a educação escolar quilombola, esse estudo sendo realizado entre Copir e as comunidades quilombolas, acredito que tenha vários desafios a ser enfrentados como; a escuta e a participação dos moradores através de uma divulgação mais sólida, o percurso por todo o estado do Pará para ouvir as comunidades quilombolas, e o que me chama mais atenção são os técnicos da Copir que estão á frente desse trabalho, pois é um número bastante reduzido de pessoas de no máximo 05 (Cinco) para atender todo o estado. A SEDUC precisa rever essa equipe da Copir que está à frente desse trabalho árduo para aumentar o quantitativo e com isso dar um andamento e suporte mais preciso e rápido para a política curricular da educação escolar quilombola.

Nessa pesquisa, conferimos no nosso *lócus* da pesquisa que há existência e reconhecimento da Identidade Quilombola pelas lideranças e moradores da comunidade, e nas falas dos moradores percebemos o sentido de Remanescente, a importância de ser quilombola e resistir a toda e qualquer opressão por parte do estado ou empresas que venham se instalar no território, o que revela uma comunidade bastante organizada, lutadora e buscando sempre seus objetivos com a afinidade de união e esperança de dias melhores. Já essa existência e reconhecimento pelos alunos pertencentes da comunidade quilombola do Caldeirão precisam ficar bem mais claro dentro de sala de aula, precisamente com os alunos do 7º ano, assim com os professores da escola quilombola do *lócus* da pesquisa, que não são da comunidade e muito menos quilombolas, precisam de uma melhor atenção por parte da coordenação quilombola da SEMED para formações continuadas rotineiras e precisas. E isso mostra a importância da escola fortalecer o debate mais crítico sobre a identidade quilombola mais presente em todas as disciplinas de forma interdisciplinar e transdisciplinar e com isso fortalecendo a identidade destes alunos, assim como suas tradições locais, saberes e experiências.

A proposta curricular da escola quilombola municipal Sebastião de Assis Gonçalves atende oficialmente só o ensino fundamental maior (6º ao 9º ano) deixando o ensino fundamental menor (1º ao 5º ano) descoberto, pois são uns dos limites desse currículo, e com isso tendo apenas alguns trabalhos isolados de professores do fundamental menor trabalhando projetos voltados para a tradição, cultura e história da comunidade quilombola do Caldeirão onde os mesmos entrevistaram moradores antigos para obter informações para criação dos projetos, como: projeto de exposição fotográfica dos antigos da comunidade, projeto dos saberes tradicionais da comunidade e projeto de mapeamento da comunidade.

Apesar de que essa proposta pedagógica da escola não condiz integralmente com a proposta pedagógica curricular da semed, pois no projeto são elencados conteúdos desde da educação infantil, atravessando o ensino fundamental menor e finalizando até o ensino fundamental maior, com isso não havendo esse vácuo na base da educação básica. Esse limite do currículo tem que ser revisto, debatido criticamente com todos que compõem a escola, haja vista que a escola tem duas coordenadoras pedagógicas em turnos diferentes que podem elaborar esse trabalho para o resgate dos conteúdos da proposta pedagógica para a educação quilombola através das análises das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana partindo do cumprimento da Lei nº 10.639/2003, para que aja efetividade no trabalho para o reconhecimento e afirmação da comunidade quilombola do Caldeirão.

Apesar desses limites do currículo a escola busca participar de todos os eventos que possa fortalecer a identidade quilombola, o reconhecimento e afirmação de seu território por parte dos alunos e comunidade escolar, assim como a lei 10639/2003 para o entendimento da história e cultura Afro – Brasileira, como; desfile cívico quilombola, concurso de redação quilombola e feira escolar quilombola. Outro limite é a necessidade de reaquisição do Projeto Político Pedagógico da escola, para dar continuidade à sua elaboração, seu planejamento para as atividades pedagógicas, passando pela gestão escolar, assim como a condução do aprendizado dos alunos com base nos conteúdos, levando em consideração uma escola quilombola.

Ressaltando que nas falas dos alunos em relação à lei 10639/03, todos os alunos entrevistados afirmaram não conhecer a lei, com isso essa implementação dentro da escola deve ser reparada imediatamente, para que a clareza sobre a história e cultura afro – brasileira quebre os estereótipos e façam os alunos a instigarem para a reflexão de sua representatividade resgatando a identidade negra da cultura local que foi massacrada, descaracterizada e diminuída, e com isso travando as lutas pelo reconhecimento e valorização do seu papel na formação social, cultural e econômica do nosso país. A comunidade escolar confirma essa fala dos alunos, onde a lei é trabalhada esporadicamente dentro da escola, só quando há eventos e contudo refletindo no processo de aprendizagem dos alunos. As lideranças da comunidade também não deixaram claro sobre a implementação da lei na escola, por isso reforça esse reflexo nos alunos.

Quando questionamos a categoria de professores sobre como vem trabalhando a lei 10639/03, na fala dos docentes é bastante preocupante a implementação da lei dentro de sala, pois cada um relata; que trabalhar com alunos de séries menores é mais difícil seu entendimento, pois fica de melhor compreensão trabalhar com alunos de séries maiores devido sua maturidade, não trabalho a lei integralmente apenas adaptações nas disciplinas, algumas coisas e apenas uma professora que também é coordenadora pedagógica da escola assinalou que a lei é trabalhada em forma de projeto, através de uma cartilha com políticas antirracistas e

pesquisas extracurriculares com moradores da comunidade, tendo também a participação de outras disciplinas como principalmente o de história e de educação escolar quilombola, vimos que faltam políticas afirmativas para a formação continuada desses professores, para que todos trabalhem integralmente o intuito de uma escola quilombola. Já a gestora da escola na sua fala cita que a implementação da lei se confirma em alguns professores como no caso do professor de educação quilombola e de história e assim não citando outros professores, e com isso indo à contramão da educação escolar quilombola que foi pensada para os povos negros, povos quilombolas a partir de elementos de suas identidades, raízes ancestrais, recuperando e valorizando os saberes tradicionais.

A importância da implementação da lei 10639/03 na escola é de grande valia para erradicar o nosso desconhecimento nesse assunto sobre o racismo, sobre o entendimento da história das civilizações africanas, que não cabe só no currículo, mais no dia a dia desse aluno que é quilombola, morador da comunidade quilombola, um assunto novo na escola de ensino fundamental. Sabemos que a discriminação racial no país é ajuizada por grande parte significativa das desigualdades entre negros e brancos, mas, também, das desigualdades sociais em geral. E por fim essas discriminações são oriundas não somente do passado, mas, também de um processo ativo de preconceitos, contudo com a legítima implementação da lei transversalizando todas as disciplinas dentro de sala de aula, mostra a evolução democrática de luta antirracista e a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Conforme a pesquisa sugiro que a escola possa está fazendo momentos de formações com os professores, tendo aqueles professores mais ativo no processo didático da pedagogia antirracismo na frente da formação, e com isso chamando as lideranças e comunidade escolar para agregar esse momento tão oportuno para o crescimento não só da escola, mais sim de todos, para que essa luta seja bem clara no pensamento da comunidade acadêmica escolar.

A relação da escola com a comunidade no ponto de vista dos saberes e experiências é antagônica, todos reconhecem a importância da escola dentro da comunidade, nesse ponto foi unânime suas falas, mais sobre as experiências e saberes dentro da escola há um vácuo, e com isso prejudicando essa temática que só veio ter uma participação melhor depois da criação da associação remanescente de quilombo do Caldeirão, esse foi à fala de uma mãe de aluno, já a fala de outra

mãe, ela confirma o trabalho dessa temática dentro da escola, mais diz que não são todos os professores que trabalham essa relação entre escola e comunidade no que se referem os saberes e experiências. As lideranças locais confirmam essa relação boa com a escola, e com isso um bom trabalho sobre a temática é debatida, só não ficou claro a didática da relação dentro da escola, sugiro que a gestão escolar juntamente com as coordenações criem um calendário de visita para a comunidade dentro da escola, para debate e discussão dos saberes e experiências e das políticas afirmativas. O que me chamou atenção foi uma moradora antiga da comunidade onde ela afirma, essa relação com falhas, às vezes alunos a procuram para entrevistá-la, mais fazer parte do cronograma da escola isso não acontece, e ela confirma que essa falha está com os professores novatos sem experiências e não são professores que moram na comunidade, por isso é necessário das formações continuadas para esses professores, que não veio das raízes ancestrais e por isso não tem essa prática pedagógica consolidada.

A escola tem uma identidade por está situada dentro de um território quilombola, e com isso precisamos que os alunos reconheçam essa escola como quilombola, e assim os alunos se auto reconheçam. Essa relação precisa se estreitar mais, a escola precisa conscientizar mais os professores levando em consideração a multiplicidade de saberes que rodeia a escola e com isso oferecendo um trabalho mais significativo aos alunos, mais para isso a escola precisa de formação para esse quadro de funcionários, onde todos tenham a crença de relação mais afetuosa entre escola e comunidade.

Outro fator analisado pela pesquisa nessa relação escola e comunidade, é a estrutura da escola que compromete muito esse trabalho, tem sala que é dividida com uma biblioteca improvisada, isso faz com que as aulas sejam prejudicadas pelo espaço que se encontra, por exemplo; entrevistamos os alunos na biblioteca improvisada e a professora ao mesmo tempo ministrando aula na outra parte da sala, onde fica a biblioteca. Contudo essa relação onde essas práticas educativas da comunidade, a história do nome do Caldeirão, as tradições e culturas, podem ser corrompidas pela qualidade da estrutura, as salas são escuras onde a visibilidade não é boa, tudo isso gera um desgaste para esse professor, isso se dar pelo descaso do poder público com a educação escolar quilombola, onde o poder público municipal, estadual e até mesmo a União, ofertarem políticas afirmativas e reparadoras já que tem ações afirmativas específicas. Mais nos olhares e

andarilhagens da pesquisa, observamos que na rua principal da comunidade, quando eu falo principal, é porque é a rua que está asfaltada, e nela está se construindo uma nova escola com uma estrutura bem maior do tamanho da luta dos povos originários, na placa que se encontra na frente da obra contém essa afirmação.

Ao se tratar sobre a contribuição da comunidade quilombola do Caldeirão, voltado para a reinvenção curricular no aspecto de afirmação e reconhecimento do território, nas entrevistas realizadas com as moradoras que são quilombolas do Caldeirão, tiveram respostas divergentes, pois a moradora mais antiga que participou da criação da associação citou que a contribuição houve em partes, quando os alunos foram entrevistá-las na sua residência para a montagem da atividade curricular da escola, mais a participação dela se resumiu somente nesse contato com os alunos, deixando a moradora antiga de fora de outras atividades acadêmicas da escola, e com isso comprometendo essa afirmação e reconhecimento do território. Já a moradora mais nova foi tímida nas suas perguntas, nas minhas observações perceber que ela não quis se comprometer com algo que pudesse afirmar.

Mais sobre a participação e contribuição da comunidade da escola, se dar de forma divergente assim como os pais de alunos, lideranças da comunidade e com isso esclarecendo clichê e instigando os alunos a reflexão de sua representatividade. Observei que há uma rotatividade de funcionários na escola, e com isso comprometendo as observações feita sobre o trabalho pedagógico desse compromisso com entendimento de lutas pelas causas do movimento quilombola.

Outro ponto a ser falado é com a rotatividade dos funcionários da escola, principalmente de professores, rechaça o entendimento sobre o reconhecimento e afirmação do território, tendo também que os professores na maioria não são quilombolas, e com isso não dominando muito os conteúdos, pois não se identifica com essa realidade, e a escola não tinha coordenação para ligar o conteúdo dos professores com o conhecimento daquela realidade quilombola.

Com isso tiro as minhas conclusões das análises, observações e andarilhagens que a gestão escolar precisa envolver mais as famílias na escola para buscar melhorar essa relação para a contribuição da reinvenção curricular e contribuindo juntamente com a família no reconhecimento e afirmação da comunidade, e buscar mecanismo para contribuir com o movimento negro para a

inserção da realidade histórica e cultural quilombola nas questões curriculares da escola, através da participação qualificada de lideranças. E digo mais, não só a melhoria da participação dos moradores, mais também das lideranças locais, assim como a coordenação da educação escolar quilombola da SEMED de Salvaterra, pois todos são aliados fundamentais para o planejamento da escola no caso da reinvenção curricular, sendo capaz de contribuir com saberes, experiências relacionadas da comunidade e que com isso discutidos pelos professores em sala de aula, tendo a conclusão do maior desenvolvimento do trabalho interdisciplinar que a proposta pedagógica curricular orienta a escola, contudo contribuindo para a afirmação e reconhecimento do território quilombola do Caldeirão. A pesquisa sugere que seja feita um cronograma de visita da coordenação da educação escolar quilombola da SEMED de Salvaterra na escola para elaborar e traçar metas e objetivos viáveis para esse fortalecimento de relação, assim como para a gestão escolar juntamente com a comunidade do Caldeirão.

Falando mais do nosso objeto problema, podemos dizer que uns dos avanços do currículo é a obrigatoriedade da política afirmativa que gerou a implementação da disciplina educação escolar quilombola que veio esboçar uma reflexão acerca da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e privadas, do ensino fundamental até o ensino médio e com isso a escola tem um professor de sociologia concursado que trabalha os assuntos da proposta pedagógica curricular de forma interdisciplinar, e nas minhas observações levando em consideração as entrevistas, vejo ainda como desafio, pois a inserção desses conteúdos em outras disciplinas apresenta dificuldades críticas para os professores fazerem a reflexão, ficando o debate mais para o professor específico da disciplina, só lembrando que a disciplina só atende o ensino fundamental maior que é do 6^a ano ao 9^a ano.

A gestão escolar afirma que há essa política curricular na escola, pois é um avanço onde a comunidade está aceitando suas raízes e com isso valorizando sua identidade, assim como os professores que trabalham na escola, e com isso os alunos lutem pelos seus direitos como quilombolas na sociedade, mais não detalha a forma como ela se dar dentro da escola, e essa fala não remete a reflexão dos alunos entrevistados. A gestão escolar confirma que houve formação para a construção do currículo mais não realizado dentro da escola, e sim partindo da SEMED, numa única vez, sendo assim limitando a participação mais próxima da

comunidade do Caldeirão na construção desse currículo.

Do exposto aqui, essa pesquisa vem refletindo e questionando este assunto na SEDUC especificamente na COPIR, SEMED, escola e comunidade do Caldeirão, compreendendo a importância da construção da política curricular no município de Salvaterra para que haja compromisso da afirmação e reconhecimento desse povo originário. Portanto, as lutas contra qualquer dominação alicerçadas pelas epistemologias do Sul são aquelas que convertem qualquer margem de liberdade, e esses debates não podem se limitar somente a esta pesquisa, mas ser, uma retribuição para futuras pesquisas que poderão levantar questões proeminentes aos estudos deste tema.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **O cotidiano escolar, um campo de estudo**. O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. Tradução . São Paulo: Edições Loyola, 2003. Disponível em: [Marli E \(crmariocovas.sp.gov.br\)](mailto:Marli.E@crmariocovas.sp.gov.br). Acesso em: 21 mai. 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Pandemia e Território**. – São Luiz: UEMA/ PNCSA, 2020.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras Pedagogias**. 2º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BARBOSA, Shirley Cristina Amador. Educação, resistência e tradição oral: uma forma outra de ensinar e aprender na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-PA. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, Belém, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.645/2008 que altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <https://media.ceert.org.br/portal-4/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 2017b. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: [anexo_texto_bncc \(mec.gov.br\)](http://mec.gov.br). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL, Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro – Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da República**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL, Priscila. Direção: GREEVISIONS. Produção: GODINHO, Gustavo. Fotografia: LOBO, Carlos. Câmera: CARVALHO, Fábio. Som: MESQUITA, Teo. Diretor de produção: BRAUN, Felipe. Assistente de produção: REGIS, Bruno. Assistente de edição. **Vídeo: Salvaterra, terra do negro**. Belém: Instituto de artes do Pará, 2007.1 DVD (52min), NTSC, color.

BRASIL, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. 20 nov. 2003. **EMI Nº 58**. Art. 68 do ADCT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/exm/2003/emi58-cvv-minc-mda-seppir-03.htm. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer homologado das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas**. Brasília, DF: CNE/CEB nº 8/2020. Disponível em: [Educação Quilombola - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://educacao.quilombola-ministerio-da-educacao-mec.gov.br). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRANDÃO, André; da Dalt, Salete; Gouveia, Victor Hugo. **Comunidades Quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais**. Niterói: EDUFF, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

CARRIL, L.F.B. **Quilombo, território e geografia**. Agrária, São Paulo, n. 3, p. 156-171, 2006.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Os desafios da educação quilombolano Brasil: o território como contexto e texto**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, v.22, n. 69, abr. – jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/L9vwgCcgBY6sF4KwMpdYcfK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

"**Cobra Grande (Cobra Honorato) - Lendas e Mitos**" em *Só História*. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2022. Consultado em 10/04/2022 às 18h22min. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/honorato/>

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n. 37, p.45-57. jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. Reconhecimento e organização política quilombola na luta por território na Ilha do Marajó (PA). **Cronos**, Natal, v. 14, n. 2, p.93-107, jul./dez.2013. Disponível em: <file:///C:/Users/crisc/Downloads/6088-21448-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista Nera**, n. 35, p. 199-217, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/4894/3688>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro – brasileira e africana**. 2023. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>. Acesso em: 23 mai. 2023.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, Paraíba, n. 39, p. 329-346, out. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/viewfile/12745/9962>. Acesso em: 12 mar.2022.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; NASCIMENTO, Maycon Douglas Ferreira do. **MST, agroecologia e educação do campo na Amazônia**: um estudo sob o enfoque da epistemologia do Sul. Rev. Tempos Espaços Educ. / São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 12, n.29, p. 299-324, abr./jun.2019.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes e HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 14, nº18, PP79-105, jan-jun./2011.

DEUS, Zélia Amador de **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult / PA, 2019.

DEUS, Z. A. ESPAÇOS AFRICANIZADOS DO BRASIL: ALGUMAS REFERÊNCIAS DE RESISTÊNCIAS, SOBREVIVÊNCIAS E REINVENÇÕES. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.2 (2012), p. 63:76 ISSN: 2177-436659. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v3i2.15443>.

FUNES, Eurípedes A. Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. *In*: REIS, José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: História dos quilombos no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Claroenigma, 2012.

FAZENDA, Ivani. FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Florestan. A condição de sociólogo. São Paulo: Hucitec, 1978a.

FIABANI, Admir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescente (1532-2004). 2ªed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

FORTUNATO, Raquel; CONFORTIN, Renata; DA SILVA, Rochele Tondello. Interdisciplinaridade nas escolas de educação básica: da retórica à efetiva ação pedagógica. Revista de Educação do Ideau. Vol. 8 - nº 17 – janeiro/junho 2013 Semestral. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/28_1.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANI, D. Diálogos de saberes: uma perspectiva socioambiental. In: JÚNIOR, L. A. (org) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Volume 2./Ministério do Meio Ambiente. Departamento de

Educação Ambiental. Brasília, p. 105-116,2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Artigo Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. Revista ABPN, v. 11, p. 141 – 162, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais Educação e Descolonização dos currículos, **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp.98-109, Jan/Abr2012.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico – racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE**, Goiânia, v. 7, n.1, jan./abr. 2011, p. 109-121.

GOMES, Nilma Lino. Artigo O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Volume 10 – nº18 – abril de 2011.

GOMES, Nilma Lino. Artigo Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Saberes tradicionais UFMG. 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-cultural. In: RAMOS, Marise Nogueira Ramos; ADÃO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento. (coords.). - **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo/ Nilma Lino Gomes; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Eibeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48p.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio**: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau: 1º a 4º série. 1985 250 p.(Dissertação, mestrado em educação). Programa de pós-graduação em educação conhecimento e inclusão social. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto , 2005.

GOOGLE EARTH. **Localização de Joanes e Monsarás**; Imagens das Ruínas. Mapa confeccionado pelo programa QGIS (QGISDevelopmentTeam, 2012). 2018.1 mapa.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília, DF: Unesco no Brasil, 2003.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

INVENTÁRIO da Oferta Turística de Salvaterra. Salvaterra: Setur, 2012. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_salvaterra.pdf. Acesso em: 05 fev. 2022.

ITERPA. Territórios quilombolas. Belém: ITERPA, 2009.3v. (Cadernos). Disponível Em: http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/caderno_territorios_quilombola.pdf. Acesso em: 06 de mar. 2022.

ITERPA. Territórios quilombolas. Belém: ITERPA, 2009. Três v. (Cadernos). Disponível em: http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/caderno_territorios_quilombola.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 de mar. de 2022.

iPatrimônio – Patrimônio Cultural Brasileiro. Fundação Cultural Palmares, 2022. Disponível em: [tabela-crq-completa-certificadas-20-01-2021.xlsx](http://palmares.gov.br/tabela-crq-completa-certificadas-20-01-2021.xlsx) (palmares.gov.br). Acesso em: 28, abril de 2022.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Companhia das letras. São Paulo. 2019.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal / Lógica Dialética**. 3º Ed. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 1983.

LISBOA, Pedro L. B. A terra dos Aruã: **Uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. 1.ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

LISBOA, Pedro L. B. **A terra dos Aruã**: Uma história ecológica do arquipélago do Marajó. 1. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MARIN. Quilombolas na ilha do Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias-construções identitárias e sociabilidades São Paulo: Editora UNESP, 2009. V. 1, p.209-227.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. **Revista Educar Mais**. Volume 3/ nº 02/ pag. 167 a 172, 2019.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2006.5 ed.

MALUNGU - Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará. **Quilombolas da Ilha de Marajó**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Belém: Malungu, n.7. Jan.2006.

MARX, Karl ENGELS, Friedrich. **Sobre Literatura e Arte**. 4º edição. Estampa, Lisboa, 1974.

MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Abordagens teóricas e metodológicas na pesquisa em educação**. EDUEPA, 2011.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2006. 5 ed.

MACHADO, Joana Carmen do Nascimento. **“Nem parece que tem quilombola aqui”:** (In) **visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFRdo Território Quilombola de Jambuaçu Pe**. Sérgio Tonetto. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

MEC. Contribuições para implementação da Lei 10.639/03. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/03. Brasília: Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR-2008,2008

MOTA NETO, João Colares da, **Educação popular e pensamento decolonial latino – americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda / João Colares da Mota Neto**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós – Graduação em Educação, Belém, 2015.

MOURA, Gloria. Salto para o futuro. Educação Quilombola. Boletim 10, junho 2007.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci / Attilio Monasta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.154 p.:il.– (Coleção Educadores).

MINAYO (Org.), Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil.In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994, p.177-187.

MUNANGA, Kabengele, GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. Sawé: o grito ancestral. Uka editorial. 2022.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes/Marcos Marques de Oliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Francinete Maria Cunha de Melo. **Educação e Cultura na Escola da Comunidade Quilombola de São Benedito do Vizeu**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências sociais e Educação, Belém, 2017.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo. Expressão popular, 2011. 64p.

PARÁ. Decreto nº 4.054, de 12 de maio de 2000. Cria o Programa Raizes e dá outras providências. Belém, 12 de maio de 2000. Disponível em: [https://sogj8.sogj.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro24211/documento_1-decreto nº 4.054, de 12-05-2000.pdf](https://sogj8.sogj.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro24211/documento_1-decreto_nº_4.054_de_12-05-2000.pdf). Acesso em: 09 fev. 2022.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Série: **Movimentos sociais, identidades coletiva e conflitos**. Fascículo 7, pag.04. Quilombolas da Ilha do Marajó. Belém, janeiro de 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, 2005, p. 227-278.

QUILOMBOLAS do Pará: **reafirmando identidades**. Belém: MALUNGU, 2014. (Folheto).

RANGEL, Mary. Supervisão Pedagógica: um modelo. Rio de Janeiro, ed. Vozes. 5ª Edição, 1979.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia M. **Lélia Gonzalez : Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Movimento negro, raça e política educacional**. Texto apresentado na 28ª Reunião Anual da ANPED, realizada no período de 16 a 19 de outubro de 2005 em Caxambu/MG.

RIBEIRO, Matilde. Prefácio. In: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 1 ed. Rio de Janeiro: UFPA, 1971. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo). Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2013/03/o-negro-no-parc3a1-vicente-sallespdf.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SALVATERRA (PA). Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra. **Proposta Curricular para a Educação Quilombola no município de Salvaterra: Minha história, meu orgulho: Ciências, saberes e diversidade**. Salvaterra: SEMED, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, Quilombo: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPQ; MCTI, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologia do Sul / Boaventura de Sousa Santos.** – 1. Ed.; 2. Reimp. – Belo Horizonte : Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: antologia Esencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas.** 1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2004 a.

SANTOS, BOAVENTURA, S; MENESES, M.P. **Epistemologia do Sul.** Coimbra. Almeida, 2009.

SIQUEIRA, Ivan. COSTA, Benedita Rosa da. DIAS, Maria Helena Tavares. **Educação Escolar Quilombola: Planejamento e Projeto.** Caruaru, PE. Brasil, Ano 5, v. 5, nº 18, mai./ago. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Simone Rezende da, Nascimento, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil. **Cadernos Cedem.** São Paulo, v. 3 n. 1 (2012), p. 23 – 37.

SILVA, Delma Josefa da. **A emergência da educação escolar quilombola no contexto das relações étnico-raciais no Brasil.** Tópicos educacionais, Recife, V. 20, n. 1, jan/jun. 2014.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se;** panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. Dissertação de mestrado. UNB. 2008.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético, fundamentos da teoria marxista.** Centro de estudos Victor Meyer. Rio de Janeiro, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: Gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan/ jun. 2013.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Instrumentos de pesquisa para os técnicos da secretaria

1. Como a secretaria vem trabalhando a educação, no que diz respeito aos territórios quilombolas?
 2. Qual a proposta da secretaria para o currículo das escolas quilombolas no que tange a escola Sebastião de Assis Gonçalves?
 3. Quais os avanços e desafios da secretaria para o currículo dos quilombos no município de Salvaterra?
-
1. Existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas do município de Salvaterra? Se sim, relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?
 2. Na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?
 3. Na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?
 4. Na avaliação da SEMED, como vocês vêem o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?
 5. Quais os desafios que vocês consideram existir tendo em vista uma política curricular que trabalhe com objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?

APÊNDICE B – Instrumentos de pesquisa para Professores e professoras; direção e coordenação da escola

- 01) Há quanto tempo você trabalha na escola?
- 02) Você é quilombola?
- 03) Existe uma política de currículo voltada especificamente às escolas em comunidades quilombolas no município de Salvaterra?
- 04) Se sim relate quando foi implantada essa política e como ela surgiu e com que objetivo?
- 05) Na sua avaliação, quais os avanços dessa política tendo em vista seu objetivo?
- 06) Na sua avaliação, quais os problemas enfrentados por essa política curricular tendo em vista seu objetivo?
- 07) Na sua avaliação, como vocês vêem o cotidiano escolar dessas comunidades quilombolas tendo em vista essa política curricular?
- 08) Quais os desafios que você considera existir tendo em vista um currículo escolar que trabalhe com objetivo de contribuir com a afirmação e reconhecimento desse território quilombola no município?
- 09) Você vem trabalhando a lei 10639/03, na escola?
- 10) Existe uma proposta de formação continuada pela Secretaria Municipal de Educação de Salvaterra (SEMED) para a construção do currículo e projeto político pedagógico na educação quilombola?
- 11) Como você vê a participação da comunidade na escola em relação às contribuições dos saberes e experiências para a reinvenção curricular, para a afirmação desse território quilombola?

APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa para Alunos e Alunas da escola

- 01) Você gosta de estudar na escola? Porque?
- 02) Você estudou a lei 10639/03 que garante a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro – brasileira?
- 03) Durante as aulas, os professores falam sobre os saberes e experiências (cultura) de sua comunidade?
- 04) Os professores falam nas aulas sobre o que é ser quilombola?

APÊNDICE D – Comunidade quilombola

- 01) Você pertence à comunidade do Caldeirão? Há quanto tempo?
- 02) A escola Sebastião de Assis Gonçalves, o seu currículo escolar contempla o reconhecimento dos saberes e experiências, assim como a afirmação do território quilombola de Caldeirão?
- 03) Na sua opinião como é a relação entre a escola e a comunidade do Caldeirão, no que se refere a sua ancestralidade?

Líderes da comunidade

- 01) Como você se tornou líder da comunidade quilombola de Caldeirão?
- 02) Na sua opinião qual o papel / importância da escola para a comunidade? E quais os avanços e limite deste currículo escolar no que se refere a experiência e afirmação do território?
- 03) Como foi implementada na escola Sebastião de Assis Gonçalves a lei 10639/03? Você tem conhecimento?

PAIS

- 01) Você pertence à comunidade do Caldeirão? Se a resposta for “SIM”, responda: Há quanto tempo?
- 02) Como você a escola tratando sobre as experiências e saberes da comunidade do Caldeirão?
- 03) A escola no seu ponto de vista, como ela vem trabalhando a lei 10639/03?
- 04) No que se trata da escola em que seu filho (a) / neto (a) está estudando, você é convidado para participar de alguma e/ou evento?

ANEXO

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da dissertação: Quais os avanços e os limites implementados no currículo desenvolvido na escola quilombola de Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, tendo em vista o reconhecimento e a afirmação desse território Quilombola?

Orientador: Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa, e-mail: sergio.correa@uepa.br, telefone celular: (91) 988497567.

Pesquisador responsável: João Ricardo Batista Alves, e-mail: jricardohiron41@gmail.com, telefone celular: (91)999615819.

Prezado/a participante,

Este é um convite para você participar voluntariamente, ou seja, sem remuneração, da pesquisa: quais os avanços e os limites implementados no currículo desenvolvido na escola quilombola de Salvaterra Sebastião de Assis Gonçalves, tendo em vista o reconhecimento e a afirmação desse território Quilombola? Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará–PPGED/UEPA.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o currículo da escola Sebastião de Assis Gonçalves, assim como os saberes e experiências da comunidade remanescente de quilombos do Caldeirão.

Caso decida participar, sua contribuição acontecerá por meio de procedimentos como entrevistas narrativas realizadas através de chamadas gravadas de vídeo, via Google Meet/ou Whatsapp e quando possível, presencialmente, utilizando para registro anotações e gravador de voz e câmera para capturar imagens e/ou filmagens, com todos os protocolos de cuidados referentes ao Covid-19 garantidos, onde se recomenda o distanciamento social de no mínimo um metro, o uso de máscara e a exigência da proteção quanto à higienização das mãos e de objetos. É concedido o direito de retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem acarretar penalização alguma, a fim de garantir condições de bem-estar físico, psicológico e social às interlocutoras/os envolvidas/os. Caso haja despesas decorrentes da realização das entrevistas pelos participantes, estas serão ressarcidas. Assim como, a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Estará disponível a qualquer fase da pesquisa o acesso irrestrito aos materiais investigados e as possíveis análises. Tais materiais investigados serão destinados exclusivamente para a realização deste trabalho, seus dados, identidade e nomes serão reservados, conforme preferir. Durante todo o período da pesquisa, você poderá sanar dúvidas, trocar ideias ou conversar entrando em contato com os endereços eletrônicos acima.

Esta pesquisa e seus dados serão posteriormente divulgados em uma dissertação de mestrado, em congressos, encontros virtuais, publicações e eventos relacionados à pesquisa para a democratização das produções e do conhecimento científico e social.

Por ter conhecimento de que toda pesquisa que envolve seres humanos oferece riscos e que estes devem tornar-se mínimos, serão avaliadas as questões éticas e será garantido que os pesquisadores envolvidos neste projeto tomarão as devidas precauções no decorrer do estudo.

Portanto, declaro conhecimento e o cumprimento dos requisitos da Resolução CNS466/12 e assumo a responsabilidade de seguir os procedimentos metodológicos que foram as segurados e esclarecidos às participantes desta pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Orientador

O interlocutor/a deve informar, marcando uma opção dentro do parêntese abaixo:

() Permito minha identificação nos resultados compartilhados desta pesquisa.

() Não permito minha identificação nos resultados compartilhados desta pesquisa.

Assinatura da Interlocutor/a

Soare, _____ de _____ de 2022.



**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Travessa Djalma Dutra s/n – Telégrafo
66113-200 – Belém-PA**

